UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE EDUCAÇÃO

SABRINA DA COSTA DIAS

DOSSIÊS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS EDUCACIONAIS ENTRE 1980-2010: UMA
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA?

São Paulo
2014

SABRINA DA COSTA DIAS

DOSSIÊS PUBLICADOS EM PERIÓDICOS EDUCACIONAIS ENTRE 1980-2010: UMA
CONSTRUÇÃO SOCIAL DA INFÂNCIA?

Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo como exigência parcial para a obtenção do título de Mestre em educação.

Linha de pesquisa: Sociologia da Educação.

Orientação: Prof^ª Dr^ª Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento

São Paulo

2014

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO, POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo

-
376.5
D541d | <p>Dias, Sabrina da Costa</p> <p>Dossiês publicados em periódicos educacionais entre 1980-2010: uma construção social da infância? / Sabrina da Costa Dias; orientação Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento. São Paulo: s.n., 2014.</p> <p>137 p. grafs.; tabs.; apêndice</p> <p>Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Educação. Área de Concentração: Sociologia da Educação) - - Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo.</p> <p>1. Infância 2. Periódicos (Educação; Pesquisa; 1980-2010)
3. Sociologia da educação I. Nascimento, Maria Letícia Barros Pedroso, orient.</p> |
|----------------|--|
-

DIAS, Sabrina da Costa. Dossiês publicados em periódicos educacionais entre 1980 a 2010: uma construção social da infância? Dissertação apresentada à Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Educação.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

Prof. Dr. _____ Instituição: _____

Julgamento: _____ Assinatura: _____

AGRADECIMENTOS

*Nada é mais real
Que aprender maneira simples de viver
Tudo é tão normal
Se a gente não se cansa nunca de aprender
Sempre olhar como se fosse a primeira vez
Se espantar como criança a perguntar por quês? (Almir Sater)*

Agradeço primeiramente a Deus, que me deu inspiração para iniciar esta trajetória, e, por meio dela, mostrou-me que tudo acontece em um tempo no qual as circunstâncias não são controladas por nós, e que muitas vezes, é preciso saber esperar com paciência, um tempo que parece transcender a compreensão humana. Obrigada por ter me mostrado, por diversas vezes, que nem sempre a hora determinada por nós como certa é a hora escolhida por Ti.

À minha orientadora Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento que, com paciência e rigor conduziu-me por esta trajetória, e por sua persistência frente às minhas limitações. A seriedade e comprometimento em sua orientação também me ensinaram que o caminho não é tão linear quanto parece ser.

Aos meus pais que com carinho e compressão me apoiaram frente aos desafios, impulsionando-me a prosseguir com fé e segurança. Obrigada pelo exemplo de caráter e perseverança que me deram durante toda a vida.

Às minhas irmãs Ana Cristina Dias e Cristiane Dias que igualmente legitimaram minhas escolhas e não me deixaram desistir frente aos obstáculos.

Ao Philipe Martins, companheiro amado, por ter suportado minhas angústias, agindo com compreensão e carinho. Obrigada por estar sempre ao meu lado, não permitindo que eu desistisse e também por me ensinar a sorrir quando minha vontade era chorar.

Ao cunhado Rodrigo Candido que sempre permaneceu comigo e me encorajou a perseverar.

Aos meus sobrinhos, Giulia e Pietro que a cada dia me revelam um pouco mais sobre a infância moderna.

À Carmen Torres que, com sua sabedoria inaciana, aconselhou-me em todos os momentos, ensinando-me a lidar com minhas inquietações e mostrando-me que o melhor a fazer era sentir e saborear cada etapa dessa trajetória.

À Eloiza Centeno e à equipe de educadores do Colégio São Luís, que, diariamente, me fazem acreditar na existência de pessoas comprometidas com a educação e cuidado da infância.

Aos professores Carlos Antônio Giovanazzo e Marcia Gobbi que, com delicadeza e rigor, contribuíram amplamente com interrogações e sugestões no Exame de Qualificação.

Agradeço a atenção dispendida pelo professor Manuel Jacinto Sarmiento que, durante sua visita ao Brasil no ano de 2013, apoiou a continuidade desta pesquisa, levando-me a refletir sobre aspectos importantes a serem discutidos por este estudo.

À Bruna Breda, pelo seu companheirismo, pela sua prontidão em me ajudar e também por dividir comigo muitas inquietações e impasses.

Aos colegas do Grupo de Estudo e Pesquisa de Sociologia da Infância e Educação Infantil (GEPSI/USP) que me auxiliaram a esclarecer tantas dúvidas teóricas, contribuindo diretamente para esta dissertação.

Não poderia deixar de agradecer a atenção dispendida pelos funcionários das bibliotecas onde pude efetivar o levantamento dos dados para este estudo. Em especial, agradeço aos funcionários da biblioteca da Faculdade de Educação da USP e da biblioteca Ana Maria Poppovic da Fundação Carlos Chagas.

Enfim, a todos os amigos e familiares que demonstraram compreensão e sensibilidade frente às minhas ausências em encontros e comemorações.

RESUMO

A presente pesquisa, com aporte teórico na Sociologia da Infância, visa identificar as concepções de infância que embasaram as discussões acadêmicas sobre esse objeto no campo educacional, no período de 1980 a 2010, a partir da publicação de dossiês sobre a infância. Definiram-se os periódicos acadêmicos como objeto de pesquisa a partir da hipótese de que eles representam importantes veículos de comunicação acadêmica, interrogando em que medida tais publicações apresentariam as alterações nas concepções de infância e problemáticas a ela relacionadas. Considerando a noção de campo, do sociólogo Pierre Bourdieu (1983, 2004), a pesquisa pretende refletir sobre a relação entre a publicação do dossiê e seu contexto social, buscando indícios para a compreensão dos aspectos acadêmicos e sociais que motivaram a publicação de tais dossiês sobre a infância. O levantamento dos periódicos educacionais utilizou como critério os conceitos A1 e A2 definidos pelo *Qualis*. Para a seleção das edições temáticas sobre a infância foram realizadas buscas na base de dados SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) e na biblioteca virtual Educ@. Para aqueles periódicos cuja produção não era divulgada em meio eletrônico ou cuja produção não abrangia o período definido por essa investigação, foi necessário analisar cada número individualmente, através de busca de sua versão impressa. As publicações especiais sobre a infância foram analisadas distinguindo-se os artigos de seus editoriais por compreender que eles forneciam informações distintas. A partir da leitura dos resumos e palavras-chave, foi possível agrupar os artigos em quatro categorias, a fim de identificar alterações nas concepções de infância reveladas pelas problemáticas abordadas. A leitura dos editoriais visou mapear as principais temáticas discutidas sobre a infância, além de buscar informações e referências que permitissem compreender o contexto histórico e acadêmico de cada edição.

Palavras-chave: Infância, concepções de infância, dossiês temáticos, pesquisa sobre infância.

ABSTRACT

This research, with theoretical support of the Sociology of Childhood, aimed to identify the conceptions of childhood that supported academic discussions on this subject in the educational field from 1980-2010, from the publication of dossiers about childhood. Journals were defined as research objects from the assumption that they represent important vehicles of scholarly communication, questioning whether such publications would present the changes in conceptions of childhood and problems related to it. Having considered the notion of field of sociologist Pierre Bourdieu (1983, 2004), the research aimed to reflect on the relationship between the dossier publication and its social context, seeking clues to the understanding of the academic and social aspects that have motivated the publication of such dossiers about childhood. The survey of educational journals used the concepts A1 and A2 as a criterion defined by *Qualis*. For the selection of thematic issues on childhood, pursuits in the Scientific Electronic Online Library (SciELO) database and Educ@ virtual library were performed. For those journals whose productions were not electronically publicized or did not cover the period defined by this research, it was necessary to analyze each number individually, through its printed version. Special publications on childhood were analyzed with the distinction between articles by their editorial because they provided different information. The reading of the abstracts and keywords made it possible to group the articles into four categories in order to identify changes in conceptions of childhood revealed by the addressed issues. The editorial reading aimed to map the main themes discussed about childhood, besides seeking information and references that would allow us to understand the historical and academic context of each issue.

Keywords: Childhood, conceptions of childhood, thematic dossiers, research on childhood.

ÍNDICE DE QUADROS E GRÁFICOS

Quadro 1 - Periódicos Nacionais A1/ Área de Avaliação: Educação.....	45
Quadro 2 - Periódicos Nacionais A2/ Área de avaliação: Educação.....	46
Quadro 3 - Periódicos Nacionais classificados como A1 e A2 cujas publicações constituem publicações especiais sobre a infância.....	47
Quadro 4 - Periódicos Acadêmicos por número de publicações especiais sobre a infância e instituições de pesquisa vinculados	55
Quadro 5 - Nomenclatura dos editoriais	129
Gráfico 1 - Número de publicações de edições temáticas sobre a infância (por década)	49
Gráfico 2 - Número de publicações especiais sobre a infância por periódico entre as décadas de 1980 – 2010	50

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
	15
CAPÍTULO 1 - A problemática das concepções de infância.....	
1.1 A infância como um vir-a-ser: aspectos biológicos, jurídicos e filosóficos na constituição da ideia de criança.....	17
1.2 Novas ideias sobre a infância e as crianças.....	22
CAPÍTULO 2 - Pesquisa e publicações acadêmicas: elementos do estudo.....	27
2.1. A Infância e os periódicos acadêmicos	27
2.1.1. A pesquisa sobre a infância, sob a perspectiva do vir-a-ser	27
2.1.2. Transição do paradigma da infância	29
2.2. Os periódicos acadêmicos como objeto de estudo	35
2.2.1. Critérios de estratificação da qualidade da produção veiculada em periódicos: ANPED e CAPES.....	37
2.2.2 Um olhar sociológico sobre os periódicos acadêmicos	40
	44
CAPÍTULO 3 - Os periódicos: busca e apresentação.....	
3.1. Levantamento e seleção dos periódicos	44
3.2. Os periódicos	48
3.2.1. Os periódicos e sua vinculação aos centros de pesquisa.....	51
3.3. Apresentação dos dossiês sobre infância	56
3.3.1 Cadernos de Pesquisa	56
3.3.2 Revista Perspectiva	59
3.3.3 Cadernos Cedes	66
3.3.4 Revista Educação e Realidade	68
3.3.5 Revista Pro-posições	70
3.3.6 Revista Brasileira de História.....	73
3.3.7 Revista Educação e Pesquisa	74
3.3.8 Revista Educação e Sociedade	75
3.3.9 Cadernos Pagu	77
3.3.10 Revista Educação e Contemporaneidade	78
3.3.11 Revista Educação em Revista	80
3.3.12 Revista Cadernos de Educação	82
	83
CAPÍTULO 4 - Dossiês sobre infância.....	
4.1 A Infância como objeto de estudo.....	83
4.2. Infância, Direitos e Cidadania.....	88
4.3 Infância e Diversidade	93
4.4 Infância e culturas.....	97
4.5 Os editoriais e a contextualização dos dossiês.....	99
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS	119
APÊNDICE.....	127

INTRODUÇÃO

“O meu olhar é nítido como um girassol. Tenho o costume de andar pelas estradas olhando para a direita e para a esquerda, e de vez em quando olhando para trás... E o que vejo a cada momento é aquilo que nunca antes eu tinha visto, e eu sei dar por isso muito bem...
Sei ter o pasmo essencial que tem uma criança se, ao nascer, reparasse que nascera deveras...
Sinto-me nascido a cada momento para a eterna novidade do mundo...” (Fernando Pessoa¹)

O exercício de perspectivar a infância partindo de um sentido de estranhamento, como se nunca a tivesse visto, refletindo sobre as ideias articuladas a seu respeito, embasou a pesquisa aqui apresentada.

As diferentes formas de inserção da infância na realidade social, as alterações na conjuntura sócio-histórica e os distintos papéis que as crianças têm assumido nas interações com adultos e com outras crianças têm levado diferentes campos a pensar a infância na contemporaneidade.

A legislação atual, além de trabalhos e documentos tem garantido às crianças serem consideradas sujeitos competentes, portadoras de direitos específicos e produtoras de culturas.

No entanto, outros estudos têm apontado a distância entre as concepções proclamadas e as práticas em relação à infância, tanto no nível institucional quanto nas relações entre crianças e adultos, de modo geral. (CERISARA, 1999)

Esta relação entre as concepções de infância e as políticas e serviços destinados à população infantil já havia sido objeto de estudo no ano de 2009, quando, ainda no âmbito da graduação, realizei uma pesquisa de Iniciação Científica² sobre a política de conveniamento para expansão de vagas da educação infantil em um determinado município da Grande São Paulo.

Uma das etapas daquela pesquisa consistiu na observação da rotina das crianças na instituição conveniada: o descaso com que as crianças eram tratadas, o desrespeito de seus direitos e o silenciamento de suas vozes contrastavam com as discussões sobre crianças realizadas na esfera acadêmica, concebidas como ativas, capazes, sujeitos de direitos. Pensávamos a criança a partir do mesmo ponto de vista?

¹ Fernando Pessoa, Poesia completa de Alberto Caeiro, Companhia das Letras, 2005.

² Pesquisa de Iniciação Científica desenvolvida no ano de 2009, na Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo: “A política de conveniamento enquanto alternativa: um estudo sobre a articulação entre o poder público e órgãos não-governamentais no município de Taboão da Serra”, sob orientação da Prof^a. Dr^a. Maria Letícia Barros Pedroso Nascimento.

Para a conclusão da pesquisa de Iniciação Científica, entrevistei os gestores municipais questionando-os a respeito da implementação de tal política e do atendimento prestado nas instituições conveniadas, quando um deles me respondeu: “O atendimento às crianças de 0 a 6 anos no município se dá seguindo a lógica da ampliação da oferta de vagas: é impossível conciliar o ideal de educação infantil com a burocracia estatal.”

O impacto das conclusões da pesquisa de Iniciação Científica me fizeram refletir sobre a construção das concepções de infância e o abismo existente entre ideias tão contrastantes. Ao final da graduação, iniciei trajetória profissional como professora de educação infantil e novamente notei um descompasso entre o meu modo de ver a infância e os entendimentos das famílias. O distanciamento e as contradições entre as concepções eram ainda mais visíveis quando, em conversas e reuniões com pais de alunos, a diferença de posição geracional tornava-se clara: os pais não compreendiam as necessidades e as condições da infância contemporânea, queriam que seus filhos se comportassem como eles quando crianças, e não notavam que a configuração social e as condições de vida haviam alterado radicalmente o que significava ser criança, trazendo consequências para as relações entre pais e filhos.

A questão da infância e suas concepções me acompanhava quando ingressei no Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Sociologia da Infância (GEPSI) e aprofundei os estudos sobre Sociologia da Infância, passando a compreendê-la como uma construção social e reconhecendo que os discursos e ideias sobre ela são articulados em determinado período histórico, baseados em crenças e valores sociais, produzindo diferentes imagens sobre a infância.

O contato com as pesquisas efetivadas no campo da Sociologia da Infância e os diferentes modos de conceber este objeto me levaram a questionar se seria possível observar as alterações nas concepções acerca da criança e da infância se tomássemos como referência as próprias pesquisas que fizessem dela seu objeto de estudo.

Partindo do pressuposto de que as concepções de infância são frutos de um constante e complexo processo de movimentação dos parâmetros estruturais e da interação entre eles e as categorias geracionais (QVORTRUP, 2010, 2011), interrogou-se em que medida os periódicos acadêmicos, compreendidos como importantes divulgadores da produção científica, representavam as modificações nas ideias relacionadas à infância.

Por outro lado, interrogou-se se haveria um incremento do número de publicações especiais sobre a infância e o que isso poderia revelar? Quais motivos teriam levado alguns periódicos a publicar números temáticos sobre a infância em um determinado momento? Quais motivos educacionais e sociais promoveriam uma edição temática?

Tais questionamentos emergiam, transitavam, emaranhavam-se, desconstruíam-se, formavam-se novamente e iam, aos poucos, constituindo o objeto de estudo da presente pesquisa. Enfim, o objetivo da investigação: identificar as concepções de infância que embasaram as discussões acadêmicas sobre esse objeto no campo educacional, no período de 1980 a 2010, tomando como fonte de pesquisa os dossiês sobre a infância publicados em periódicos nacionais na área da educação.

Foram privilegiados os periódicos acadêmicos como objeto investigativo porque eles constituem importante veículo de comunicação entre os pares da comunidade acadêmica, uma vez que sintetizam as pesquisas realizadas, além da publicação de artigos em periódicos representar a validação de uma efetiva atividade em pesquisa científica. (MIRANDA; PEREIRA, 1996) Por outro lado, ao focalizar as edições temáticas sobre a infância, a presente pesquisa teve como hipótese que elas revelariam possíveis alterações conceituais nas concepções de infância bem como as principais temáticas a ela relacionadas em cada período.

Além disso, parti da pressuposição de que os editoriais de tais dossiês trariam aspectos acerca da conjuntura social do período da publicação, evidenciando indícios para a compreensão dos motivos educacionais e sociais que teriam ocasionado uma publicação especial sobre infância.

A delimitação do período de 1980 a 2010 como recorte temporal baseou-se nas considerações de Rocha (1999) a qual apontou que nesse intervalo teriam ocorrido o aumento dos cursos de pós-graduação e o incremento das pesquisas sobre a infância no Brasil.

A noção de campo científico, do sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983), também contribuiu para que refletíssemos sobre a inserção do periódico na produção acadêmica, além de pensarmos sobre seu papel. Seguindo a proposição desse autor que legitima a importância de nos referirmos “de onde falamos”, explicita-se que o estudo foi subsidiado pelas premissas do campo da Sociologia da Infância.

Desse modo, o presente trabalho está organizado em quatro partes. No capítulo 1, **A problemática das concepções de infância**, são discutidas as principais concepções de infância que constituíram a criança nas produções acadêmicas, interrogando como a criança tem sido constituída como objeto de investigação e quais as interpretações acerca dela têm perpassado as investigações que lhes dizem respeito. No capítulo 2, **Pesquisa e publicações acadêmicas: elementos do estudo**, são apresentadas as relações entre as concepções de infância e a pesquisa acadêmica, localizando os periódicos científicos como espaço de publicação de pesquisa. No capítulo seguinte, intitulado **Os periódicos: busca e apresentação**, são expostos os critérios de seleção e levantamento das edições temáticas

sobre a infância, problematizando a vinculação deles à comunidade científica responsável por sua publicação. Ademais, são apresentados os dossiês selecionados bem como as principais temáticas relacionadas à infância discutidas em cada publicação. No capítulo 4, **Análise dos Dossiês sobre infância**, são examinados os artigos publicados nos dossiês, tendo sido organizados em quatro categorias temáticas. Ainda nesse capítulo, são analisados os editoriais das publicações, refletindo-se sobre a conjuntura social do período que abrange a pesquisa.

Espera-se, com este estudo, evidenciar as principais concepções e alterações conceituais sobre infância na pesquisa educacional, com uma reflexão sobre a relação dessas ideias e a conjuntura social na qual emergiram.

CAPÍTULO 1

A PROBLEMÁTICA DAS CONCEPÇÕES DE INFÂNCIA

[...] “todas as questões relativas à criança dependem de algum enquadramento teórico para fornecer algum tipo de resposta.”
(HONIG, 2009)

A perspectiva dos estudos sociais da infância aponta para a existência de diferentes entendimentos acerca da infância e da criança, articulados de acordo com a conjuntura social de cada período histórico. De acordo com o filósofo David Archard (1993)

[...] todas as sociedades tiveram o conceito de infância, ou seja, a noção de que as crianças podem ser diferenciadas dos adultos. O ponto em que elas diferem é em suas concepções de infância, as quais especificam essas formas de distinção, portanto, elas terão ideias contrastantes sobre questões fundamentais relacionadas à duração da infância, às qualidades que diferenciam os adultos das crianças e à importância vinculada à suas diferenças. (ARCHARD apud HEYWOOD, 2004, p. 22)

Nessa mesma linha, o sociólogo Manuel Sarmento, em visita ao Brasil no ano de 2013, afirmou que o saber científico sobre a infância corresponde a um dos elementos que configuram sua norma social. Ou seja, a construção do estatuto social da infância (SARMENTO, 2005) perpassa a elaboração de ideais a ela relacionadas. Partindo de um entendimento semelhante, o sociólogo dinamarquês Jens Qvortrup (2011) aponta que “são exatamente as mudanças de concepção que são objeto de interesse sociológico, porque presumivelmente refletem mudanças de atitude em relação às crianças.” (p.205)

Partindo dessas referências, o estudo acerca das concepções de infância tem se mostrado relevante não somente para “o registro e a discussão sobre algumas *imagens* que se cristalizaram historicamente sobre a infância” (FREITAS, 1997, p. 13, grifos no original) como para a possibilidade de compreender as transformações de seu estatuto social. Por outro lado, esse olhar capaz de identificar diferentes ideias acerca da infância tem sido, em parte, possibilitado pela emergência de uma nova abordagem teórica, que compreende a infância enquanto construção social:

A infância é historicamente construída, a partir de um processo de longa duração que lhe atribuiu um estatuto social e que elaborou as bases ideológicas, normativas e referenciais do seu lugar na sociedade. Esse processo, para além de tenso e internamente contraditório, não se esgotou. É continuamente actualizado na prática social, nas interações entre crianças nas interações entre crianças e adultos. Fazem parte do processo as variações demográficas, as relações económicas e os seus impactos

diferenciados nos diferentes grupos etários e as políticas públicas, tanto quanto os dispositivos simbólicos, as práticas sociais e os estilos de vida de crianças e de adultos. (SARMENTO, 2005, p. 365-366)

Segundo o sociólogo britânico Chris Jenks (2002) diferentes construções teóricas têm embasado a constituição da criança, articulando perspectivas distintas, de modo a também influenciar as investigações acerca da infância e da criança. Na medida em que diferentes campos do conhecimento se ocupam em conceituar a infância, os entendimentos acerca dela se entrecruzam, em um complexo processo sincrônico.

A reflexão acerca da constituição teórica da infância tem suscitado alguns questionamentos, a saber, a partir de quais aspectos os diferentes campos de conhecimento articularam seus entendimentos sobre a infância; se essas concepções embasaram as pesquisas que se fizeram sobre a infância em um determinado momento; de qual forma a criança tem sido constituída nas produções acadêmicas.

Sarmento (2007), tendo analisado as concepções historicamente construídas sobre a infância, aponta que em determinados momentos é possível identificar a hegemonia de algumas dessas ideias, uma vez que, dependendo da configuração social, determinadas perspectivas sobre a infância adquirem maior legitimidade e impacto nos estudos desenvolvidos sobre ela. Nem por isso, contudo, tais concepções podem ser interpretadas como etapas ou estágios históricos.

Essas imagens, porventura, dominantes num ou noutro momento histórico considerado, coexistem e sobrepoem-se, por vezes de forma tensa, outras vezes de modo sincrético. As imagens sociais das crianças, por estranhas ou arcaicas que possam parecer (pelo menos algumas delas), continuam, como dizem os sociólogos britânicos, a “moldar acções quotidianas e práticas” não sendo, por isso negligenciáveis os seus efeitos na configuração das condições de existência concreta das crianças. (SARMENTO, 2007, p. 30)

Tendo em vista que diferentes pressupostos teóricos embasaram a formulação das concepções de infância, uma multiplicidade de entendimentos sobre a infância e a criança se articularam, compreendendo-as ora como seres bestiais, puros, inocentes, potenciais, demoniozinhos e tabulas rasas. (COHN, 2005) Nesse sentido, esse capítulo tem como objetivo problematizar as principais concepções de infância que constituíram a criança nas produções acadêmicas, propondo levantar hipóteses acerca do questionamento: como é que a pesquisa pode contribuir para a formulação de paradigmas sobre a infância? E de que modo tais paradigmas resultam de compreensões sobre a infância em determinado campo, subsidiando outras investigações?

Para tanto, serão utilizadas, como ponto de partida: a conceituação proposta por Castro e Kosminsky (2010), que organizam a pesquisa sobre infância no Brasil em dois segmentos: entre os anos de 1960 a 1980 e no final do século XX, porque sustentam que é possível identificar alterações conceituais nas maneiras de se pensar a infância, em parte devido à emergência da infância como questão sociológica; e o conceito de imaginização³ ou imaginação, forjado pelos sociólogos britânicos James, Jenks e Prout (1998), para identificar as concepções de infância socialmente construídas, tomando como princípio a visibilização da infância como objeto de estudo da sociologia. Dessa maneira, os autores classificam as imagens da infância em pré-sociológicas e sociológicas.

Nesse sentido, considerando a periodização proposta por Castro e Kosminsky (2010) e as concepções de infância analisadas por James, Jenks e Prout (1998), pretende-se problematizar como a criança tem sido constituída enquanto objeto de investigação e quais as interpretações acerca da infância têm perpassado as investigações que lhes dizem respeito.

1.1 A infância como um vir-a-ser: aspectos biológicos, jurídicos e filosóficos na constituição da ideia de criança

Para compreender o que se pensava sobre a infância entre 1960 e 1980 é necessário voltar ao final do século XIX e às primeiras décadas do século XX, quando, de acordo com Kuhlmann Jr. (1991), três áreas influenciaram a percepção das crianças: a médico-higienista, a jurídica e a religiosa.

Os intelectuais que investigavam a infância àquela época eram, prioritariamente, médicos e advogados que haviam estudado no exterior. (CASTRO, KOSMINSKY, 2010) A conjuntura social de então, marcada pela difusão das ideias de cunho higienista e reformista, adquiriram significativa expressão nas discussões⁴ sobre a infância.

A influência dos aspectos médicos vinculava-se às concepções higienistas e à intenção de promover uma ampla reforma nacional, com base no saneamento e no ideal de civilização, tendo em vista a transição do regime monárquico para o republicano. De acordo com Rizzini (1997):

³ O conceito de imaginização da infância não se refere a um processo fantasioso que pretende concebê-la, pelo contrário, as imagens sintetizam as representações formuladas ao longo do tempo. (JAMES, JENKS, PROUT, 1998)

⁴ O Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado no Rio de Janeiro, em 1922, tinha esses aspectos como pauta. (KUHLMANN Jr., 1991)

As três primeiras décadas, que seguiram à instauração da República, foram marcadas pela difusão do higienismo, originando expressiva produção de conhecimentos especializados sobre a infância bem como a penetração na prática médica no âmbito doméstico. (RIZZINI, 1997, p.137)

Do ponto de vista médico-higienista, a principal preocupação era conter os elevados índices de mortalidade infantil. Porém, essa preocupação coadunava-se com as intenções de controle racial e contenção da pobreza, concebida como repugnante e elemento desviante do projeto modernizador. Assim, as primeiras iniciativas em relação à infância foram configuradas com base nessa perspectiva. De acordo com as ideias difundidas no período, as famílias pobres não eram capazes de prover o desenvolvimento saudável de seus filhos, de modo que as instituições fundadas visavam à melhoria de sua saúde e a orientação familiar. (KUHLMANN Jr., 1991).

A elaboração de um amplo programa de higiene infantil, concebido e coordenado pelo médico Moncorvo Filho, evidenciou as ideias fundadoras, promovendo ações como o combate à mortalidade infantil, à inspeção das condições de vida das crianças pobres, orientações às mães no que se referia ao cuidado com a saúde de seus filhos, inspeção e regulamentação da lactação, zelo pela vacinação, criação de instituições para as crianças abandonadas, entre outras. (KUHLMANN Jr., 1991) A propagação da visão médica era sustentada também pelas ideias de Manoel Bomfim e Herbert Spencer, como indicam Castro e Kosminsky (2010).

Com base nessa perspectiva, pode-se afirmar que a infância era concebida pelo viés biológico, compreendida como organismo em crescimento, sendo necessário prover as condições higiênicas adequadas ao seu desenvolvimento a fim de que atingisse a idade adulta. Nesse sentido, a preocupação com a saúde da criança prevalecia sobre a própria criança, tendo como aspecto principal o que ela viria a ser, ou seja,

tal visão baseia-se numa visão de sujeito centrado e dado, detentor e portador de atributos e qualidades encerrados num corpo biológico. No do adulto se encerram a independência, a autonomia, a capacidade de discernir o “real” e o “ficcional”, a capacidade de julgamento e tantas outras. Estas qualidades reificadas como algo positivo e substantivo, fariam a “diferença” entre crianças e adultos. (CASTRO, 2001, p. 27-28, grifos no original)

A abordagem médico-higienista articulava-se com as propostas de ordem jurídico-policial, visto que estas coadunavam com o caráter preventivo e saneador da época, quando se defendia o afastamento das crianças dos ambientes considerados viciosos, principalmente da rua. (RIZZINI, 1997) Uma determinada parcela da infância passou a constituir a temática central: a chamada *infância moralmente abandonada* (KUHLMANN Jr., 1991), ou seja, as

crianças pobres que permaneciam nas ruas. Na medida em que a rua passou a ser concebida como espaço que possibilitava a “prática da mendicância, vadiagem, prostituição, delinquência e criminalidade” (MOURA, 1999, p. 2) foram configuradas iniciativas que visavam o afastamento das crianças pobres dos ambientes considerados perigosos e que poderiam deturpar seu caráter. Defendia-se que fossem tuteladas pelo Estado em instituições que garantissem sua guarda, ensino e preservação da criminalidade.

As ações moralizadoras dirigidas à infância e constituídas com base nessa perspectiva consistiram na fundação de instituições com vistas a conter a criminalidade, dentre elas o Patronato de Menores e o Asilo de Menores Desamparados, além da promulgação de legislação específica, o Código de Menores, cuja primeira versão é de 1927. De acordo com a socióloga Jucirema Quinteiro (2000), a partir da década de 1920, os problemas relacionados à criança tornaram-se “objeto de alçada jurídica, surgindo assim a categoria social denominada *menor*, em outras palavras, *o filho do pobre*.”(QUINTEIRO, 2000, p.9)

A ação moralizadora não era destinada somente às crianças pobres, mas também às suas famílias, concebidas como ociosas e imorais, como indica Rizzini (1997), de modo que conter a pobreza e civilizar a nação encontrou na infância moralmente abandonada o objeto de suas intenções:

O discurso dos juristas interessados na infância se apoia na trilha médico-filantropica de intervenção sobre os pobres para abrir seu próprio caminho. A ação dirigida aos menores segue, em linhas gerais, a seguinte estratégia: a) divulgar o quadro alarmante do aumento da criminalidade, mostrando o perigo do contágio (crianças vivendo entre viciosos, enveredando pelo caminho do crime...); b) comprovar que a origem do problema estava na família que, por crueldade ou por incapacidade, abandonava os filhos à própria sorte ou os explorava, incutindo-lhes o... ‘*germem do vício*’; c) indicar como solução a ‘*prevenção social*’ (“obra moralizante e salutar”), através de dois veios que marcarão a ação jurídico-social dirigida à infância: elaboração de uma legislação específica que permitisse a livre tutela do Estado sobre a criança; e controle da ação social (pública e privada) considerada adequada para cada caso, cumprindo a dupla função (filantrópica e jurídica) – de assistência e proteção, da infância e da sociedade. (RIZZINI, 1997, p. 200-2001, grifos no original)

A articulação entre o viés biológico e a perspectiva jurídica fundamentaria a condição civil e penal da criança enquanto *menor*, ou seja, “como um ainda-não-sujeito de direitos e deveres” (CASTRO, 2001, p.27), mas como detentora do futuro da nação. (RIZZINI, 1997, p.35)

A preponderância do entendimento da criança enquanto ser biológico e em crescimento contribuiu para a compreensão da infância como fase universal da vida humana, correspondendo, nesse sentido, a um objeto de estudo próprio das ciências naturais. Assim,

Ser criança, ter sido criança, ter crianças e ter de se relacionar continuamente com crianças são experiências que tornam esta categoria “normal” e rapidamente transformável em categoria “natural” (tal como acontecia com as categorias sexo e raça). Na consciência coletiva, essas percepções organizam-se em torno da “metáfora do crescimento.” Em resultado desse fato, os sinais físicos das transformações anatômicas que acompanham a infância são vistos como indicadores de uma transição social, de tal forma que a junção das dimensões do “natural” e do “social” é perpetuamente reforçada. (JENKS, 2002, p. 191, grifos no original)

Segundo Jenks (2002) a metáfora do crescimento, acompanhada pelas transformações físicas no processo de desenvolvimento, contribuiu para que a infância fosse concebida como fenômeno natural, daí o seu privilégio enquanto objeto de estudo das ciências naturais. Cabe ressaltar que não somente os aspectos biológicos e jurídicos contribuíram para a elaboração da concepção do vir-a-ser, mas que, anteriormente, houve uma contribuição da filosofia na busca da compreensão da infância. (JAMES; JENKS; PROUT, 1998)

As obras de Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e John Locke apresentam concepções de infância, elaboradas a partir de interpretações acerca da essência humana. Na análise de James, Jenks e Prout (1998), ao conceber o ser humano como essencialmente mau, Hobbes reforçou a ideia cristã da criança como ser naturalmente mau, agressivo, descontrolado, sendo necessárias intervenções adultas para a alteração de seu caráter. Rousseau, por outro lado, ao argumentar em favor da bondade natural humana, contribui para a difusão da compreensão da criança como ser essencialmente bom, angelical, puro. Os modelos educativos, nesse sentido, não serviriam para controlar e disciplinar a criança, mas para preservar seu caráter. Locke, por sua vez, defendia que a criança não possuía características inatas, mas correspondia a um ser em potencial, que poderia desenvolver vícios ou virtudes. Concebe, assim, a criança como um vaso vazio à espera de depósito ou de modelagem, a ser realizada pela educação.

Imagens elaboradas pela filosofia em combinação com aspectos biológicos, jurídicos e médicos contribuíram para que a infância fosse concebida como etapa da vida na qual as crianças, caracterizadas como inexperientes, imaturas, incompetentes, incapazes, devem permanecer segregadas da vida social, até atingir a idade adulta para que, efetivamente, convertam-se em seres sociais e sujeitos de direitos⁵. A concepção de criança como vir-a-ser fundamentou as investigações sobre a infância, influenciando não somente as pesquisas de caráter médico, jurídico e filosófico, mas também a psicologia e as ciências sociais, conforme veremos a seguir.

⁵ A negatividade constituinte (SARMENTO, 2004) das concepções de infância será abordada após a explanação acerca da alteração conceitual que levou a esse olhar.

Ainda que Castro e Kosminsky (2010) não se detenham nas ideias elaboradas pela psicologia acerca da criança, serão apresentadas as características promovidas pela psicologia do desenvolvimento, uma vez que teriam influenciado largamente os estudos da infância (JENKS, 2002), constituindo o “principal referencial de entendimento e interpretação da criança no século XX.” (SARMENTO, 2007, p. 32)

A criança como objeto de investigação da psicologia foi subsidiada pela abordagem biológica da infância, porém seus estudos agregaram novos elementos, notadamente na psicologia do desenvolvimento.

Sobre a criança em desenvolvimento, Jenks (2002) e James, Jenks e Prout (1998) a localizam nos estudos da epistemologia genética. Nessa abordagem o desenvolvimento mental das crianças se dá por meio de estágios de maturação, hierarquicamente organizados no tempo, sendo considerada como referência a maturidade cognitiva da idade adulta. Dessa forma, na medida em que o desenvolvimento consiste em um processo universal e biológico da vida humana, definido por etapas previamente definidas, torna-se possível estudar um indivíduo e generalizar as conclusões.

A abordagem concebe a criança de forma abstraída e descontextualizada, tendo como parâmetro a estruturação do pensamento segundo a lógica adulta. Nesse sentido, pode-se observar que a criança é compreendida por meio do enfoque individual que “independentemente do contexto, segue um padrão de estágios biológicos que constituem um caminho para a plena realização de uma ou para uma progressão tipo escala para a maturidade.” (DAHLBERG; MOSS; PENCE, 2003, p. 67)

Ao conceber a racionalidade adulta como último estágio de maturação e referência formativa, define-se a criança como ser imaturo, incompetente e dependente do adulto. Nessa lógica,

A afirmação da dependência psicológica da criança – e não por certo sua interdependência nas relações emocionais e sociais nas quais está inserida – concorre para que se determine uma posição de incapacidade das crianças, também do ponto de vista sócio-político. A situação de menoridade das crianças – social e jurídica – merece ser questionada enquanto passível de representar não só uma visão adultocêntrica sobre a criança, como também, uma visão familiar, ou seja, a criança é sempre vista como parte da família, e seus direitos e prerrogativas devem ser a ela sempre remetidos. (CASTRO, 2001, p.25)

Pode-se considerar, então, que, ao estabelecer o adulto como ponto de chegada, a interpretação desenvolvimentista contribuiu para que as crianças fossem representadas como seres naturais, antes de serem sociais, além de favorecer o entendimento da infância como

etapa preparatória, na qual as crianças permanecem apartadas da vida social em instituições destinadas ao seu cuidado e educação.

Também as ciências sociais tomaram a criança como um vir-a-ser, abordagem presente na concepção de infância como problema social, que pode ser reconhecida a partir dos estudos realizados pelos cientistas sociais brasileiros nas pesquisas sobre a formação das classes sociais, sobre a migração e sobre a urbanização. (CASTRO; KOSMINSKY, 2010) A pesquisa das ciências sociais, até a década de 1980, vai focalizar principalmente

a delinquência e a criminalidade, o trabalho infantil, a legislação sobre o 'menor', a família da criança pobre, o menor institucionalizado e seus problemas, características sócio-econômicas da criança pobre, sua história, crianças de rua e políticas sociais voltadas aos menores. (CASTRO; KOSMINSKY, 2010, p.211)

À vulnerabilidade dessa infância pobre podem-se acrescentar os estudos sobre o fracasso escolar, estabelecidos a partir da relação direta entre o desenvolvimento da criança e sua origem social (PATTO, 1973), de modo que o meio social popular, caracterizado pela pobreza, desnutrição, problemas emocionais seria responsável por prejuízos cognitivos, linguísticos, afetivos e, subsequentemente, reprovação escolar de tais crianças.

1.2 Novas ideias sobre a infância e as crianças

Consoante o recorte proposto por Castro e Kosminsky (2010), as últimas décadas do século XX parecem ter sido um importante período para que acontecessem alterações conceituais sobre a infância. As pesquisadoras destacam que a emergência de nova abordagem sobre a infância foi possível a partir das tentativas de compreender a infância como problema social. Localizam na aprovação da Constituição Federal de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), que instituem a criança como sujeito de direitos, a legislação que permitirá uma contraposição à ideia de infância enquanto ser incompetente, imaturo e marginalizado. Nesse sentido, é preciso focalizar os aspectos que subsidiaram a alteração conceitual da infância, sobretudo nas ciências sociais, a fim de compreender o processo de emergência dessas novas abordagens da infância.

Segundo Quinteiro (2003) novas concepções acerca da infância vinham sendo arquitetadas no plano internacional, até que em 1990

os sociólogos da infância reuniram-se pela primeira vez no Congresso Mundial de Sociologia para debater sobre os vários aspectos que envolvem o processo de socialização da criança e a influência exercida sobre esta pelas

instituições e agentes sociais com vistas à sua integração na sociedade contemporânea. (QUINTEIRO, 2003, p.1)

Concebida como fase, universal e biológica, a infância havia sofrido um processo de marginalização conceitual no interior das análises sociológicas, permanecendo invisível diante das instituições socializadoras. Dessa maneira, a ocultação das crianças se dava por meio da articulação de duas representações: a criança-filho, objeto da sociologia da família, e a criança-aluno, objeto da sociologia da educação. (MORAES, 2005)

Régine Sirota (2001), pesquisadora francesa, aponta que a mudança paradigmática que tornou possível a emergência de novas abordagens sobre a criança esteve, em parte, atrelada à crítica, à concepção estrutural-funcionalista acerca da socialização e à redescoberta da sociologia interacionista, de modo a “fornecer os paradigmas teóricos dessa nova construção do objeto.” (SIROTA, 2001, p. 9-10)

Cabe destacar que no decorrer da década de 1980, segundo a socióloga Graça Setton (2012), diferentes sociólogos, observando que profundas modificações de ordem estrutural alteraram radicalmente a dinâmica social, apontaram certo esgotamento das contribuições da sociologia clássica, dentre elas, a noção de socialização, até então compreendida como sinônimo de interiorização de papéis, ao passo que o indivíduo passou a ser concebido não somente como reprodutor da ordem, mas como ator social. Para tanto, conforme denominou Nogueira (1995), esse movimento de “retorno do ator”, possibilitou uma nova ordenação no campo sociológico, trazendo novamente para o centro do debate as abordagens construtivistas, as quais compreendem a formação do indivíduo e a formação da sociedade como um processo dialético, a partir da interação entre agência e estrutura. Corcuff (2001) aponta que a nova abordagem acerca do social, o construtivismo social, “tenderia, pois, a ver as realidades sociais como construções históricas e cotidianas de atores individuais e coletivos.” (CORCUFF, 2001 *apud* SETTON, 2012, p. 22)

A compreensão da infância como fenômeno social nessa perspectiva contrapõe-se ao reducionismo biológico que havia prevalecido nas discussões acerca de sua conceptualização, ou seja,

a infância, vista como fenômeno diferente da imaturidade biológica, não é mais um elemento natural ou universal dos grupos humanos, mas aparece como um componente específico tanto estrutural quanto cultural de um grande número de sociedades. (JAMES; PROUT, 1990 *apud* SIROTA, 2001, p.19)

Além disso, a noção de construção social, estendida à infância, contribuiu para a desnaturalização de sua compreensão, possibilitando enxergá-la como componente

permanente da vida social, porém, cujas condições de vida podem divergir face às variações interculturais. (QVORTRUP, 2010)

Desse modo, perspectivar a infância enquanto construção social constituiu uma das premissas centrais da sociologia da infância. (HONIG, 2009)

Por outro lado, o movimento de redefinição da infância enquanto objeto sociológico possibilitou conceber não somente a infância, mas também a organização social a partir de outro ponto de vista. Nesse sentido, as ideias sobre a infância, elaboradas com base nos aspectos médicos, psicológicos e jurídicos, foram interpretadas como expressão de uma configuração social marcada pela centralidade do modelo adulto. De acordo com Sarmento (2007) a partir da lógica adultocentrada, articularam-se ideias sobre a infância, constituídas a partir da negatividade, ou seja, a criança foi concebida a partir da ausência de características adultas.

O que não pode deixar de ser anotado, senão como um paradoxo, com expressivo significado social, é que as distintas representações da infância se caracterizam especialmente pelos traços de negatividade, mais do que pela definição de conteúdos (biológicos ou simbólicos) específicos. A criança é considerada como o não-adulto e este olhar adultocêntrico sobre a infância registra especialmente a ausência, a incompletude ou a negação das características de um ser humano “completo”. A infância como a idade do não está inscrita desde o étimo da palavra latina que designa esta geração: *infans* – o que não fala. (SARMENTO, 2007, p. 33)

Subjacente ao entendimento da criança como o não-adulto, a infância foi configurada como um grupo menor, do ponto de vista jurídico e moral. Nesse sentido, a emergência dos pressupostos teóricos da sociologia da infância evidenciou a condição de categoria minoritária que havia embasado as concepções de infância. Nas palavras de Qvortrup,

Pessoalmente, concordo com a abordagem que categoriza a criança como grupo minoritário, definido em relação ao grupo dominante, que possui status social mais alto e maiores privilégios, isto é, nesse caso, os adultos; e, indo além, como um grupo que, por suas características físicas ou culturais, é singularizado à parte da sociedade, com um tratamento diferencial e desigual. (QVORTRUP, 2011, p. 210)

A emergência da concepção da criança como sujeito de direitos, em parte pode ser compreendida a partir da crítica à sua representação como grupo menor. No Brasil, a promulgação da Constituição Federal de 1988 legitimou, em termos jurídicos, a noção de criança como sujeito de direitos, rompendo com o histórico que designava a infância enquanto categoria minoritária. Nesse sentido, ao remeter à criança-sujeito de direitos, compreende-se que ela possui cidadania, é portadora de direitos também enquanto criança, não sendo necessário atingir a idade adulta para isso.

Ao traçar novos entendimentos acerca da infância, a sociologia da infância propõe um repensar acerca da compreensão dicotômica entre criança e adulto, rompendo com a ideia de que os mundos sociais dos adultos e das crianças estivessem separados e em conflito. (HONIG, 2009)

Essa nova percepção sociológica da infância vai propiciar a constituição de outras ideias acerca da criança e, segundo Sirota (2001), a partir da articulação de tais entendimentos, outras ciências se lançaram à investigação acerca da infância, dentre elas a história, a etnografia e a demografia.

Conceber a infância enquanto componente estável da vida social faz perceber que ainda que tenha sido marginalizada pela sociedade e destituída de seu potencial de atuação, nem por isso ela deixou de participar efetivamente da dinâmica social (NASCIMENTO, 2011, p. 41). O rompimento com o entendimento da criança como objeto passivo da socialização torna-se mais evidente ao se argumentar que as crianças são coconstrutoras da sociedade, ou seja, a infância constitui um grupo presente e ativo socialmente, não só porque influencia os planos do mundo social e econômico, mas também porque o trabalho escolar que desempenha faz dela integrante da divisão social do trabalho. (QVORTRUP, 2001, 2011)

Para Sarmiento (2003a, p.9) “a desconstrução do conceito de socialização é inerente à emancipação da infância como objeto teórico e à interpretação das crianças como seres sociais plenos, dotados de capacidade de ação e culturalmente criativos.” Tendo em vista os novos entendimentos acerca da socialização, que se distanciaram da perspectiva que a concebia enquanto reprodução passiva, articularam-se outros estudos acerca desse processo, subsidiados tanto pela compreensão da inserção ativa da criança na sociedade e de seu papel de ator social quanto pelo diálogo com a antropologia, uma vez que

Desde a década de 1960, conceitos fundamentais de antropologia, como cultura e sociedade, ou estrutura e agência são revistos e reformulados. Além disso, algo que não é menos importante: começou-se a perceber na criança um sujeito social. (COHN, 2005, p. 11)

Cabe destacar que também a antropologia, ao reconhecer o papel ativo que a criança desempenha na sociedade, passou a conceituá-la como objeto de estudo compreendendo que, através das relações sociais, as crianças podem alterar os significados da cultura adulta

Elas (as crianças) elaboram sentidos para o mundo e suas experiências compartilhando plenamente de uma cultura. Esses sentidos têm uma particularidade, e não se confundem nem podem ser reduzidos àqueles elaborados pelos adultos; as crianças têm autonomia cultural em relação ao adulto. Essa autonomia deve ser reconhecida, mas também relativizada: digamos, portanto, que elas têm uma relativa autonomia cultural. Os sentidos

que elaboram partem de um sistema simbólico compartilhado com os adultos. (COHN, 2005, p. 35)

O pressuposto de que a infância é constituinte da estrutura social e que as crianças, através de suas relações, elaboram sentidos para o contexto no qual estão inseridas, suscitaram questionamentos acerca da maneira como as crianças produzem tais significados. Para Sarmiento (2003a), que defende que o desenvolvimento das crianças se dá através de processo coletivo e cultural, o conceito de “culturas da infância” se estabelece a partir da “capacidade das crianças em construir de forma sistematizada modos de significação do mundo e da ação intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e ação.” (SARMENTO, 2003, p. 3).

O sociólogo norte-americano, William Corsaro (2011) afirma que a emergência de novas abordagens sobre a infância possibilitou a elaboração de estudos sobre criança e infância usando diferentes metodologias. Em consonância com a noção de criança como ator social, tem sido visualizada uma crescente tendência em reposicionar as crianças como sujeitos em vez de objetos de pesquisa, ou seja, uma alteração conceitual-metodológica que tem redefinido as investigações em um movimento da pesquisa *sobre* crianças para a pesquisa *com* crianças.

As metodologias que se articulam nesse movimento têm como pressuposto que as crianças merecem ser estudadas em seu próprio direito. Ademais, o objetivo de ouvir as vozes das crianças nas investigações tem suscitado a reflexão acerca da elaboração de técnicas que considerem as necessidades e particularidades específicas de cada faixa etária, porém sem ignorar a dimensão ética que envolve a pesquisa com crianças. (KRAMER, 2002)

Como vimos, diferentes campos do conhecimento trataram a criança enquanto objeto de estudo, apresentando concepções, abordagens e, também, metodologias coerentes. Dessa forma, torna-se possível afirmar que tais construções teóricas configuraram as investigações acerca da criança e da infância em determinados períodos. No próximo capítulo, pretende-se apresentar as relações entre as concepções de infância e a pesquisa acadêmica e localizar os periódicos científicos como espaço de publicação de pesquisa.

CAPÍTULO 2

PESQUISA E PUBLICAÇÕES ACADÊMICAS: ELEMENTOS DO ESTUDO

Mesmo se fôssemos recolher todas essas informações sobre a infância e as crianças, veríamos que um punhado de ideias diferentes se apresentam. A criança pode ser a tabula rasa a ser instruída e formada moralmente, ou o lugar do paraíso perdido, quando fomos o que jamais seremos de novo. Ela pode ser a inocência (e por isso a nostalgia de um tempo que já passou) ou um demoniozinho a ser domesticado. (COHN, 2005, p. 7)

No Brasil, a publicação de pesquisas em periódicos tem início em 1806 (FREITAS, 2006), com a publicação dos seguintes periódicos: O Patriota, Jornal Litterario, Politico, Mercantil, do Rio de Janeiro. (RODRIGUES; MARINHO, 2009)

Na área das ciências humanas e sociais, Castro e Kosminsky (2010) apresentam um quadro com 64 periódicos, composto por 22 publicações editadas por cursos de pós-graduação em ciências sociais credenciados em todo o país e 42 revistas avaliadas como as mais importantes revistas do campo das ciências sociais. A esse quadro, pode-se adicionar 1.163 periódicos do campo da educação e cerca de 1.460 da psicologia, nas quais pode-se publicar pesquisa sobre infância, segundo dados da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Este capítulo apresenta primeiramente pesquisa sobre infância baseada na perspectiva do vir-a-ser. Em seguida, sintetiza as principais alterações conceituais que possibilitaram a emergência de um novo paradigma da infância nas investigações. Por fim, reflexões acerca da constituição dos periódicos acadêmicos enquanto objeto de estudo, relatando os critérios de levantamento e seleção das edições temáticas sobre a infância.

2.1 A infância e os periódicos acadêmicos

2.1.1 A pesquisa sobre a infância, sob a perspectiva do vir-a-ser

Do ponto de vista da psicologia, Copit e Patto (1979) apontam que na história da psicologia brasileira a criança constituía objeto de pesquisa desde o início do século, tendo sido a vertente médico-hospitalar predominante nas investigações. Instituições educacionais importantes na época como o *Pedagogium*, a Escola Normal de São Paulo e a Escola Normal

de Piracicaba haviam estreitado suas relações com esse campo do conhecimento, “encarregando-se de implantar e desenvolver a psicologia do desenvolvimento infantil, através da condução de experimentos e pesquisas realizados com a criança.” (COPIT; PATTO, 1979, p.6)

As pesquisadoras efetuaram um levantamento da produção acadêmica, periódicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado, encontrados na biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo entre os anos de 1968 a 1978, a fim de responder o seguinte questionamento: como a criança foi constituída objeto de pesquisa no campo da Psicologia?

Nos periódicos analisados, as autoras visualizaram a predominância de trabalhos segundo a perspectiva comportamental, referindo-se às condições físicas da criança, bem como seus aspectos psicológicos e familiares, os quais tinham como instrumento de pesquisa os testes padronizados a fim de avaliar a “normalidade” ou a “anormalidade” das condições psicológicas das crianças. (COPIT; PATTO, 1979) Por outro lado, observaram a emergência de duas novas linhas de pesquisa no estudo da criança: a psicogênese piagetiana e a abordagem médico-psicológica:

[...] [essas] duas novas linhas de pesquisa psicológica da criança se configuram nessas publicações, em função da chegada ao Brasil de especialistas que, absorvidos pelas faculdades e universidades que ministram cursos de psicologia, imprimem à produção de seus colaboradores e orientandos a mesma direção de seus próprios trabalhos: a interação mãe-criança, no contexto da análise etológica do comportamento, e o estudo da psicogênese de conceitos lógico-matemáticos em crianças, através do referencial teórico-metodológico oferecido por Piaget (especialmente as chamadas “tarefas piagetianas”). A seguir, situam-se as pesquisas de caráter médico-psicológico que descrevem aspectos pediátricos, psiquiátricos, neurológicos, psicológicos e sociais de crianças desnutridas, mongolóides, anêmicas,⁷⁵ portadoras de disfunção cerebral mínima, deficiências sensoriais e outras síndromes. Nessas pesquisas, a psicologia contribui com o fornecimento e a aplicação de instrumentos de medida (testes) de habilidades diversas, de acordo com o interesse particular de cada programa. (COPIT; PATTO, 1979, p. 7-8)

Com base nas dissertações e teses analisadas, Copit e Patto (1979) concluíram que havia uma presença nítida nas análises de considerar a criança a partir de sua origem social

[...] o nível sócio-econômico passa a ocupar uma posição de destaque no estudo da criança brasileira - é nesse contexto que surgem os conceitos de “marginalização cultural”, “deficiência” e “carência cultural”, cada vez mais frequentes a partir da década de 70. [Essas pesquisas analisam minuciosamente as crianças das classes subalternas em suas habilidades e seus comportamentos, utilizando-se dos testes psicológicos (tendo como parâmetros as habilidades e comportamentos das crianças das classes

majoritárias), visando o ajuste de tais habilidades e comportamentos] “às necessidades de uma sociedade urbano-industrial”, da qual se encontram supostamente marginalizadas as crianças das classes populares. [A criança é retratada, nessas pesquisas, num movimento compreendido entre a mitificação e o conhecimento]. (COPIT; PATTO, 1979, p. 7-8)

De acordo com as pesquisadoras, a criança na pesquisa psicológica era considerada a partir de seu contexto social, com foco, sobretudo, nas classes populares, no âmbito da abordagem da carência cultural, ou seja, avaliada como marginal. A criança, nesse sentido, era concebida a partir de seu fracionamento em diferentes habilidades e comportamentos, sendo eles avaliados por meio de testes padronizados, cujos resultados tinham como referência as crianças oriundas das classes sociais abastadas.

O estudo de Copit e Patto (1979), desse modo, apresenta um panorama da constituição da criança por meio da pesquisa psicológica no Brasil, apontando as duas vertentes principais nos estudos: a criança em desenvolvimento e a criança marginal.

No campo da educação, é clássico o levantamento realizado por Campos e Haddad (1992) da pesquisa sobre a pequena infância, publicada no periódico *Cadernos de Pesquisa* entre as décadas de 1970 a 1990. As pesquisadoras tinham como objetivo discutir como o tema da criança pequena estava sendo abordado na pesquisa. Segundo elas, verifica-se um deslocamento dos assuntos abordados nesse período, da prevalência da discussão acerca da criança em idade pré-escolar, na década de 1970, à problemática do atendimento à criança em creches e pré-escolas, na década seguinte.

Campos e Haddad (1992) evidenciam em sua análise a elevação do número de artigos publicados no periódico cuja temática seja a criança ou seu atendimento. Dentro do conjunto de artigos selecionados, as autoras observaram o incremento do número de artigos relacionados à creche. Por outro lado, as autoras apontam que o tema da criança pequena surgiu como objeto de publicação nesse periódico relacionada à preocupação com o desenvolvimento cognitivo infantil. As pesquisadoras apontam que, na década de 1980, as pesquisas priorizavam o ensino fundamental, como reflexo da difusão das teorias da reprodução.

2.1.2 Transição do paradigma da infância

Campos, Fulgraff e Wiggers (2006), com o objetivo de investigar os resultados das investigações acerca da qualidade da educação infantil, efetuaram um levantamento de estudos publicados em periódicos acadêmicos indexados na base de dados da Fundação

Carlos Chagas (FCC). O estudo analisou também a produção científica apresentada em forma de trabalhos na Reunião Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd). Foi utilizada como critério de seleção tanto dos trabalhos quanto dos artigos a pertinência dos mesmos em relação à discussão do tema da qualidade na educação infantil, compondo o *corpus* investigativo trabalhos e artigos de caráter empírico e teórico.

A busca dos periódicos foi efetuada na base de dados da FCC, utilizando os descritores creche e educação infantil. A partir desse levantamento, foram selecionados 51 artigos publicados nos seguintes periódicos: Cadernos CEDES, Educação & Sociedade, Cadernos de Pesquisa, Estudos em Avaliação Educacional, Educação e Pesquisa, Educação & Realidade, Ensaio, Pro-Posições, Revista Brasileira de Educação, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos e EmAberto. (CAMPOS; FULGRAFF; WIGGERS 2006)

Campos, Fulgraff e Wiggers (2006) apontam que, dos artigos selecionados, 21 foram publicados em dossiês ou números temáticos sobre a infância. Os artigos, que representavam os resultados de investigações acadêmicas, produto de dissertações e teses, foram classificados em quatro categorias temáticas: formação de profissionais; propostas pedagógicas; condições de funcionamento e práticas educativas; relações com as famílias. As mesmas categorias foram utilizadas para classificação dos trabalhos selecionados no âmbito da ANPEd.

A apresentação dos resultados dessa investigação ocorreu de forma conjunta, isto é, não houve distinção entre trabalhos e artigos encontrados. De maneira geral, no que se refere à formação de profissionais, segundo Campos, Fulgraff e Wiggers (2006), a análise do *corpus* investigativo evidencia que grande parte das educadoras, sobretudo aquelas que atuam em creches, possui o ensino médio como formação. Além disso, tanto os artigos quanto os trabalhos apresentados apontam para a dificuldade dos municípios em estabelecer programas de formação inicial ou continuada, tendo também como desafio a transferência, aprovada pela legislação, das creches para os órgãos educacionais. A ausência de qualificação específica das educadoras teria contribuído para sua prática cotidiana marcada pela ausência de clareza de seu papel, “o que as leva a confundir as competências da creche e da família, não distinguindo entre o espaço público e o privado.” (CAMPOS; FULGRAFF; WIGGERS, 2006, p. 104)

No campo das propostas pedagógicas, as autoras observam uma ampla discussão, subjacente ao contexto de aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e também pelas orientações curriculares indicadas pelo MEC, por meio do Referencial Curricular Nacional da Educação Infantil. Outros trabalhos levantados apontavam para a discussão acerca de propostas curriculares adotadas em âmbito local.

Em relação às condições de funcionamento e práticas educativas, os artigos e trabalhos analisados evidenciaram a precariedade das condições físicas de muitas instituições de educação infantil, caracterizadas pela presença de problemas de segurança, insalubridade e ausência de equipamentos adequados. A “rotinização do cotidiano” (CAMPOS; FULGRAFF; WIGGERS, 2006, p. 112) foi um dos elementos criticados pelos estudos classificados nessa categoria, compreendida a partir da repetição das mesmas propostas diariamente e interpretada por alguns autores como herança da tradição assistencialista.

Os estudos referentes às relações entre as instituições de educação infantil e as famílias das crianças apontam que, na maioria dos casos, os profissionais de educação infantil

Descrevem as famílias atendidas pela creche como “muito desestruturadas”, utilizando adjetivos depreciativos. Manifestam, por outro lado, muitas expectativas quanto à sua colaboração, esperando dos pais, e especialmente das mães, que acompanhem o trabalho desenvolvido na creche também em casa, nos cuidados de higiene e saúde e no incentivo à leitura e demais tarefas pedagógicas; não reconhecem, portanto, suas reais condições de existência, tanto nos aspectos materiais como simbólicos. (CAMPOS; FULGRAFF; WIGGERS, 2006, p. 115)

Nesse sentido, nota-se que as relações estabelecidas são subsidiadas por concepções estereotipadas dos profissionais em relação às famílias.

Com base no levantamento de artigos e trabalhos publicados, as autoras concluem que

o conjunto de resultados de pesquisa coletados nesse levantamento revelam aspectos importantes sobre a realidade vivida por crianças e adultos nas creches e pré-escolas brasileiras, nessa etapa de transição impulsionada pelas reformas legais e institucionais. Velhas concepções, preconceitos provenientes de uma história de colonização e escravidão que ainda marca o presente, rotinas e práticas herdadas de tradições assistencialistas, convivem e resistem às propostas mais generosas que presidiram as novas diretrizes legais, baseadas em uma visão da criança como sujeito de direitos, orientada pelos conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento e informada pelas noções de respeito à diversidade. (CAMPOS; FULGRAFF; WIGGERS, 2006, p. 117)

Outra pesquisa que merece destaque é a realizada por Pinto e Pinheiro (2008), com o objetivo de mapear as temáticas e tendências de pesquisas em trabalhos que tomaram a produção do conhecimento da área da Educação Infantil como objeto de estudo. As fontes de coleta de dados foram o artigo, já citado, de Campos e Haddad (1992), a pesquisa efetuada por Rocha (1999), um artigo de Kramer (2004) e o trabalho de Strenzel (2000) apresentado no Grupo de Trabalho Educação de Crianças 0 a 6 (GT07) da ANPED.

Para tanto, as pesquisadoras organizam o histórico de constituição da educação infantil como campo de conhecimentos no contexto da pesquisa educacional no Brasil, a partir das contribuições da produção teórica veiculada pelos periódicos acadêmicos, sobretudo o

Cadernos de Pesquisa, e do incremento do número de investigações sobre essa etapa educacional. Dizem elas que

[...] a emergência da Educação Infantil como campo de produção de conhecimentos no Brasil pode ser datada da década de 70, pois, até então as intervenções pedagógicas nas creches e pré-escolas se davam a partir de teorias importadas dos países europeus, enquanto a pesquisa de nossa realidade e a crítica àquelas teorias ainda se mostrava muito incipiente. (PINTO e PINHEIRO, 2008, p.2)

Nesse sentido, as autoras compreendem que a veiculação de conhecimento acerca da criança pequena pela FCC, por meio do periódico Cadernos de Pesquisa, teria contribuído para a constituição desse campo, uma vez que [...] “o impacto de suas produções nas políticas públicas e movimentos sociais demonstra o resultado de um trabalho que vai além dos espaços acadêmicos.” (PINTO; PINHEIRO, 2008, p.3)

Por outro lado, a criação do GT07, no âmbito da ANPEd, na década de 1980, teria instituído um espaço para discussão teórico-metodológica acerca dessa problemática.

Sobre o artigo de Campos e Haddad (1992), destacam que

[...] dentre os temas dos anos 70, mapeados por Campos & Haddad (1992), estão as teorias da privação cultural e materna, a condição da mulher e o surgimento de críticas às concepções preconceituosas das instituições de atendimento e seu público, tendo como tendência os estudos do fracasso escolar e teorias da privação cultural [...]. (PINTO; PINHEIRO, 2008, p .5)

Em relação ao texto de Kramer (2004), apontam que os artigos publicados na mesma década no periódico Cadernos de Pesquisa tinham como preocupação discutir as políticas públicas com foco predominante nas crianças em contextos de marginalização. (PINTO; PINHEIRO, 2008)

Nessa linha, segundo as autoras, os artigos de Campos e Haddad (1992) e Kramer (2004) evidenciam a mesma tendência dos temas abordados nas publicações dos Cadernos de Pesquisa no período entre décadas, marcados pelas críticas às concepções da privação cultural, defesa da expansão da pré-escola e discussão acerca da qualidade no atendimento á criança pequena.

O fato do artigo de Kramer (2004) ter sido publicado mais de uma década após o artigo de Campos e Haddad (1992) possibilitou à autora mapear as discussões da década de 1990 de forma mais abrangente, caracterizando esse período como “o momento em que as discussões a respeito da Educação Infantil parecem finalmente ganhar corpo.” (PINTO; PINHEIRO, 2008, p. 6) Concluem que os artigos publicados pelo periódico Cadernos de

Pesquisas são caracterizados por sua natureza política, fundamentados em diferentes áreas do conhecimento e embasados por referenciais teórico-metodológicos diversos.

No que se refere à produção científica apresentada na ANPEd, Pinto e Pinheiro (2008) tomam como base a pesquisa efetuada por Rocha (1999), cujo objetivo era investigar como as pesquisas de diferentes áreas do conhecimento contribuíam para a construção de uma pedagogia da educação infantil. A pesquisadora realizou um levantamento das pesquisas apresentadas, entre os anos 1990 e 1996 em diferentes congressos científicos, por meio do procedimento da análise documental, consultando programas, anais, cadernos de resumos e outras publicações. Diz ela que:

No Brasil o levantamento da produção científica na área, realizada pela análise dos artigos publicados nos Cadernos de Pesquisa da Fundação Carlos Chagas, revelou que, se nos anos setenta havia uma preocupação das pesquisas com a criança pré-escolar e seu desenvolvimento, tendo em vista, sobretudo as propostas de intervenção precoce para os “culturalmente marginalizados”, é apenas no limiar da década seguinte, que as preocupações com as crianças pré-escolares começa a aparecer como tema. Entretanto, tais preocupações ainda se encontram associadas à ideia de privação cultural. (ROCHA, 1999, p.93)

Sobre a década de 1980, Rocha (1999) aponta a predominância de pesquisas que abordavam o caráter educativo das creches e pré-escolas. No que se refere às tendências investigativas observadas nos trabalhos da ANPEd no período de 1990-1996, a autora constata a prevalência de estudos cujo foco de análise são as políticas destinadas à infância bem como experiências educativas regionais e locais, cuja influência de modelos internacionais de educação infantil é observada.

Outras temáticas que permearam os trabalhos apresentados na ANPEd e analisados por Rocha (1999) foram a perspectiva histórica da educação infantil, o jogo e a brincadeira atrelados à prática pedagógica e embasados pelo campo da Psicologia, a organização do currículo na educação infantil, com relativa ênfase na área da linguagem e na formação de professores de educação infantil. A pesquisadora revela, ainda, o pequeno número de pesquisas que incluem “as determinações socioculturais tais como classe, gênero, ou raça e etnia.” (p.104)

Dentre as conclusões, Rocha (1999) evidencia que o acúmulo de saberes e conhecimentos acerca da educação infantil permite a afirmação de emergência de um campo acadêmico denominado *Pedagogia da Educação Infantil*. Porém, aponta a predominância do campo da Psicologia no que se refere à produção científica sobre a educação da criança de 0 a 6 anos.

As pesquisas em Psicologia já foram objeto de análise em outros dois momentos deste texto: no conjunto de trabalhos apresentados na ANPED e na SBPC. Nos dois casos, as pesquisas em Psicologia, associadas ao desenvolvimento da criança em contextos educativos, apresentaram uma predominância em outras áreas, com uma significativa produção sobre o tema da educação da criança de 0 a 6 anos. (p.137)

Ainda que haja a predominância do campo da Psicologia na produção científica sobre a educação da criança pequena, observa-se a emergência de pesquisas que focalizam a dimensão contextual da criança, em uma perspectiva de enquadramento social.

Pinto e Pinheiro (2008), subsidiadas pelas contribuições do estudo de Strenzel (2000), evidenciam a consolidação da área da Educação Infantil como campo de investigação acadêmico por meio da análise dos programas de pós-graduação no Brasil. Strenzel (2000) tomou como objeto de pesquisa resumos de teses e dissertações apresentados no período de 1983 a 1998, utilizando a base de dados da ANPED como instrumento de coleta.

Dentre suas conclusões, a pesquisadora aponta a concentração da produção científica relacionada à educação infantil nos cursos de mestrado, em instituições localizadas, principalmente, nas regiões sudeste e sul do país. Diz ela que a interface entre Pedagogia e Psicologia ainda está predominante nos estudos efetuados e acrescenta que a intersecção desses campos tem subsidiado as pesquisas cujas temáticas abordam os processos de inserção das crianças nos contextos de creche, a ação pedagógica das professoras, a aproximação entre instituição de educação infantil e família, processos de interação entre as crianças e entre elas e objetos.

No que se refere às concepções de infância das pesquisas que têm como aporte teórico a aproximação entre Pedagogia e Psicologia, Strenzel (2000) critica o fato de tais pesquisas compreenderem as crianças como seres abstratos e a-históricos, não levando em consideração a inserção social de tais crianças, bem como as variáveis de gênero e etnia. Segundo a autora, as pesquisas selecionadas baseavam-se na concepção de criança como modelo universal, único e padronizado, e na infância como vir-a-ser.

As pesquisas cujo embasamento teórico era construído a partir da aproximação da Pedagogia às outras áreas das Ciências Sociais, concebem as crianças como seres imersos na cultura e competentes a partir das relações estabelecidas com outras crianças e adultos. Segundo Strenzel (2000) essas pesquisas têm como referência teórica os estudos provenientes da Itália, apontando a necessidade de repensar a educação da primeira infância a partir de um modelo próprio, que não reproduza a lógica escolar. Com isso, a autora aponta uma relevante diferença conceitual entre as pesquisas do campo da Psicologia e das Ciências Sociais.

Com base na revisão de tais estudos, Pinto e Pinheiro (2008) destacam as diferenças em termos da relevância científica de cada um dos objetos de estudo:

Não há como negar que os Cadernos de Pesquisa da FCC e o GT7 da ANPEd possuem mais peso, e mais ainda os CP, já que este periódico veicula apenas textos de pesquisadores consolidados na área da Educação Infantil. A pós-graduação, por sua vez, significa um passo na formação de pesquisadores, e o GT7 da ANPEd, embora acolha, em sua maioria, trabalhos de pesquisadores consolidados, é mais aberto a textos de iniciação científica e/ou de pesquisas da pós-graduação. (p. 12)

Observa-se, com isso, a importância da produção científica veiculada em periódicos acadêmicos para a constituição do campo de investigação acerca da infância. Por outro lado, pode-se notar que poucos estudos têm definido as revistas acadêmicas de grande circulação como objeto de estudo. Quando utilizadas, outras fontes de coleta são agregadas ao *corpus* investigativo.

As investigações acerca da produção científica da infância têm privilegiado os trabalhos apresentados em congressos científicos, sobretudo na ANPEd, como objeto de pesquisa. (ROCHA 1999; STRENZEL, 2000; MORAES, 2005; MARTINS FILHO, 2011) Nesse contexto, não foi encontrada nenhuma investigação que tivesse analisado a produção acadêmica em periódicos educacionais.

2.2 Os periódicos acadêmicos como objeto de estudo

Ainda que poucas pesquisas tenham privilegiado o estudo dos periódicos acadêmicos, a presente investigação os definiu como objeto de pesquisa por compreender que eles sintetizam as principais discussões presentes na área de estudo, contribuindo de maneira direta para o processo de difusão das pesquisas e conhecimentos produzidos em um determinado momento. (SOUZA, 2004)

De acordo com Miranda e Pereira (1996) os periódicos acadêmicos constituem um importante veículo de comunicação entre os pares da comunidade científica, uma vez que sintetizam as pesquisas realizadas, além da publicação de artigos em periódicos representar a validação de uma efetiva atividade em pesquisa científica.

Segundo Oliveira (2002) a produção científica veiculada por meio dos periódicos acadêmicos é importante devido a três aspectos principais, quais sejam

[...] os artigos podem ser colecionados, classificados, catalogados e reproduzidos infinitamente; os cientistas não publicam livros nem defendem

teses e dissertações com frequência, além do que a agilidade na circulação desses veículos e, conseqüentemente, da informação contida neles, principalmente quando se trata de teses e dissertações, é mais lenta; os artigos de periódicos atingem mais velozmente que teses e dissertações um público maior, servem como fonte de bibliografia e contribuem para a atualização dos que os leem. (OLIVEIRA, 2002, p.69)

Ademais, os artigos publicados nos periódicos são avaliados por uma seletiva política editorial, tendo passado pelo processo de avaliação dos pares, geralmente composto por especialistas no assunto abordado e designados pelo Conselho Editorial do periódico. Dessa maneira, a aprovação pelos pares qualifica a publicação do artigo, ao avaliar seu rigor acadêmico, sua originalidade e sua contribuição para o campo em questão.

A política de seleção editorial, geralmente, ocorre por meio do processo *blindedview*, ou seja, os consultores responsáveis pela avaliação dos artigos redigem seus pareceres de maneira anônima, desconhecendo a identificação dos autores dos artigos submetidos à avaliação. A quantidade de pareceristas pode variar de acordo com a abrangência do periódico. Tal método visa garantir a legitimidade dos critérios avaliativos, além da objetividade e rigor acadêmicos.

A política de seleção editorial instituída por cada periódico estabelece os critérios que subsidiarão a avaliação dos pareceristas. Por vezes, tais critérios se baseiam nos seguintes aspectos: originalidade e relevância do trabalho, pertinência do tema abordado, consistência teórica, adequação da articulação teórico-metodológica, clareza e coerência textuais, organização estrutural do texto e conclusões. Nesse sentido, os periódicos com seletiva política editorial sintetizam o que há de mais competente do ponto de vista acadêmico, legitimando a qualidade da investigação efetuada.

Além disso, conforme afirma Ziman (1981, p.114), os periódicos “possuem diversas características significativas, as quais nos contam muita coisa sobre a comunidade científica e sobre o modo como ela trabalha.” Por isso, há que se considerar uma possível relação existente entre o periódico acadêmico e a comunidade científica a qual está vinculado, uma vez que o contexto institucional que caracteriza a entidade científica pode influenciar suas publicações. Em outras palavras,

publicações científicas e técnicas, quando feitas em revistas de boa qualidade, dotadas de sistemas adequados de avaliação e crítica de manuscritos, desempenham ainda duas funções primordiais, ainda que pouco evidentes à primeira vista. Primeiro, elas têm um importante papel pedagógico junto ao pesquisador, que é levado a expor o resultado de sua pesquisa a outros especialistas em seu campo, recebendo sugestões, críticas e comentários que podem ser decisivos para aperfeiçoar e mesmo reorientar os trabalhos. Segundo, os corpos editoriais das revistas funcionam como um

mecanismo altamente qualificado de avaliação final da pesquisa. (SCHWARTZMAN, 1984, p.25)

Por outro lado, o incremento do número de periódicos científicos brasileiros, em decorrência do processo de institucionalização e popularização da ciência (RODRIGUES; MARINHO, 2009), tem levado à necessidade de avaliar e classificar os periódicos publicados, averiguando a qualidade da produção científica difundida em tais publicações. Na medida em que o “critério quantitativo de avaliação dos cientistas impulsiona o aumento do número de artigos científicos e o surgimento de novos periódicos, ela também pressupõe a necessidade da existência de um conhecimento organizado sobre esses artigos e periódicos.” (OLIVEIRA, 2002, p. 69)

De acordo com Krzyzanowski e Ferreira (1998) a discussão sobre a avaliação dos periódicos científicos emergiu no contexto acadêmico brasileiro na década de 1960, pautada pela necessidade de estabelecer critérios mensuráveis que pudessem refletir a qualidade e o rigor científico das publicações. Desde então, diferentes agências têm discutido a adoção de critérios de avaliação e classificação dos periódicos, compondo um conjunto de parâmetros seletivos que podem ser caracterizados por avaliação de mérito (conteúdo) e avaliação de desempenho (forma)⁶. Para tanto, tais agências têm formulado diferentes procedimentos de averiguação da qualidade científica dos periódicos.

Tendo em vista a ampla discussão que a adoção de critérios avaliativos pode suscitar, bem como os limites de abrangência do presente estudo, restringimos a discussão sobre os procedimentos de avaliação utilizados pelas duas agências de maior atuação no campo da investigação educacional: a Associação Nacional de Pós-Graduação em Educação (ANPEd) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). Tal discussão se faz necessária uma vez que alguns desses critérios foram utilizados para o levantamento e seleção dos periódicos que publicaram números temáticos sobre a infância.

2.2.1 Critérios de estratificação da qualidade da produção veiculada em periódicos: ANPED e CAPES.

Tanto a CAPES quanto a ANPEd apresentam um conjunto de critérios, utilizados para a avaliação dos periódicos, a fim de averiguar a qualidade da produção intelectual e garantir que as publicações zelem pelo rigor científico e pela confiabilidade dos dados de pesquisa

⁶Krzyzanowski e Ferreira (1998) apontam alguns dos parâmetros de análise dos periódicos: Normalização, Duração, Periodicidade, Indexação em bases de dados internacionais, Difusão (ou formas de distribuição), colaboração de autores, entre outros.

divulgados. O que as distingue, além dos procedimentos utilizados, é o fato de que a ANPEd avalia e classifica somente os periódicos da área da Educação.

A ANPEd delimita seus critérios de avaliação em dois grupos: exigências objetivas (normalização, publicação, circulação, autoria e conteúdo e gestão editorial) e aspectos técnico-administrativos (tradição do periódico, inserção na área, política editorial, tematização de questões contemporâneas, diversificação e qualificação dos autores, dos editores, dos pareceristas e conselheiros. Após a avaliação seguindo tais critérios, os periódicos recebem um conceito classificatório: Internacional Estrangeiro (A,B, e C); Internacional (periódicos nacionais que apresentam padrão internacional); Nacional (A,B, e C) e local (A,B e C).

No caso da CAPES, há que se considerar o histórico de atuação dessa agência, uma vez que, de acordo com Souza e Macedo (2009) os critérios de avaliação empregados por ela estão estritamente relacionados à sua avaliação do sistema de pós-graduação como um todo no Brasil.

A avaliação sistemática dos níveis educacionais, da educação básica ao ensino superior, tornou-se mais incisiva no final da década de 1980. Até então, a avaliação do ensino superior se dava através de visitas aos programas e apreciação global dos cursos, ao passo que vinha se constituindo um modelo de avaliação também pautado nos produtos bibliográficos. (SOUZA; MACEDO, 2009)

De acordo com Souza e Macedo (2009) a avaliação dos periódicos apresenta estreita relação com a avaliação da pesquisa produzida pela entidade científica em questão. Para tanto, os critérios de avaliação utilizados pela CAPES são relativamente recentes, adotados na década de 2000, quando o conjunto de procedimentos foi sistematizado para a elaboração do *Qualis*, que consiste em:

[...] uma base de dados que ficará disponível constantemente no sítio da CAPES e constitui importante fonte de informação para as diferentes áreas do conhecimento. A classificação é feita ou coordenada pelo representante de cada área e passa por processo anual de atualização [...] Não se pretende, com essa classificação, que é específica para um processo de avaliação de área, definir qualidade de periódicos de forma absoluta. (BRASIL, 2007, *apud* SOUZA; MACEDO, 2009)

O *Qualis* é composto por estratos, produtos da combinação de dois critérios: circulação – internacional, nacional e local, – e nível – A, B e C. Além disso, a avaliação verifica os seguintes indicadores: normalização, publicação, circulação, autoria e conteúdo e gestão editorial. No triênio 2004-2006 tais estratos sofreram modificações, sendo ampliados para A1, A2, B1, B2, B3, B4 e B5, uma vez que foram identificadas incoerências no que se

refere ao local de abrangência do periódico, por vezes avaliadas a partir do local de publicação, em outras, avaliada em relação ao seu destino. (SOUZA; MACEDO, 2009)

Subjacente à essa discussão, o aspecto relevante para esse estudo refere-se à caracterização dos periódicos avaliados com os conceitos A1 e A2, uma vez que eles subsidiaram o levantamento e seleção do objeto de estudo da presente investigação. Nesse sentido, o conceito A1 corresponde à publicação:

[...] amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas para a versão impressa, quando for o caso, e *on-line*. Periodicidade mínima de 3 números anuais e regularidade, com publicação de todos os números previstos no prazo. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a no mínimo 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Garantir presença significativa de artigos de pesquisadores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas (acima de dois artigos por ano). Estar indexado em, pelo menos, 6 bases de dados, sendo, pelo menos, 3 internacionais. (SOUZA; MACEDO, 2009, p. 265)

Os periódicos classificados com o conceito A2 compreendem aqueles que constituem

publicação amplamente reconhecida pela área, seriada, arbitrada e dirigida prioritariamente à comunidade acadêmico-científica, atendendo a normas editoriais da ABNT ou equivalente (no exterior). Ter ampla circulação por meio de assinaturas/permutas, no caso de revistas apenas impressas, e estar, preferencialmente, disponível *on-line*. Periodicidade mínima de 2 números anuais e regularidade na edição dos números. Possuir conselho editorial e corpo de pareceristas formado por pesquisadores nacionais e internacionais de diferentes instituições e altamente qualificados. Publicar, no mínimo, 18 artigos por ano, garantindo ampla diversidade institucional dos autores: pelo menos 75% de artigos devem estar vinculados a, no mínimo, 5 instituições diferentes daquela que edita o periódico. Publicar pelo menos dois artigos por ano de autores filiados a instituições estrangeiras reconhecidas. Estar indexado em cinco bases de dados, sendo, pelo menos, duas bases internacionais. (SOUZA; MACEDO, 2009, p. 265)

Nesse sentido, os artigos publicados em periódicos acadêmicos sofrem um duplo processo de avaliação: primeiramente submetidos à seletiva política editorial; em seguida, a publicação como um todo é avaliada pelos critérios definidos pela CAPES. Os periódicos, classificados como A1 e A2 representam, ainda que de maneira sintética, as pesquisas altamente qualificadas, caracterizadas como inovadoras e competentes, do ponto de vista científico, configurando-se como um relevante objeto de pesquisa.

2.2.2 Um olhar sociológico sobre os periódicos acadêmicos.

Além do reconhecimento dos periódicos como importantes veículos de divulgação da produção acadêmica, pode-se analisá-los como objeto de valor do campo científico, de acordo com a teoria dos campos articulada pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (1983), que definiu como campo: [...] espaços estruturados de posições (ou de postos) cujas propriedades dependem das posições nestes espaços, podendo ser analisadas independentemente das características de seus ocupantes (em parte determinadas por elas). (1983a, p. 89)

Segundo o autor, o campo constitui-se como um espaço de relações no qual os atores disputam a posse de um objeto em comum, sendo tais relações determinadas pela posição dos atores, ou seja, caracterizado pela assimetria de poder entre os que dele participam.

A partir desse conceito, Bourdieu (1983, 2004) analisou os campos concebendo-os como microcosmos sociais dotados de relativa autonomia e compostos por leis próprias, tendo investigado o campo religioso, literário, universitário, jurídico, político e científico.

Um campo, e também o campo científico, se define entre outras coisas, através da definição dos objetos de disputas e dos interesses específicos que são irredutíveis aos objetos de disputas e aos interesses próprios de outros campos (não se poderia motivar um filósofo com questões de geógrafos) e que não são percebidos por quem não foi formado para entrar neste campo (cada categoria de interesse implica na indiferença em relação a outros interesses, a outros investimentos, destinados assim a serem percebidos como absurdos, insensatos, ou nobres desinteressados). Para que um campo funcione, é preciso que haja objetos de disputas e pessoas prontas para disputar o jogo, dotadas de *habitus* que impliquem no conhecimento e no reconhecimento das leis imanentes do jogo, das disputas, etc. (1983a,p.89)

O campo, para o autor, se estrutura a partir da concorrência entre seus membros, sendo o objeto almejado variável entre os campos. No caso do campo científico, a disputa se dá em torno do reconhecimento das obras produzidas e o monopólio da autoridade científica:

O campo científico, enquanto sistema de relações objetivas entre as posições adquiridas (em lutas anteriores), é o lugar, o espaço de jogo de uma luta concorrencial. O que está em jogo especificamente nessa luta é o monopólio da autoridade científica definida, de maneira inseparável, como capacidade técnica e poder social; ou, se quisermos, o monopólio da competência científica, compreendida enquanto capacidade de falar e de agir legitimamente (isto é, de maneira autorizada e com autoridade), que é socialmente outorgada a um agente determinado. (BOURDIEU, 1983b, p. 122-123)

Segundo a lógica bourdieusiana, o capital científico é uma forma específica do capital simbólico, consistindo no “reconhecimento (crédito) atribuído pelo conjunto de pares-

concorrentes no interior do campo científico” (BOURDIEU, 2004, p. 26), sendo que a distribuição desse capital estabelece as hierarquias presentes no campo.

Nesse sentido, os protagonistas do campo poderiam ser discriminados em dois grupos, de acordo com a posse do capital científico: os dominantes e os aspirantes (ou novatos). Enquanto os dominantes são os detentores do capital no estado objetivado, na ordem de títulos, obras, filiações acadêmicas, os aspirantes seriam os iniciantes no campo, em busca da posse desse capital.

Consoante Bourdieu (1983b) as instituições ligadas à reprodução e difusão do conhecimento estão inseridas nesse complexo jogo de disputa, constituindo o que o autor denomina de mercado de bens simbólicos. Os periódicos acadêmicos, nesse sentido, podem ser concebidos como difusores do conhecimento e responsáveis também pela circulação dos produtos culturais e simbólicos. (GARCIA, 1996) Para tanto, na concorrência pela autoridade científica, diferentes estratégias são utilizadas, dentre elas, a publicação de artigos e trabalhos em revistas:

Além das instâncias especificamente encarregadas da consagração (academias, prêmios, etc.), ele compreende ainda as revistas científicas que, pela seleção que operam em função de critérios dominantes, consagram produções conformes aos princípios da ciência oficial, oferecendo, assim, continuamente, o exemplo do que merece o nome de ciência, e exercendo uma censura de fato sobre as produções heréticas, seja rejeitando-as expressamente ou desencorajando simplesmente a intenção de publicar pela definição do publicável que elas propõem. (BOURDIEU, 1983b, p. 138)

Se as práticas realizadas no âmbito acadêmico visam a aquisição da autoridade científica, do prestígio e reconhecimento entre os pares, pode-se conceber os periódicos acadêmicos como possíveis instrumentos desta luta científica, como um dos produtos que motivam essa concorrência por meio do:

[...] reconhecimento, marcado e garantido socialmente por todo um conjunto de sinais específicos de consagração que os pares-concorrentes concedem em cada um dos seus membros, é função do valor distintivo de seus produtos e da originalidade (no sentido da teoria da informação) que se reconhece coletivamente à contribuição que ele traz aos recursos científicos já acumulados. (BOURDIEU, 1983b, p. 131)

A publicação de artigos em periódicos qualificados e academicamente reconhecidos por seu rigor e originalidade pode ser compreendida como um dos meios utilizados pelos concorrentes na disputa pela autoridade científica. Além disso, as instituições que averiguam

a qualidade dos periódicos através da organização de critérios de hierarquização podem ser concebidas como instâncias que legitimam a produção dos concorrentes.

A partir dos critérios de estratificação da produção veiculada nos periódicos, evidencia-se que nem todas as revistas acadêmicas possuem a mesma importância e reconhecimento da comunidade científica. A relevância de cada publicação pode ser compreendida a partir da noção de valor distintivo (BOURDIEU, 1983b), ou seja, a publicação de artigos em periódicos altamente qualificados poderá conferir maior visibilidade a seus autores, e, com isso, maior prestígio entre os pares. De acordo com o autor

Na medida em que aumentam os recursos científicos acumulados, torna-se cada vez mais importante o capital científico incorporado necessário para apropriá-los e ter, assim, acesso aos problemas e instrumentos científicos, isto é, à luta científica (direito de entrada). (BOURDIEU, 1983b, p. 143)

Se determinados periódicos conferem maior distinção entre os concorrentes, pode-se verificar que são aqueles mais disputados, ou seja, geralmente privilegia-se a publicação de artigos em alguns periódicos considerados legítimos. Porém, para se ter acesso a eles, é necessário já possuir capital científico acumulado, na ordem de títulos, publicações, vinculação a grupos de pesquisa e universidades, etc.

Com base na noção de campo científico (1983a), o periódico acadêmico pode ser concebido como um recurso nessa disputa pela autoridade científica, dotado de poder simbólico uma vez que as revistas amplamente reconhecidas pela área de estudo, são também aquelas avaliadas com os critérios mais elevados e que, na maioria das vezes, concentram os artigos de autores prestigiados pelo campo, certamente porque são eles os detentores da legitimidade científica.

É também recordar que o próprio funcionamento do campo científico produz e supõe uma forma específica de interesse (as práticas científicas não aparecendo como “desinteressadas” senão quando referidas a interesses diferentes, produzidos e exigidos por outros campos. (BOURDIEU, 1983b, p.123)

Com base na lógica bourdieusiana, a concorrência no campo científico também impõe uma determinada definição de ciência, estabelecendo conceitos e teorias de acordo com os interesses de seus produtores. No entanto, aponta que o avanço da ciência e do conhecimento é o resultado da disputa entre seus concorrentes.

Se, de acordo com Bourdieu (1983b), pode-se afirmar que a ciência não é de todo desinteressada, então pode-se interrogar quais interesses orientaram as publicações dos dossiês sobre infância e se as diferentes abordagens não tem pleiteado o monopólio do saber

sobre a infância enquanto objeto de estudo. Considerando que para compreender as produções acadêmicas há que se refletir sobre a relação entre seu conteúdo textual e seu contexto social, bem como as condições sociais que as geraram (GARCIA, 1996), o presente estudo pretende analisar os periódicos acadêmicos buscando indícios para a compreensão dos aspectos acadêmicos e sociais que motivaram a publicação de dossiês sobre a infância.

CAPÍTULO 3

OS PERIÓDICOS: BUSCA E APRESENTAÇÃO

Procurar não cair na armadilha do objeto pré-construído não é fácil, na medida em que se trata, por definição, de um objeto que me interessa, sem que eu conheça claramente o princípio desse interesse. (BOURDIEU, 2011, p.30)

A presente pesquisa tem como proposta metodológica os procedimentos de pesquisa documental e de pesquisa bibliográfica. O estudo foi conduzido por quatro etapas distintas: levantamento dos periódicos educacionais classificados pelos conceitos A1 e A2; identificação, dentre os periódicos selecionados, das publicações especiais sobre a infância; análise dos artigos por meio da leitura de seus resumos e palavras-chave e análise dos editoriais que apresentam os dossiês sobre infância, buscando compreender o contexto histórico e acadêmico de cada edição.

O levantamento dos periódicos utilizou como instrumento de coleta a base *Qualis* periódicos. Selecionados os periódicos, optou-se por organizá-los a partir da década de publicação, possibilitando uma análise longitudinal. Em seguida, procedeu-se à leitura dos editoriais, partindo das considerações de Lüdke e André (1986) de que “a análise documental busca identificar informações factuais nos documentos a partir de questões ou hipóteses de interesse.” (p.38)

Com relação à pesquisa bibliográfica, considerou-se esta uma etapa à parte pela mesma ter transcorrido praticamente todo o percurso da investigação, tendo como objetivo a construção do arcabouço teórico que sustenta a presente pesquisa. Bodgan e Biklen (1994) apontam que a análise e abordagem dos dados são modelados pela perspectiva teórica dos investigadores.

3.1 Levantamento e seleção dos periódicos

O levantamento dos periódicos para este estudo foi efetuado no WebQualis, segundo a consulta por classificação/área de avaliação. Para que se chegasse ao *corpus* da investigação, foram adotados como critério os conceitos classificatórios A1 e A2 por compreender-se que os periódicos que receberam tal classificação são aqueles cuja produção acadêmica é avaliada

como de maior relevância e impacto no campo de estudos, além de possuírem prestígio na área e publicarem artigos cujos autores possuem reconhecimento acadêmico.

A partir da consulta⁷ ao WebQualis, seguindo os critérios expostos, foram encontrados 91 periódicos classificados pelo conceito A1 e 130 pelo conceito A2.

Observe-se que a consulta na base de dados do WebQualis não propicia a discriminação por âmbito de circulação, ou seja, ela agrega tanto periódicos nacionais quanto internacionais. Dessa maneira, foi necessário realizar um novo levantamento, a fim de discriminar os periódicos que sintetizavam a produção acadêmica brasileira de periódicos internacionais. O novo agrupamento intencionalmente segregou os periódicos nacionais, de modo que dentre os 91 periódicos classificados como A1, restaram apenas 22 periódicos nacionais. Já dentre os 130 periódicos classificados como A2, 48 deles permaneceram na classificação nacional, como se vê no quadro a seguir:

Quadro 1 - Periódicos Nacionais A1/ Área de Avaliação: Educação

Periódico	Instituição – Estado	Publicação
Alfa: Revista de Linguística	UNESP/SP	Online
ARS	USP/SP	Impressa/Online
Avaliação	UNICAMP/SP	Impressa/Online
Cadernos de Pesquisa	FCC/SP	Impresso
Ciência e Educação	UNESP/SP	Impresso /Online
Dados	UERJ/RJ	Impresso /Online
Educação & Sociedade	UNICAMP/SP	Impresso/Online
Educação e Pesquisa	USP/SP	Impresso /Online
Educação em Revista	UFMG/MG	Impresso /Online
Educar em Revista	UFPR/PR	Impresso /Online
História, Ciências, Saúde – Manguinhos	Fundação Oswaldo Cruz/SP	Impresso /Online
Machado de Assis em Linha	Fundação Casa de Rui Barbosa/RJ	Online
Pró-Posições	UNICAMP/SP	Impresso /Online
Psicologia: Reflexão e Crítica	UFRGS/RGS	Impresso /Online
Revista Brasileira de Ciências Sociais	ANPOCS/SP	Impresso
Revista Brasileira de Educação	ANPEd/RJ	Impresso /Online
Revista Brasileira de História	ANPUH/SP	Impresso/Online
Revista da ABRALIN	Abralin/UFPA/PA	Impresso/Online
Revista de História	USP/SP	Impresso/Online
Revista do Instituto de Estudos Brasileiros	IEB/SP	Impresso
Tempo	UFF/RJ	Impressa
Varia História	UFMG/MG	Impresso /Online

Fonte: WebQualis

⁷ Consulta efetuada com base na avaliação de 2012.

Quadro 2 - Periódicos Nacionais A2/ Área de avaliação: Educação

Periódico	Instituição – Estado	Publicação
Agora (PPGTP/UFRJ)	UFRJ/RJ	Online
Bakhtiniana: Revista dos Estudos do Discurso	PUCSP/SP	
BOLEMA: Boletim de Educação Matemática	UNESP	Impresso/Online
Cadernos CEDES	UNICAMP/SP	Impresso/Online
Cadernos de Educação (UFPel)	UFPel/MG	Online
Cadernos de Educação		Online
Cadernos de História da Educação	UFU/RJ	Impresso/Online
Cadernos de Tradução	UFSC/SC	
Cadernos Pagu	UNICAMP/SP	Impresso
DELTA. Documentação de Estudos em Linguísticas e Teórica Aplicada	PUCSP/SP	Impresso/Online
Educação	PUCRS/RS	Impresso/Online
Educação e Filosofia	UFU/SP	Impresso/Online
Educação e Realidade	UNICAMP/SP	Impresso/Online
Estudos Avançados	USP/SP	Impresso/Online
Estudos de Psicologia	PUCAMP/SP	Impresso/Online
Estudos de Psicologia	UFRN/RN	Impresso/Online
Estudos em Avaliação Educacional	FCC/SP	Impresso/Online
ETD. Estudos em Temática Digital	UNICAMP/SP	Online
Horizontes Antropológicos	UFRGS/RS	Impresso/Online
Interface	UNESP/SP	Impresso/Online
Investigações em Ensino de Ciências	UFRSG/RS	Impresso/Online
Mercator	UFC/CE	Online
O Percevejo	UNIRIO/RJ	Online
Oragnon	UFRGS/RS	Impresso/Online
Perspectiva	UFSC/SC	Impresso/Online
Práxis Educativa	UEPG/PR	Impresso/Online
Projeto História	PUCSP/SP	Online
Psicologia e Sociedade	UFMG/MG	Online
Psicologia em Estudo	UEM/PR	Impresso/Online
Psicologia: Teoria e Pesquisa	UnB/DF	Impresso/Online
Repertório Teatro e Dança	UFBA/BA	Impresso/Online
Revista Brasileira de Educação Especial	ABPEE/RJ	Impresso/Online
Revista Brasileira de História da Educação	SBHE/SP	Online
Revista Brasileira de Educação em Ciências	ABRAPEC/SP	Online
Revista Brasileira de Política e Administração da Educação	ANPAE	Online
Revista de Educação Pública	UFMT/MT	Impresso/Online
Revista Diálogo Educacional	PUCPR/PR	Impresso/Online
Revista e-Curriculum	PUCSP/SP	Online
Revista Educação	PUCRS/RS	Impresso/Online
Revista Educação em Questão	UFRN/RN	Impresso/Online
Revista Estudos Feministas	UFSC/SC	Impresso
Revista da FAEBA Educação e Contemporaneidade	UNEB/BA	Impresso
Sociologias	URFGS/RS	Impresso/Online
Tempo Brasileiro	ORDEC/RJ	Impresso
Tempo Social	USP/SP	Impresso/Online

Fonte: WebQualis

A busca no WebQualis encontrou periódicos, na área da educação, os quais não apresentaram nenhuma edição temática sobre a infância, sendo, por esse motivo, descartados do *corpus* investigativo.

Após o levantamento dos periódicos segundo os critérios delimitados, restaram 16 periódicos A1 e 19 periódicos A2. Então, foi necessário realizar um mapeamento daqueles que possuíam números temáticos sobre a infância. Para tanto, foi utilizada a base de dados SciELO – Scientific Electronic Library Online (Biblioteca Científica Eletrônica em Linha) a fim de encontrar as edições temáticas dos periódicos. A busca foi realizada de forma individual, através da consulta eletrônica de cada publicação do periódico.

A biblioteca virtual Educ@ também foi consultada, a fim de encontrar as edições que não estavam registradas no SciELO, devido ao ano de publicação.

No entanto, nem todos os periódicos encontrados estavam registrados na base de dados SciELO ou na biblioteca virtual Educ@, o que nos levou a iniciar uma ampla busca por meio da página de cada periódico na *internet*, investigando quais deles possuíam números temáticos sobre a infância. Para aqueles periódicos cuja produção não era divulgada em meio eletrônico ou cuja produção não abrangia o período definido por essa investigação, foi necessário analisar cada número individualmente, através de busca de sua versão impressa.

Quando não localizadas publicações de algum dos periódicos, optou-se pela consulta do corpo editorial do periódico em questão, através do envio de um *e-mail* solicitando a informação de que o periódico possuía algum número especial sobre a infância.

A partir do levantamento efetuado, encontramos 24 dossiês temáticos publicados em periódicos nacionais classificados com conceitos A1 e A2.

Quadro 3 – Periódicos Nacionais classificados como A1 e A2 cujas publicações constituem publicações especiais sobre a infância:

Periódico	Instituição	Ano	Número	Título	Temática
Cadernos de Pesquisa	FCC	1979	31	Não há	Crianças
Revista Perspectiva	UFSC	1984	2	Não há	Atendimento pré-escolar
Cadernos Cedes	UNICAMP	1984	9	O Pré e a parábola da pobreza	Atendimento pré-escolar
Revista Perspectiva	UFSC	1994	22	A modernidade, a infância e o brincar	Brincadeira e a infância
Revista Proposições	UNICAMP	1996	3(21)	Não há	Experiências internacionais de educação infantil, história das creches e pré-escolas no Brasil.
Cadernos Cedes	UNICAMP	1995	37	Grandes políticas para os pequenos: Educação Infantil	Políticas públicas para a pequena infância, experiências internacionais de educação infantil
Revista Perspectiva	UFSC	1997	28	Educação Infantil	Educação Infantil; produção teórica sobre a infância
Revista Proposições	UNICAMP	1999	1	Não há	Infância, educação infantil e formação de professores

Revista Brasileira de História	ANPUH	1999	37	Infância e adolescência	Concepções históricas sobre crianças marginalizadas
Revista Perspectiva	UFSC	1999	1	Educação Infantil: temas e debates	Contextualização da educação infantil, formação de professores, relação creche-família.
Revista Educação e Pesquisa	USP	2000	1	A infância na história	Perspectiva histórica da infância
Revista Educação e Realidade	UFRGS	2000	1	Os nomes da infância	Infância e poder, concepções de infância, gênero.
Cadernos de Pesquisa	FCC	2000	112	Sociologia da Infância: novos enfoques	Emergência da sociologia da infância
Cadernos Cedes	UNICAMP	2002	56	Infância e Educação: as meninas	Gênero, cultura indígena e infância
Revista Pro-Posições,	UNICAMP	2003	3(42)	Educação Infantil e gênero	Relações de gênero na educação infantil
Revista Educação e Sociedade	UNICAMP	2005	91	Sociologia da Infância: pesquisa com crianças	Criança como sujeito da pesquisa
Revista Perspectiva	UFSC	2005	1	Educação, cultura e cidadania na pequena infância	Infância e cidadania, lugar da criança na sociedade
Cadernos Pagu	UNICAMP	2006	26	Repensando a infância	Aspectos sociais que marcam a infância
Revista Perspectiva	UFSC	2007	1	Infância, educação e escola	Educação da infância
Revista da FAEBA Educação e Contemporaneidade	UNEB	2009	31	Educação Infantil	Criança como protagonista, novas tecnologias na educação infantil, formação de professores e trajetória histórica da educação infantil.
Cadernos de Pesquisa	FCC	2010	141	Estudos sobre a infância e Direitos da criança	Novo paradigma nos estudos da infância, o lugar da criança na sociedade
Educação em Revista	UFMG	2010	1	Não há	Perspectiva histórica na compreensão da infância
Revista Educação e Realidade	UFRGS	2010	3	Infância e educação	Concepções de infância e os novos estudos da criança.
Revista Cadernos de Educação	FaE/UFPeL	2003	21	Educação Infantil	Culturas infantis, formação de professores.

Fonte: SciELO, Educ@, editoriais dos periódicos.

3.2 Os periódicos

Tendo mapeado os periódicos que possuíam edições temáticas sobre a infância e observado que o número de publicações especiais teria sofrido alterações ao longo das décadas, optou-se pela elaboração de um gráfico no qual é possível visualizar as modificações de ordem numérica das edições temáticas que a abordavam:

Gráfico 1: Número de publicações de edições temáticas sobre a infância⁸ (por década)

Fonte: WebQualis, SciELO, Educ@.

A ordenação dos dados no gráfico possibilita visualizarmos o crescimento gradual do número de edições temáticas sobre a infância, o que parece confirmar o pressuposto da emergência de maior interesse em investigar a infância.

Esse pressuposto foi interpretado por Sarmiento (2007) a partir de uma alteração paradigmática que rompeu com a então invisibilidade científica da infância que, “mais do que produzida por ausência de investigação sobre as crianças e a infância, é produzida pelo tipo dominante de produção de conhecimento.” (p.42)

Por outro lado, o levantamento efetuado revelou que determinados periódicos possuíam duas ou mais publicações temáticas sobre a infância, conforme pode ser visualizado no gráfico a seguir:

⁸Qualis A1 e A2.

Gráfico 2: Número de publicações especiais sobre a infância por periódico entre as décadas de 1980 – 2010⁹

Fonte: SciELO, Educ@, página de cada periódico na *internet*.

Observa-se que quatro principais periódicos tem sido responsáveis pelo maior número de publicações especiais sobre a infância na área da educação, tendo por base os conceitos classificatórios da CAPES. A Revista Perspectiva, no período entre 1980 a 2010 publicou seis edições temáticas, Cadernos de Pesquisa, Cadernos Cedes e Pro-posições publicaram, cada uma, três edições temáticas e Revista Educação e Realidade publicou dois números especiais.

Diante disso, interrogou-se: por que determinados periódicos apresentam um número maior de publicações especiais sobre a infância? O que a vinculação do periódico ao centro de pesquisa ou universidade pode revelar sobre essa problemática? Na instituição acadêmica responsável por cada periódico, quais são as linhas de pesquisa ou grupos que trabalham com a temática da infância?

A fim de compreender os motivos que levaram tais periódicos a se destacarem no conjunto de edições especiais sobre a infância, investigou-se a vinculação dos periódicos aos centros de pesquisa e universidades responsáveis por suas publicações.

⁹Qualis A1 e A2

3.2.1 Os periódicos e sua vinculação aos centros de pesquisa

De acordo com Ziman (1981) para o estudo sobre os periódicos acadêmicos, há que se levar em conta a relação entre esses e a comunidade científica aos quais estão vinculados, uma vez que tal relação pode revelar os interesses acadêmicos daquele centro de pesquisa ou universidade.

Para tanto, ao observar que alguns periódicos selecionados apresentaram maior número de publicações especiais sobre a infância, a presente pesquisa optou por investigar a vinculação desses aos centros de pesquisa, restringindo tal análise aos periódicos que apresentaram duas ou mais edições especiais sobre a infância.

A Revista Perspectiva, responsável pela publicação de seis edições temáticas sobre a infância, é editada pelo Centro de Ciências da Educação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Essa revista constitui uma publicação quadrimestral e é editada desde 1983 com o objetivo de divulgar a produção acadêmica sobre educação. Indexada em diferentes bases de dados nacionais e internacionais, publica textos inéditos, tanto de autores nacionais como de internacionais. Para tanto, utiliza para seleção dos artigos o sistema denominado *blindedview*, composto por dois pareceristas. Em 2012 foi classificada com o conceito A2 pela CAPES.

Atualmente é composta por três sessões: dossiê, debate e artigos de demanda contínua. Essa organização, porém, é recente, pois até o ano de 2003, o periódico abrangia uma única seção, chamada de artigos. A Revista Perspectiva apresentou a primeira publicação especial sobre a infância na década de 1980. De acordo com o levantamento efetuado, ela constitui um dos poucos periódicos cuja produção científica sobre a infância perpassa as três décadas que compreendem o período investigado.

O Centro de Ciências da Educação da UFSC, responsável pela publicação dessa Revista, compreende o grupo de pesquisa denominado Grupo de Estudos e Pesquisas sobre infância, Educação e escola (GEPIEE) e dois núcleos de pesquisa cuja investigação está relacionada à infância: Núcleo de estudos e Pesquisas da Educação na Pequena Infância (NUPEIN) e o Núcleo Infância, Comunicação e Arte (NICA).

Tanto o grupo de pesquisa quanto os núcleos têm sido responsáveis pela publicação de ampla e consistente produção acadêmica, na ordem de teses, dissertações, livros e artigos, confirmando sua corresponsabilidade em muitas edições dessa revista. Dentre seus

integrantes, destacam-se os pesquisadores: Jucirema Quintero, Eloísa Acires Candal Rocha, Ângela Maria Scalabrin Coutinho, Jodete Bayer Gomes Fülgraff, entre outros.

A revista *Pro-posições* é editada pela Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), desde o ano de 1990. Constitui uma publicação quadrimestral, cujo objetivo é divulgar a produção acadêmica por meio de artigos inéditos e/ou traduzidos, ensaios, resenhas, documentos e textos oriundos de publicações fora de catálogo. No ano de 2012 recebeu a classificação A1 na avaliação da CAPES.

Até o ano de 2001 a revista era constituída apenas pelo dossiê temático. Atualmente a revista *Pro-posições* comporta quatro sessões: dossiê temático, artigos de demanda contínua, Diverso e prosa, e Leitura e resenhas. As duas últimas seções, responsáveis pela publicação de artigos e documentos raros e fora de catálogo.

Dentre o conjunto de publicações mapeadas, a revista *Pro-posições* foi responsável pela publicação de três números especiais sobre a infância. Além disso, nasceu e tem se mantido como uma revista da Faculdade de Educação da UNICAMP, que, no âmbito da pós-graduação, conta com uma linha de pesquisa intitulada Ciências Sociais na Educação, que desenvolve pesquisas sobre diferentes temáticas.

Ademais, a Faculdade de Educação da UNICAMP compreende o Grupo de Estudos e pesquisa em diferenciação sociocultural (GEPEDISC), cujas pesquisas têm sido subsidiadas pelo diálogo entre educação e ciências sociais. O GEPEDISC tem sido responsável pela divulgação de ampla produção sobre a infância. Sua atuação também se estende ao âmbito da graduação e pós-graduação por meio da organização de disciplinas relacionadas à infância e educação infantil. Dentre seus integrantes, destacam-se as pesquisadoras: Ana Lucia Goulart de Faria, Marcia Gobbi, Daniela Finco, Patricia Dias Prado, entre outros.

O periódico *Cadernos de Pesquisa* constitui uma das publicações da Fundação Carlos Chagas (FCC). Criada em 1964, a FCC constitui uma instituição privada sem fins lucrativos, realizadora de exames vestibulares e concursos públicos. Desde 1970, a criação de seu Departamento de Pesquisas Educacionais motivou sua atividade investigativa no que se refere ao campo educacional, na ordem de projetos e pesquisas realizados no âmbito federal, estadual e municipal. Em 2009, em decorrência da expansão desse departamento, foi criada a Superintendência de Educação e Pesquisa, a qual incorporou a pesquisa e os demais setores relacionados à educação.

Atualmente, a Superintendência de Educação e Pesquisa é responsável pelas seguintes atividades: promoção de cursos, desenvolvimento de projetos de assessoria a outras instituições de pesquisa bem como órgãos públicos e privados, além de compreender o

Departamento de Pesquisas Educacionais. Esse departamento, por outro lado, tem desenvolvido pesquisas a partir de diferentes temas, dentre eles: avaliação; políticas educacionais e formação de professores; educação infantil; representações sociais e educação; estudos de gênero, raça/etnia.

No que se refere ao eixo temático educação infantil, a FCC congrega importantes pesquisadores do campo da infância e educação infantil, dentre eles podemos citar Fulvia Rosemberg, Moyses Kuhlmann Jr., Maria Malta Campos, entre outros. A FCC é reconhecida internacionalmente por sua excelência acadêmica e investigações na área da educação. Além dos Cadernos de Pesquisa, essa instituição é responsável pela publicação de outros dois periódicos: Estudos em Avaliação Educacional e Coleção de textos FCC.

Cadernos de Pesquisa, no entanto, consiste na publicação mais antiga da FCC. Criado em 1971, é publicado a cada quadrimestre, com o objetivo de divulgar a produção acadêmica sobre educação, gênero e etnia. Esse periódico, indexado em diferentes bases de dados nacionais e internacionais, publica artigos inéditos também nacionais ou estrangeiros, sendo constituído pelas seguintes seções: Tema em Destaque, Outros Temas, Temas em Debate, Espaço Plural, Resenhas e Destaque Editorial.

Cadernos de Pesquisa foi responsável pela publicação de três edições temáticas sobre a infância. Uma delas, publicada em 1979 foi incorporada ao *corpus* investigativo por compreendermos sua relevância pelo fato de consistir no primeiro periódico selecionado que possuía uma publicação especial sobre a infância.

O Cadernos CEDES é uma publicação do Centro de Estudos em Educação e Sociedade (CEDES), instituição criada em 1979, a partir da iniciativa de alguns educadores em consolidar um espaço para reflexão e produção de conhecimento acerca da educação e de sua relação com a sociedade. O CEDES, aos poucos, adquiriu destaque no contexto nacional acadêmico devido à sua responsabilidade pela organização das Conferências Brasileiras de Educação (CBEs), junto com outras instituições, além de participar ativamente de diferentes movimentos sociais, fóruns e associações cujo objetivo é lutar pela educação de qualidade. Atualmente essa instituição é responsável pela publicação de dois periódicos: Cadernos CEDES e Revista Educação & Sociedade.

Desde 1995, o CEDES tem ampliado o espaço, no interior dos periódicos, para a divulgação de pesquisas em andamento no Centro, visando, dessa forma, a interlocução dessas e um público mais amplo. Cadernos CEDES é editado desde 1980. É constituído por edições temáticas e tem publicado de 3 a 6 números anualmente, privilegiando a discussão sobre educação em grande parte de suas edições. De acordo com as informações contidas em

sua página na *internet*, qualquer educador ou profissional da área da educação pode propor um tema para a organização do periódico.

Indexado em diferentes bases de dados nacionais e internacionais, esse periódico publica textos inéditos também de autores nacionais e estrangeiros. Para a seleção dos artigos, Cadernos CEDES utiliza o sistema duplo-cego, também conhecido como *blindedview*, contando com, no mínimo, dois pareceristas. Seu Comitê Editorial é composto por 27 professores de diferentes instituições de ensino superior, muitos deles amplamente reconhecidos pela comunidade científica por sua consistente produção acadêmica.

Cadernos CEDES foi responsável pela publicação de três edições temáticas sobre a infância, no período delimitado. Porém, não encontramos nenhum indício de que a infância tem constituído, para esse periódico, um objeto de estudo privilegiado.

A Revista Educação e Realidade consiste em uma publicação de caráter trimestral, editada pela Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e editada desde 1979. A partir de 2013, a revista ampliou seu número de publicações anuais, passando a quatro.

Tem como objetivo divulgar a produção científica do campo da educação, a partir de diferentes aportes teóricos. Para tanto, atualmente é composta por três seções: dossiê temático, artigos e resenha crítica, embora essa composição apresente variação de acordo com a temática discutida.

A Revista Educação e Realidade está indexada em diferentes bases de dados, nacionais e internacionais, tendo sido avaliada pelo conceito A da CAPES no ano de 2012. Sua política editorial é caracterizada pela avaliação dos pares, realizada sem a identificação dos autores. Geralmente, cada artigo é avaliado por dois pareceristas, os quais compõem o Conselho Editorial do periódico. A relação anual de pareceristas é divulgada na página eletrônica da revista.

A Faculdade de Educação da UFRGS, responsável pela publicação dessa Revista, compreende o Grupo de Estudos em Educação Infantil (GEIN), criado em 1996, cujo nome sofreu alteração em 2012 para Grupo de Estudos de Educação Infantil e Infâncias. O GEIN tem sido responsável pela publicação de ampla e consistente produção acadêmica, na ordem de teses, dissertações, livros e artigos, confirmando sua corresponsabilidade na edição de número 3, do ano de 2010 referente ao dossiê temático Infância e Educação, publicado na Revista Educação e Realidade. Dentre seus integrantes, destacam-se os pesquisadores: Leni Vieira Dornelles, Maria Isabel Edelweiss Bujes, Maria Carmem Silveira Barbosa, entre outros.

A partir da breve caracterização das atividades acadêmicas de cada instituição às quais estão vinculadas, nota-se que os quatro principais periódicos responsáveis por maior número de edições temáticas sobre a infância são aqueles cujos centros de pesquisas apresentam algum interesse sobre esse objeto.

Nesse sentido, os periódicos acadêmicos podem revelar importantes aspectos da comunidade científica à qual estão vinculados, como, por exemplo, os grupos e núcleos de pesquisa inseridos em seu contexto, as principais pesquisas articuladas e os pesquisadores envolvidos. No entanto, cabe destacar que os dossiês sobre infância também trazem produções de autores que não fazem parte dos grupos de pesquisa citados, o que também pode contribuir para relativizar essa vinculação dos periódicos com os centros de pesquisa e universidades.

A fim de sistematizar as informações decorrentes da apresentação do contexto acadêmico dos periódicos responsáveis por um maior número de publicações especiais sobre a infância, optamos pela construção de um quadro que pode ser visualizado a seguir:

Quadro 4 – Periódicos Acadêmicos por número de publicações especiais sobre a infância e instituições de pesquisa vinculados

Periódico	Conceito	Instituição	Grupos ou Núcleos de Pesquisa vinculados / Linhas de Pesquisa	Ano da Publicação Temática sobre a infância	Título da publicação Temática sobre a infância
Revista Perspectiva	A2	UFSC	GEPIEE NUPEIN NICA	1984	Não Há
				1994	A modernidade, a infância e o brincar.
				1997	Educação Infantil
				1999	Educação Infantil: temas e debates
				2005	Educação, cultura e cidadania na pequena infância.
				2007	Infância, educação e escola.
Revista Pro-posições	A1	UNICAMP	GEPEDISC	1996	Não há
				1999	Não há
				2003	Educação Infantil e Gênero
Cadernos de Pesquisa	A1	FCC	Educação Infantil	1979	Não há
				2000	Sociologia da Infância: novos enfoques
				2010	Estudos sobre infância e direitos das crianças.
Cadernos CEDES	A2	CEDES	Não há	1984	O Pré e a parábola da pobreza
				1995	Grandes políticas para os pequenos: Educação Infantil
				2002	Infância e Educação: as meninas
Revista Educação e Realidade	A2	UFGRS	GEIN	2000	Os nomes da infância
				2010	Infância e educação

Fonte: Scielo, Educ@, editoriais dos periódicos.

3.3 Apresentação dos dossiês sobre infância

Tendo selecionado os números temáticos sobre a infância buscou-se compreender as particularidades de cada publicação, ou seja: Quais aspectos caracterizavam a criança naquele periódico? Qual campo do conhecimento subsidiava a conceptualização da criança? Quais temáticas envolviam a infância em cada periódico? Seria possível destacar temas predominantes na discussão acerca da infância em cada um dos dossiês? Quais elementos justificavam aquela publicação especial sobre a infância numa determinada conjuntura?

Para tanto, procedeu-se à leitura dos editoriais das publicações e dos resumos e palavras-chave de cada um dos artigos que compunham cada periódico a fim de identificar os elementos apontados anteriormente. Optou-se pela leitura dos editoriais e resumos uma vez que a leitura integral de cada um dos artigos mostrou-se inviável, tendo em vista não somente o volume dos artigos selecionados como também os limites de abrangência desse estudo.

A partir da leitura dos editoriais e resumos de cada uma das publicações, traçou-se o retrato de cada uma das edições, apresentados a seguir. Optou-se por organizá-las por periódico, uma vez que isso possibilita enxergar as principais problemáticas desenvolvidas nas edições de uma mesma revista. A sequência da apresentação, porém, manteve a organização histórica, temporal das publicações.

3.3.1 Cadernos de Pesquisa (São Paulo)

São três os números desse periódico que podemos considerar como dossiês. O primeiro, a edição de número 31, publicada em 1979, se distingue das demais por não apresentar editorial. Por isso, a leitura dos resumos buscou identificar termos que explicitassem as principais temáticas relacionadas à infância, discutidos nessa publicação. Desse modo, evidenciou-se que a discussão acerca da infância é subsidiada por diferentes campos do conhecimento: Direito, Jornalismo, Psicologia, História, Educação.

Há diferentes tipos de abordagem à infância. Uma delas é a partir de sua condição social, ou seja, parece haver uma segmentação entre criança rica e criança pobre, estando a última presente nos seguintes artigos dessa publicação: *O menor ainda minimizado pela lei brasileira*; *Propostas educacionais das instituições de menores carentes no estado de São Paulo*; *Meninos trabalhadores*. Os três artigos, apesar de serem subsidiados por diferentes campos de conhecimento, evidenciam a relação entre infância e pobreza, caracterizando a criança como “menor”.

Outra abordagem apresenta a criança como objeto de pesquisa, configurada em três artigos: *A criança-objeto na pesquisa psicológica*; *A criança como objeto da medicina*; *Implicações éticas provenientes da utilização de crianças como sujeito de pesquisa*. Esses artigos expõem pesquisas realizadas com crianças, no âmbito da medicina e psicologia, e discutem a importância do estabelecimento de parâmetros éticos em tais investigações.

A terceira abordagem aponta o consumo infantil, também em três artigos: *Alguns aspectos da audiência infantil aos meios de comunicação*; *Eu consumo, tu me consomes*; *Pensando o brinquedo*. Dois deles se apoiam na área do jornalismo.

Aspectos históricos fundamentam um artigo: *A criança escrava na literatura de viagens*, e categorias sociológicas se revelam em *A criança (negra) e a educação* e *Sexualidade infantil e práticas repressivas*. Há ainda um artigo subsidiado pela interface entre educação e arquitetura: *A criança e a percepção do espaço*, que discute a ausência da influência do ponto de vista infantil na configuração do espaço escolar.

O segundo número foi publicado em 2001, número 112, cujo título é *Sociologia da Infância: novos enfoques*. O volume não apresenta editorial, trazendo como destaque dois artigos de autores internacionais que se referem à sociologia da infância. O artigo *Emergência de uma sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar*, apresenta de forma sintética a emergência desse campo nos estudos sobre a infância, discutindo sobre as rupturas que o possibilitaram, tendo por base a produção francesa nesse campo.

Em *Sociologia da infância: balanço dos trabalhos em língua inglesa* discute-se a emergência e consolidação do novo campo de estudos na abordagem da infância, apontando seus principais pressupostos. O artigo também apresenta um balanço das publicações sobre a infância no campo da sociologia anglófona.

A edição de número 141, publicada em 2010, é um terceiro dossiê. Intitulado *Estudos sobre a infância e Direitos da criança*, conta com quatro artigos de autores nacionais e internacionais. Segundo o editorial, elaborado por Fulvia Rosemberg, responsável pela organização do dossiê, seu objetivo é discutir o lugar da criança na sociedade a partir da emergência dos Estudos Sociais da Infância.

Ainda no editorial, Rosemberg (2010) apresenta a temática a ser discutida, destacando a importância dos estudos sobre a infância na composição desse periódico, de maneira geral, bem como os números temáticos anteriormente publicados. Evidencia que alguns artigos publicados anteriormente em edições temáticas poderiam ser revisitados e incorporados à discussão sobre os novos estudos da infância.

A editorialista destaca também que a emergência da Sociologia da Infância teria se configurado como temática central de outra edição especial sobre a infância nos Cadernos de Pesquisa. No entanto, a conjuntura acadêmica dessa publicação havia se alterado: se na edição nº 112 (2001) esse campo possuía reduzido alcance, no contexto de publicação do novo dossiê a Sociologia da Infância já teria se consolidado, tornando-se temática privilegiada de publicações acadêmicas e embasamento teórico de artigos, teses, dissertações.

A dificuldade de se adotarem referências estrangeiras nas discussões embasadas por esse campo parece justificar a escolha de artigos estrangeiros para a tradução e publicação nessa edição como: *Reconsiderando a nova sociologia da infância; Teoria do bem-estar das crianças; Infância e política*. O primeiro deles aborda os pressupostos teóricos da Sociologia da Infância, questionando as dicotomias conceituais presentes nesse campo e propondo uma nova conceptualização baseada na inclusão de aspectos como interdisciplinaridade e mobilidade social, denominadas pelo autor como “terceiro excluído”¹⁰.

Os demais artigos estrangeiros, *Teoria do Bem-estar das crianças e Infância e política*, embasados teoricamente pela Sociologia da Infância, discorrem sobre as condições atuais de vida das crianças, concebendo-as como atores sociais e destacando a importância de compreendê-las como grupo geracional, que exerce impacto na formulação de políticas públicas, mas também sofre o impacto de parâmetros estruturais.

O artigo nacional, denominado *A convenção internacional sobre os direitos da criança: debates e tensões*, reflete sobre o contexto sociopolítico de formulação do documento da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, publicado na década de 1990, e analisa a bibliografia brasileira sobre esse documento, tendo como referencial teórico a Sociologia da Infância. Ademais, o artigo aponta a influência do documento internacional na aprovação da Constituição Federal de 1988, principalmente no que se refere às concepções de infância, destacando a importância da sociedade brasileira conhecer, de modo mais consistente, os marcos legais adotados.

¹⁰ A tentativa de ultrapassar a divisão do campo do sociológico, propiciado pelos dualismos: estrutura X ação, natureza X cultura e ser X devir, Prout (2001) propõe que as análises sociológicas sigam um “caminho do meio” ou reflitam sobre seus objetos não se inserindo em nenhuma das abordagens dualistas, mas utilizem como alternativa o terceiro excluído. Nesse sentido, o autor indica cinco ideias-chave que podem subsidiar a análise segundo esse ponto de vista: a interdisciplinaridade, hibridismo, rede e mediações, mobilidade e análise relacional.

3.3.2 Revista *Perspectiva* (Santa Catarina)

O editorial da edição de número 2, publicado em 1984, destaca o objetivo de aliar aspectos teóricos e práticos na discussão sobre a pré-escola, sendo composto por artigos e relatos de experiência. Os artigos são majoritariamente subsidiados pelo campo da educação, mas apresentam temáticas diferentes.

No artigo *Montessori o tempo o faz cada vez mais atual*, a discussão acerca da criança é perpassada pelo modelo montessoriano. O artigo aborda os aspectos históricos da origem desse método, discutindo sobre seus materiais e organização curricular bem como sua inserção no contexto educacional brasileiro, evidenciando as dificuldades encontradas na sua implementação e possíveis alternativas.

A prática pré-escolar no Estado de Santa Catarina configura-se como temática central dos artigos *Pró-Criança* e *Programa de educação preventiva da fundação catarinense de educação especial: uma experiência em evolução*. Os dois artigos discutem a implantação de instituições para o atendimento das crianças com idade inferior a sete anos, apresentando seus pressupostos e objetivos. Os programas analisados em ambos os artigos apresentam caráter preventivo, ou seja, visam minimizar possíveis desvios no desenvolvimento cognitivo e físico das crianças.

Os outros dois artigos que compõem o dossiê, *Pressupostos teóricos para a organização do planejamento pré-escolar* e *A pré-escola em questão*, refletem acerca do atendimento prestado pela pré-escola brasileira, destacando seus aspectos organizacionais e abordando a questão da formação de profissionais capacitados para atuarem nessas instituições. Nesse sentido, o artigo *Habilitação: educação pré-escolar – aspectos de sua criação e implantação na UFSC*, amplia a discussão sobre a formação desses profissionais, relatando a experiência da implantação dessa habilitação na UFSC na década de 1980, bem como seus pressupostos e resultados.

A publicação traz ainda uma entrevista com a diretora e a coordenadora do Núcleo de Atendimento Infantil da Universidade Federal de Santa Catarina, responsável pela implantação da Habilitação: educação pré-escolar, discutida no referido artigo.

Por fim, o dossiê apresenta uma bibliografia mínima sobre a pré-escola, sugerida como importante material a ser consultado por alunos e pesquisadores.

Um segundo dossiê, intitulado *A Modernidade, a infância e o brincar*, foi publicado no ano de 1994, correspondendo ao número 22. Explicita, em seu editorial, o objetivo de discutir sobre a cultura infantil, representada pelos jogos e brincadeiras, sendo tal questão

embasada pelos três aspectos principais – a (1) infância e seu (2) brincar inserido em um contexto caracterizado por (3) moderno.

Para tanto, a temática do brincar é abordada a partir da configuração espacial e social na qual essa atividade se insere. Desse modo, os artigos relatam experiências que buscam estabelecer relação entre o local e o universal. Os artigos apresentados têm como fundamento o campo educacional, porém, possuem perspectivas teóricas diferentes.

A conceptualização sobre esse tempo chamado modernidade é trazida pelo artigo *A modernidade uma visão ísola/ilhada*. O texto apresenta uma visão de modernidade, estabelecendo contraponto entre a localização geográfica na qual está inserida, no caso a ilha de Santa Catarina, e o universo.

Os artigos *Semânticas da Infância* e *Retórica da Infância*, ambos produções internacionais, tratam das concepções de infância a partir de olhares diferentes. O primeiro aborda a temática a partir dos aspectos evidenciados pela história das mentalidades, evidenciando a construção do conceito de infância a partir da perspectiva que considera a ausência de características adultas nas crianças. O segundo artigo, com base filosófica, coloca em questão o olhar para a criança do ponto de vista não adulto, questionando a concepção da infância cunhada pela relação adultocentrada.

Em *O jogo e a educação infantil*, a partir de subsídios filosóficos, a autora trata dos fundamentos que conceituam a ideia de jogo, compreendendo-o como atividade complexa e não somente desempenhada pela criança, mostrando a diferença entre jogo e brinquedo. Por outro lado, a autora evidencia a ideia da atividade do brincar, vista em oposição à atividade séria ou ao trabalho, argumentando em favor de sua função educativa.

Dois artigos dessa publicação são embasados pelo campo da psicologia, *A influência do jogo para o desenvolvimento infantil* e *Brincadeiras Infantis e Relações Sociais*. Configura-se como temática central de ambos os artigos a importância do jogo e da brincadeira no desenvolvimento de habilidades motoras, cognitivas e sociais, compreendendo-as a partir da perspectiva utilitária. O primeiro artigo, nesse sentido, propõe a elaboração de uma escala classificatória de observação do brincar. O segundo artigo destaca o conteúdo social que embasa a brincadeira, propondo ferramentas metodológicas para investigação da atividade do brincar.

O artigo *Brincando com a Arte* relata a experiência do Programa de Desenvolvimento Infantil¹¹ no qual foi realizado um projeto com base na interface entre artes e brincadeira,

¹¹ O Programa de Desenvolvimento Infantil (PDI), analisado por esse artigo, refere-se a um programa mantido pelo Serviço Social da Indústria de Santa Catarina (SESI/SC) implantado em 1990.

apontando a possibilidade de utilização da brincadeira como recurso para o desenvolvimento das habilidades artísticas e compreensão das artes como manifestação cultural.

Um terceiro número, edição 28, publicado em 1997, traz o dossiê *Educação Infantil*, cujo objetivo, evidenciado em seu editorial, é socializar o resultado de pesquisas no campo da educação infantil realizadas por um dos grupos vinculados à UFSC, o NEE0a6¹² além de favorecer a reflexão teórica acerca dos fundamentos desse nível educacional.

A problemática da formação de profissionais que atuam na educação infantil se configura como temática central de dois artigos: *Articular saberes, qualificar práticas: contribuições da Universidade à formação dos profissionais de educação infantil* e *Buscando uma articulação entre as representações de infância e a prática pedagógica de profissionais de educação infantil*. O primeiro artigo destaca a importância da relação da Universidade com as instituições de educação infantil, sobretudo as creches, para a formulação de programas de formação inicial e formação em serviço, tendo em vista o direito constitucional das crianças brasileiras a uma educação infantil de qualidade. O segundo discute acerca das relações estabelecidas entre adultos e crianças no contexto das instituições de educação infantil, investigando como as concepções de infância das profissionais que atuam nessas instituições podem influenciar suas práticas cotidianas. Este artigo também aponta elementos para a reflexão acerca das relações estabelecidas entre adultos e crianças, pautadas por concepções negativas e preconceituosas.

Ainda sobre as relações estabelecidas entre adultos e crianças no contexto da educação infantil, o artigo *A psicogenética de Wallon e a educação infantil* explora a temática a partir do referencial da psicologia. Com base no paradigma walloniano, a autora analisa o papel das emoções em tais relações, destacando a importância de estabelecer uma relação mais consolidada entre essa teoria e a educação infantil.

Os conceitos de infância e de educação constituem os elementos centrais do artigo *Infância e pedagogia: dimensões de uma intrincada relação*, que discute a articulação de modelos educativos tendo por base diferentes concepções de infância, rompendo com o olhar escolar sobre ela.

O levantamento da produção em periódicos nacionais a respeito da educação infantil em creches é o objeto do artigo *Exame da produção teórica na área da Educação Infantil*

¹²O Núcleo de Estudos e Pesquisas da Educação de 0 a 6 anos (NEE0A6), constitui um grupo de pesquisa vinculado à UFSC. Criado em 1990, atualmente esse grupo denomina-se Núcleo de Estudo e Pesquisas da Educação da Pequena Infância (NUPEIN). Tem como objetivo de consolidar um espaço de reflexão acerca da infância e de sua educação, além de aprofundar o conhecimento sobre esse objeto por meio da articulação de pesquisas, elaboração de políticas para a área e participação de fóruns e associações.

entre 1983 e 1993. O artigo sintetiza os principais resultados de uma pesquisa de iniciação científica, que efetuou um levantamento da produção veiculada em sete periódicos educacionais. A organização dos dados coletados é apresentada no artigo seguindo os critérios nome do autor, ano de publicação, assunto e faixa etária. A partir do levantamento realizado, o artigo discute os principais temas visitados pelos autores, refletindo acerca da baixa produção encontrada sobre a educação das crianças de 0 a 3 anos.

O artigo *Creches e pré-escolas: diagnóstico das instituições educativas de 0 a 6 anos em Florianópolis*, escrito por dois autores, se constitui em um relatório de pesquisa efetuada pelo NEE0a6. O artigo sintetiza os principais resultados da investigação, cujo objetivo foi levantar dados acerca das instituições de educação infantil do município de Florianópolis.

O artigo *Considerações sobre aspectos da iniciação matemática* sintetiza os resultados de um trabalho de monografia, cujo objetivo foi investigar as produções e publicações da Sociedade Brasileira de Matemática. Com base no levantamento efetuado pela autora, o artigo discute a importância de ampliar a compreensão acerca do processo de alfabetização matemática.

Uma quarta edição, esta publicada em 1999, com o nº 1, é intitulada *Educação Infantil: temas e debates*. Organizada pelo grupo de pesquisa NEE0a6, a publicação traz artigos resultantes de um ciclo de palestras ocorrido em 1998, no âmbito da UFSC.

Com o objetivo de favorecer a ampliação do debate sobre a Educação Infantil, esse dossiê traz artigos predominantemente embasados pelo campo da educação. A problemática das relações creches-famílias constitui tema elencado para a discussão em dois artigos, *As relações creches e famílias* e *Relações creches- famílias, a quantas andam?* O primeiro deles traça um breve histórico sobre as instituições de educação infantil, apontando as alterações nas relações entre creches e famílias, tendo como subsídio teórico os pressupostos sócio-interacionistas do desenvolvimento infantil. O segundo, embasado pelo campo do Serviço Social, analisa tais relações a partir das concepções das profissionais de educação infantil em relação às famílias das crianças atendidas, evidenciando a persistência de idealizações e de preconceitos e propondo a articulação entre o Serviço Social e o campo educacional para a formação dos profissionais que atuam nas instituições de educação infantil.

Em *Educar e cuidar: por onde anda a Educação Infantil*, o contexto de aprovação da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) configura-se como temática central na discussão acerca da educação infantil. O artigo evidencia os avanços de ordem legal, discutindo a respeito da função a ser assumida pelas creches e pré-escolas e apontando também os dilemas e desafios a ser ultrapassados.

A problemática acerca das investigações no campo da Educação Infantil é discutida no artigo *A pesquisa em Educação Infantil*, que apresenta a trajetória da pesquisa nesse campo, destacando suas contribuições para a prática pedagógica.

Ainda no que se refere às práticas desenvolvidas no âmbito da educação infantil, o artigo *Atuação Docente e Educação Infantil - contribuições da psicologia* aborda a temática do papel desempenhado pelas profissionais nas instituições de educação infantil, considerando os processos de ensinar e aprender, bem como os sujeitos nele envolvidos como aspectos fundamentais para a formulação das práticas educativas.

A especificidade da profissão de professora de educação infantil constitui a discussão central do artigo *Dinâmica entre profissionais de educação infantil*. Por meio do relato de professoras e auxiliares, que atuam no âmbito da creche, o artigo analisa as relações estabelecidas entre as profissionais, revelando que algumas delas são configuradas a partir dos fatores de subordinação e dominação.

A formação dos profissionais que atuam nas instituições de educação infantil é abordada pelo artigo *Criança pequena, educação infantil e formação dos profissionais*. O artigo explora a temática da formação docente por intermédio da reflexão acerca das concepções de criança que fundamentam a articulação de projetos educacionais pedagógicos configurados a partir do binômio cuidar e educar. Consoante a esse duplo papel da educação infantil, o artigo *O cuidado na Educação Infantil: contribuições da área da saúde* enfoca a questão do cuidar a partir das contribuições dessa área do conhecimento, compreendendo-o não como um fim em si mesmo, mas como forma de mediação e interação entre os diferentes agentes envolvidos: criança, família e instituição de educação infantil.

No ano de 2005, a Revista *Perspectiva* traz em sua edição de número 1 um quinto dossiê, intitulado *Educação, cultura e cidadania na primeira infância*. Seu editorial contextualiza a publicação, revelando que ela é resultado de um convênio estabelecido entre o grupo NEE0a6 e o Instituto de Estudos da Criança, da Universidade do Minho, Portugal.

A temática que configura esse dossiê é concebida pelo editorial como atual e relevante, tendo como ponto de partida a reflexão acerca da sociabilidade da infância contemporânea e suas condições de vida embasada por diferentes áreas do conhecimento.

O texto de apresentação do dossiê discute a problemática da infância concebendo-a como espaço social construído, fundamentando sua abordagem no paradigma da construção social da infância. Nesse sentido, expressa o objetivo da publicação em refletir sobre os distintos modos de vida infantil além de favorecer a discussão acerca do tripé educação-criança-cultura.

Em *Crianças: educação, culturas e cidadania ativa*, a temática abordada se refere à discussão acerca da noção da infância como grupo social, o qual tem sofrido o impacto de diferentes alterações no contexto mundial, no que se refere à estruturação das instituições, às alterações da composição familiar, às transformações demográficas, entre outros. Subsidiado teoricamente pela Sociologia da Infância, o artigo também tem como objetivo apresentar e fundamentar o projeto de pesquisa desenvolvido por meio do convênio citado no editorial.

Consoante à interface entre infância, cultura e sociedade, o artigo *Questões teórico-metodológicas na pesquisa com crianças* enfoca o contexto das pesquisas das ciências humanas e sociais no que se refere à infância. A partir da abordagem antropológica e concebendo a criança como sujeito de pesquisa, o artigo propõe a reflexão acerca de aspectos metodológicos que a pesquisa com crianças deve considerar.

O artigo *Infância e educação inclusiva* objetiva discutir acerca da construção de uma educação inclusiva, propondo o rompimento com uma visão naturalizada da criança e da infância. Com base na Sociologia da Infância, o texto traz a concepção de criança como sujeito ativo, competente e produtor de cultura, argumentando em favor de uma educação que não somente inclua a criança com necessidades especiais, mas que inclua a infância, de modo a viabilizar, no plano da ação, o reconhecimento da criança como cidadã.

Na interface com outras categorias sociológicas, o artigo *A infância que se constrói como legado e como lugar de significação de trajetórias de vida* explora a temática da infância atrelada aos contextos de pobreza e subordinação por meio do relato de histórias de vida de grupo de mulheres. A experiência da infância é concebida como fonte de significado para essas trajetórias marcadas pela desigualdade estrutural.

O início da formação do leitor competente constitui a temática abordada pelo artigo *Acesso a embalagem do livro infantil*. Por meio da interface com a semiótica, o texto propõe algumas orientações para iniciar as crianças à apreciação da leitura, sugerindo iniciá-la através da observação de sua capa.

O sexto dossiê intitulado *Infância, educação e escola* foi publicado no ano de 2007, edição de número 1, organizado pelo grupo GEPIEE¹³. É composto por oito artigos, sendo quatro deles de pesquisadores estrangeiros.

A problemática da emergência dos novos estudos sociais da infância e sua interface com o campo historiográfico é discutida no artigo *Repensando os estudos sociais de história*

¹³O Grupo de Estudos e Pesquisas sobre infância, Educação e escola (GEPIEE) constitui um grupo de pesquisa vinculado ao Centro de Ciências da Educação da UFSC. Foi criado em 2001 com o objetivo de articular as ciências sociais e humanas ao campo da educação e da infância.

da infância no Brasil. Com base em levantamento bibliográfico nacional e internacional, o artigo evidencia os desafios a serem enfrentados pelo campo da História da Infância no contexto nacional.

Consoante à emergência da Sociologia da Infância, o artigo *A indeterminação das fronteiras da idade* focaliza as rupturas conceituais que possibilitaram novos entendimentos acerca da socialização e do papel desempenhado pela criança nesse processo. Ainda no que se refere ao tema da socialização, o artigo *Infância, Mídias e Educação: revisitando o conceito de socialização* evidencia os conceitos relativos à socialização nas principais correntes da Sociologia, destacando o papel das diferentes mídias nesse processo.

O artigo *Infância e humanização: algumas considerações na perspectiva histórico-cultural*, com base nessa teoria, analisa as práticas educativas vigentes nas instituições de educação infantil, caracterizando-as como empobrecidas e equivocadas.

A problemática do desenvolvimento da autonomia é abordada pelo artigo *Você disse autonomia? Uma breve percepção da experiência das crianças*. A partir do referencial teórico da Sociologia da Infância, o artigo sintetiza os resultados de uma investigação efetuada em Genebra, na qual as crianças, consideradas sujeitos da pesquisa, expressaram suas representações acerca da autonomia e das estratégias para se alcançá-la.

A discussão das concepções de infância e de sua cidadania configura-se como elemento central no artigo *Escola e Políticas Educativas: lugares incertos da criança e da cidadania*. O texto analisa a implantação de políticas educativas às populações rurais, destacando que elas têm como pressuposto a concepção da escola como espaço de construção da cidadania, e não como o espaço da própria cidadania.

A partir da interface entre a Psicanálise e a Sócio-Cultura¹⁴, o artigo *Violência Familiar y aprendizaje: profundización dela victimización y el despojo* focaliza os casos de violência familiar e suas consequências para o processo de aprendizagem das crianças, concebendo-os a partir de causas econômicas e sociais.

A discussão acerca do papel da educação infantil na construção da subjetividade da criança é apresentada no artigo *Narrativas en torno a las subjetividades em la escuela primaria*, o qual sintetiza os resultados de uma pesquisa efetuada por um grupo de 24 investigadores ligados à Universidade de Catalunha, na Espanha.

¹⁴ Perspectiva centrada no estudo do desenvolvimento humano tendo como principal contribuinte o autor Lev Vygotsky. Compreende o desenvolvimento humano como um processo que se dá por meio das mediações sociais.

3.3.3 Cadernos Cedes (São Paulo)

De acordo com o levantamento efetuado, o periódico Cadernos Cedes apresentou três dossiês temáticos sobre a infância. O primeiro deles foi publicado no ano de 1984, edição nº 9, cujo título é *O Pré e a parábola da pobreza*.

O editorial dessa publicação ressalta a importância e a necessidade de discutir o atendimento ao pré-escolar dada a ampliação de seu debate no contexto social. Para tanto, baseando-se em dados quantitativos, o editorial critica a ausência de vagas para o atendimento de crianças de 0 a 6 anos. Porém, destaca a importante atuação de diferentes movimentos sociais na luta pelo direito das crianças pequenas à educação.

O artigo *O Pré e a parábola da pobreza* discute a formulação de propostas oficiais para a pré-escola por intermédio da influência de organismos internacionais, sobretudo o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). Trazendo uma breve contextualização do período, o texto focaliza a relação entre essa organização e o Ministério da Educação (MEC).

A articulação das propostas pedagógicas no âmbito da pré-escola embasa três artigos dessa publicação: em *“O rei está nu”*: um debate sobre as funções da pré-escola reflete-se acerca do papel social dessa instituição, localizando tal discussão na conjuntura de democratização da educação. A questão da alfabetização nas instituições pré-escolares também é destacada nesse artigo. A formação dos profissionais que atuam em creches configura a temática discutida no artigo *Profissionais de Creche*. O artigo explora a origem dos profissionais, a organização de trabalho no interior da instituição e os pontos de vista das pagens em relação ao seu papel. Em *Projeto Nazahualpilli: uma alternativa curricular para a educação de crianças de classes populares* são apresentados os pressupostos de uma experiência de educação pré-escolar realizada no México.

O dossiê temático intitulado *Grandes políticas para os pequenos* foi publicado em 1996, edição número 37. O editorial dessa publicação evidencia seu objetivo em discutir políticas públicas para as crianças pequenas, contextualizando a temática abordada como importante momento vivenciado pela educação infantil brasileira, então tornada primeira etapa da educação básica a partir da promulgação da Constituição de 1988.

A edição traz três artigos embasados por experiências internacionais de educação infantil. Em *A educação infantil no Japão*, o artigo situa a educação infantil no contexto sociocultural japonês, evidenciando seus pressupostos e objetivos e destacando o importante papel desempenhado pelo jogo nessa etapa educacional. O artigo *A pré-escola sueca: a*

história de um sistema integrado de cuidado e educação aborda a problemática da integração entre cuidado e educação no âmbito da educação infantil, analisando como a experiência sueca lidou com a questão. Por fim, o artigo *Da escola maternal à escola da infância: A pré-escola na Itália hoje* apresenta as novas orientações para a pré-escola, vigentes na Itália, trazendo também uma breve síntese das propostas daquele país para a educação infantil.

A situação da educação infantil brasileira constitui o elemento central do artigo *Educação Infantil no Brasil: desafios colocados*. O artigo, além de abordar a temática, traça reflexões acerca da formulação da política de educação infantil pelo MEC, destacando os desafios a serem ultrapassados por essa etapa educacional, tendo em vista as formulações constitucionais.

O terceiro dossiê foi publicado em 2002, edição de número 56, intitulada *Infância e Educação: as meninas*. A interface entre gênero e infância constitui tema central dessa publicação.

Os artigos que compõem a edição sintetizam os resultados das pesquisas realizadas, as quais abordaram a diferenciação sociocultural por meio do aparato metodológico da história oral, considerando as crianças como informantes prioritários. Por outro lado, a temática central é contextualizada tendo em vista o espaço social e geográfico no qual as relações entre gênero e infância estão inseridas.

A relação dicotômica entre rural e urbano bem como os impactos gerados pela modernidade à educação das meninas constitui a problemática abordada pelo artigo *Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade*. O contexto rural também embasa o artigo *Brincadeiras de menina na escola e na rua: reflexões da pesquisa no campo*, o qual traça reflexões acerca do papel do jogo e da brincadeira na vida das meninas que habitam nesse espaço.

As condições de vida de meninas e mulheres configura a discussão central do artigo *Recortando e colando as imagens da vida cotidiana do trabalho e da cultura lúdica das meninas-mulheres e das mulheres-meninas da Zona da Mata Canavieira Pernambucana*. O texto evidencia a dupla percepção das meninas em relação ao trabalho por elas desempenhado: alienação e conformismo e transgressão e ludicidade.

Consoante ao processo de socialização das crianças indígenas, o artigo *Sonhos e nomes: as crianças Guarani* aborda essa temática, refletindo acerca da construção da noção de criança e trabalho nessa cultura, subsidiado teoricamente pelo campo da antropologia.

O resgate da memória da infância a partir do relato de três mulheres compõe a temática principal do artigo *Memórias de menina*.

3.3.4 Revista Educação e Realidade (São Paulo)

O dossiê temático publicado no ano 2000, intitulado *Os nomes da infância* expressa em seu editorial o objetivo de problematizar os diferentes modos de existência da infância no contexto brasileiro. Aponta que, desde os estudos de Ariés, a infância tem sido pensada a partir de uma multiplicidade de ideias, arquitetadas em diferentes configurações sociais, as quais têm sido investigadas a partir de diferentes campos do conhecimento.

Com o objetivo de contemplar a complexidade da infância, o dossiê é composto por seis artigos, sendo o primeiro deles: *Freud sua “educação para a realidade” e a ilusão (psico)pedagógica de nossos dias*. Com base no referencial freudiano, o artigo discute o caráter da educação contemporânea, problematizando a predominância psiconaturalista na pedagogia atual.

O artigo *O fio e a trama: as crianças nas malhas do poder* aborda a problemática das relações de poder estabelecidas entre adultos e crianças, tendo como subsídio teórico o pensamento de Michael Foucault. Analisa os discursos recentes do MEC no que se refere à questão curricular na educação infantil, considerando-os como prática disciplinar de controle e normalização. O referencial foucaultiano também embasa a discussão sobre a constituição do estatuto da criança no discurso religioso e no discurso educativo em *E os pequeninos, senhor? Inocência e culpa na pastoral educativa*.

A temática das concepções de infância é discutida no artigo *As concepções de infância e as teorias educacionais modernas e contemporâneas*, no qual apresenta-se a construção de determinadas concepções de infância e de educação, tanto na Filosofia quanto nas teorias educacionais, a partir da obra de diferentes filósofos pós-modernos, dentre eles Rorty e Davidson.

Em *Fragmentos sobre rotinização da infância*, a problemática da institucionalização e rotinização da vida infantil é abordada, numa revisão do próprio conceito de rotina, com base em pensadores do campo educacional, como: Rousseau, Montessori, Pestalozzi e Froebel.

O artigo *Infância, gênero e sexualidade* trata da questão das representações de gênero e sexualidade em revistas pedagógicas e livros que circularam na cidade de Porto Alegre no início do século XX. Com base nos estudos feministas e na perspectiva pós-estruturalista, problematiza-se a produção de determinados padrões ligados ao gênero.

Em 2010, a publicação de número 3 traz o dossiê *Infância e Educação*. Seu editorial convida o leitor a *des-conhecer* a infância, ou seja, desprender-se de suas concepções para olhá-la como se fosse a primeira vez. Os artigos, predominantemente embasados pelo campo

educacional e subsidiados pela abordagem pós-moderna, buscam oferecer um panorama nacional e internacional da discussão sobre a infância e sua interface com a educação.

A socialização das crianças inglesas e o papel educativo desempenhado pelos pais no início do período moderno é o objeto discutido pelo artigo *Educação e ensino cultural dos ingleses em casa de 1550 a 1800*.

O artigo *Cultura Digital, educação midiática e o lugar da escolarização* aborda a temática dos desafios da escola em face da emergência das culturas digitais. O artigo questiona que a escola represente uma instituição ultrapassada, argumentando em favor de seu papel proativo em relação à nova mídia. A problemática da crise da instituição escolar também é abordada pelo artigo *¿Escuela en Crisis?, ¿O Educación Imposible?*, que, subsidiado teoricamente pelo campo da Psicanálise, traça reflexões acerca da impossibilidade da educação.

Em *Ciências da Educação, Escolarização e Abjeção: diferença e construção da desigualdade* é discutida a temática da história das ciências no contexto americano. Ao focalizar a Reforma Protestante e a educação progressista, o artigo aborda a construção das noções de infância, família e escola.

O artigo *Infância, Arte de Governo Pedagógica e Cuidado de Si* recupera o significado da infância a partir dos conceitos foucaultianos e noção lyotardiana de dívida com a infância, problematizando ambições modernas de seu pleno governo por meio da arte pedagógica no contexto moderno. O conceito de infância elaborado por Lyotard também fundamenta o artigo *Vida e Morte da Infância, entre o Humano e o Inumano*. Embasado pela vertente filosófica, o texto traça reflexões a fim de resistir ao esquecimento da infância que constitui todo ser humano.

O desaparecimento de um determinado modelo da infância integra a discussão apresentada pelo artigo *Morte da Infância Moderna ou Construção da Quimera Infantil?* O texto, baseando-se em duas figuras infantis centrais, a clássica e a liberal, traça reflexões acerca da emergência contemporânea de uma figura infantil pós-moderna e de práticas a ela relacionadas.

O artigo *Educação das Crianças Pequenas: da lógica cultural e familiar às políticas públicas* discute sobre a educação das crianças pequenas tendo por pressuposto o paradoxo entre o ordenamento legal, os discursos e a realidade vivenciada. A reflexão é embasada pela investigação realizada com crianças e famílias do Rio de Janeiro, e teve como objetivo compreender como as famílias estruturam as práticas de cuidado e educação das crianças.

Em *Infância e Risco*, a noção de risco presente tanto nos discursos quanto nas políticas para a infância constitui a temática central abordada, relacionando-a a um tipo de racionalidade e exercício de poder que se endereçam ao campo infantil.

A interface entre gênero e infância para o entendimento da construção da subjetividade feminina alicerça o artigo *Sobre Meninas no Papel: inocentes/erotizadas? As meninas hoje*. O texto traça reflexões acerca das revistas destinadas ao público feminino e infantil, evidenciando a formação de subjetividades marcadas pelo disciplinamento da sexualidade.

3.3.5 Revista Pro-posições (São Paulo)

A revista Pro-posições apresentou três dossiês temáticos no conjunto de periódicos selecionados. A primeira edição temática, publicada no ano de 1996, número 21, não apresentou título. O editorial da publicação revela que é uma republicação de dossiê, dada a importância da educação das crianças pequenas e a ausência de uma discussão sistemática sobre a infância no periódico.

Em *O corpo nas vozes e nas danças da cultura jovem*, a temática das múltiplas relações tecidas entre corpo, dança e sociedade tecnológica e a juventude urbana constitui o foco do artigo.

O texto *Exposições internacionais e a difusão de creches e jardins de infância* explora o histórico de constituição dessas instituições brasileiras atrelado ao contexto das Exposições Internacionais. O artigo traz a análise de catálogos, documentos, relatórios, álbuns referentes ao tema, evidenciando que as creches, jardins de infância e asilos foram difundidos em função da origem social e da faixa etária atendidos.

Dois artigos que compõem a publicação se baseiam em experiências internacionais de educação infantil. O primeiro deles, *Políticas integradas de cuidado e educação infantil: O exemplo da Escandinávia*, aborda a temática da articulação entre cuidado e educação infantil no âmbito das políticas públicas, e o outro, *A brincadeira infantil na educação pré-escolar paulista e parisiense: O que pensam sobre ela os adultos?*, aborda a relação entre brincadeira e educação com base em diferentes propostas de educação infantil.

Em *Teorias de gênero e subordinação de idade: um ensaio*, a interlocução entre as categorias etárias e de gênero compõe o cenário para a discussão acerca das relações entre adultos e crianças, evidenciando a centralidade do modelo adulto e, conseqüentemente, a submissão infantil.

O número temático publicado em 1999 revela em seu editorial que o GEPEDISC foi responsável por alguns dos artigos publicados bem como pela organização dessa edição. Destaca, ainda, a relevância do tema da educação das crianças de 0 a 6 anos no âmbito social.

A problemática da formação dos profissionais de educação infantil é abordada em três artigos dessa edição. Em *A formação do profissional da educação infantil no Brasil no contexto da legislação, das políticas e da realidade no atendimento*, a conjuntura das instituições de educação infantil contextualiza a discussão acerca das propostas de formação docente bem como os desafios a serem ultrapassados. O artigo *Uma profissão a ser inventada: O educador da primeira infância* relata a experiência de educação infantil italiana e as etapas da formação dos profissionais que nela atuam. Em *O imprevisto previsto*, o planejamento das atividades é concebido como parte da profissão do docente de educação infantil, revelando a articulação entre a preparação das atividades e a formação desses profissionais.

Dois artigos privilegiam a discussão sobre a educação das crianças de 0 a 6 anos a partir das reflexões de dois autores. O artigo *Robert Owen em New Lanark: um laboratório para o futuro?* aborda a proposta pedagógica formulada e implementada por esse autor, a partir de concepções antropológicas e filosóficas. A perspectiva da História Cultural embasa o artigo *Algumas implicações pedagógicas da Escola de Vygotsky para a educação infantil*, que traça reflexões acerca das contribuições dessa abordagem para a elaboração de propostas de educação infantil.

A criança como sujeito de direitos subsidia a discussão apresentada pelo artigo *Educação e Assistência: direitos de uma mesma criança*, que problematiza a questão do direito à educação infantil, focalizando as políticas públicas destinadas à infância no contexto do Mato Grosso do Sul durante a década de 1980.

A prática da amamentação no contexto da creche constitui a temática analisada pelo artigo *As divinas tetas: do direito ao dever, negando o prazer*. A partir da noção de direito da criança, o artigo sintetiza os resultados de uma pesquisa realizada no âmbito de uma creche universitária, traçando reflexões acerca da atividade de amamentação compulsória.

O diálogo com a Psicologia embasa a problemática do brincar no contexto da educação infantil. O artigo *As crianças pequeninhas produzem cultura? Considerações sobre educação e cultura infantil em creche* aborda essa temática, compreendendo a criança como um ser produtor de cultura e evidenciando a importância de garantir oportunidades de interação e brincadeira entre as crianças. A concepção de criança como produtora de cultura também embasa a temática das relações de gênero estabelecidas no contexto da educação

infantil. Essa problemática configura o objeto discutido pelo artigo *Lápis vermelho é de mulherzinha: desenho infantil, relações de gênero e crianças pequenas*.

As práticas educativas no contexto da educação infantil portuguesa constituem o elemento central da discussão apresentada no artigo *O espaço e o tempo no jardim de infância*, que reflete sobre a organização do espaço e do tempo das salas de atividades dessas instituições.

As tendências investigativas no campo da educação infantil são analisadas no artigo *As pesquisas sobre educação infantil no Brasil: A trajetória da ANPEd (1990-1996)*, constituído por resultados da pesquisa cujo objeto foram os trabalhos apresentados no Grupo de Trabalho de Educação da Criança de 0 a 6 anos no âmbito da ANPEd.

O terceiro dossiê, publicado em 2003, é intitulado *Educação Infantil e Gênero*, e tem como objetivo ampliar o debate sobre essa categoria sociológica no contexto das relações estabelecidas nas instituições de educação das crianças pequenas.

Para tanto, seu editorial ressalta a definição da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, reafirmando a importância da discussão acerca da formação e pesquisa da educação das crianças de 0 a 6 anos. Considera, ainda, a trajetória de luta pelo direito à educação, destacando o papel dos grupos feministas na consolidação dessa etapa educacional. Com relação às concepções de criança e de infância, o editorial afirma ter ocorrido um processo de alteração do olhar dos pesquisadores em relação à infância e à criança, concebida como produtora de cultura e sujeito de direitos.

Embasado pela concepção de criança como sujeito de direitos, o artigo *O direito das crianças à educação infantil*, problematiza, numa perspectiva filosófica, a inclusão das crianças pequenas no sistema de ensino, tendo em vista a legislação aprovada que instituiu a educação infantil como primeira etapa da educação básica.

Os demais artigos constituintes do dossiê temático analisam as relações de gênero no contexto da educação infantil. O artigo *Dimensão sexual, dimensão interpessoal e afetividade nos contextos educacionais da infância* focaliza a relação da professora com meninas e com meninos na conjuntura educativa italiana. Outro artigo, *A professora de creche: a docência e o gênero feminino na educação infantil*, apresenta as concepções educativas das professoras, evidenciando os aspectos de construção dessa profissão por meio da categoria de gênero.

A interlocução entre gênero e formação docente é apresentada em dois artigos. Em *Pequenos homens, pequenas mulheres? Meninos, meninas? Algumas questões para pensar as relações entre gênero e infância* a questão que se apresenta é o debate sobre gênero no

contexto de formação de professores de educação infantil. O artigo *Educação sexual e educação infantil* focaliza o relato de profissionais que atuam com formação de educadoras.

O texto *Ser menina ontem e hoje: notas para a pré-história do feminino* busca um contraponto na Psicanálise para analisar as relações entre mãe e filha nos primeiros anos de vida e seus impactos na construção da subjetividade. A discussão acerca da construção das identidades infantis, no que se refere ao gênero e à sexualidade por meio da propaganda impressa, subsidiada pelos Estudos Culturais e Estudos Feministas, está presente no artigo *Erotização dos corpos infantis na sociedade de consumo*.

O tema da brincadeira e sua relação com os padrões de gênero socialmente definidos são abordados pelo artigo *Relações de gênero nas brincadeiras de meninos e meninas na educação infantil*.

3.3.6 Revista Brasileira de História (São Paulo)

O número especial sobre a infância, publicado nesse periódico no ano de 1999, traz um dossiê sobre infância e adolescência alicerçado pela discussão acerca das crianças marginalizadas e das concepções de infância historicamente construídas.

A problemática acerca do significado da infância e as mudanças principais no papel da criança na sociedade sueca são discutidas no artigo *Imagens em conflito: infâncias em mudança e o estado de bem-estar social na Suécia. Reflexões sobre o século da criança*.

A temática da menoridade da infância é discutida em três artigos do dossiê. No diálogo com a historiografia, o artigo *O abandono de crianças ou a negação do óbvio*, aborda a trajetória do abandono das crianças no início do século XVIII até a construção da noção de menor abandonado, evidenciando as diferentes perspectivas que embasaram a formulação das primeiras políticas para o atendimento dessa população. A relação entre condição etária e imputabilidade dos “menores infratores” é discutida no artigo *A inimputabilidade e a impunidade em São Paulo com base na análise de documentos legais*.

Em *Silenciar os inocentes: medidas punitivas para a recuperação de menores em estabelecimentos disciplinares mantidos pelo Estado (1945-1964)* são evidenciadas as práticas punitivas nos estabelecimentos disciplinares do Estado do Rio Grande do Sul. Ainda em relação às concepções norteadoras das políticas para as crianças pobres, o artigo *Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos da*

assistência à infância no Brasil aborda o pensamento desse médico, cuja importante atuação favoreceu a difusão da perspectiva médica da criança¹⁵.

As primeiras propostas educativas originadas no século XIX no contexto brasileiro constituem a temática discutida no artigo *Crianças e escolas na passagem do Império para a República*, focalizando o real objetivo de prevenção da marginalidade como elemento estruturante dessa política.

A discussão a respeito da rua e dos perigos que ela poderia oferecer integra a temática abordada no artigo *Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha*, que reflete sobre a construção da imagem da criança ociosa, pervertida e afastada da supervisão adulta.

3.3.7 Revista Educação e Pesquisa (São Paulo)

O dossiê temático *A Infância na escola* foi publicado no ano 2000, com base na perspectiva histórica, considerando a emergência desse tema no campo nacional da história a partir da década de 1980. Seu editorial ressalta que a infância foi considerada objeto de pesquisa relevante pelo pensamento histórico internacional antes da publicação de Philippe Ariés, *História Social da Infância e da Família* (1973). O editorial traz ainda importantes referências do campo da história, que tinham como objeto a infância, dentre eles Alvim e Valadares (1988), Freitas (1997), Del Priori (1999).

O editorial enfatiza que a emergência pelo interesse da infância não teria ocorrido de forma isolada no campo da história e da historiografia, mas em decorrência de um movimento social marcado pelo contexto de promulgação da Constituição de 1988, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996), pela criação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), leis que, através da definição da Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, teriam contribuído para que a infância fosse novamente objeto de atenção.

O artigo *Notas em torno de retratos de criança* destaca a diversidade de sentidos assumidos pelo termo criança, apontando a construção do termo a partir de sua compreensão como categoria histórica, sociológica e psicológica. A construção do conceito de infância no contexto brasileiro integra a problemática discutida no artigo *A sementeira do porvir: higiene e infância no século XIX*, o qual focaliza os diferentes discursos que contribuíram para a emergência da representação da infância enquanto futuro da nação.

¹⁵ Abordagem embasada pelo campo médico. Difundiu-se no Brasil no decorrer do século XX por intermédio de produção científica sobre a criança. (KUHLMANN Jr., 1991)

A problemática das práticas educativas destinadas à “infância desamparada” constitui o objeto da discussão apresentada no artigo *A "infância desamparada" no asilo agrícola de Santa Isabel: instrução rural e infantil (1880 – 1886)*.

Em *Comemorar a infância, celebrar qual criança? Festejos comemorativos nas primeiras décadas republicanas*, a temática da institucionalização das datas comemorativas a respeito da criança é discutida com base na formação da identidade do brasileiro.

A representação da criança no início do século XX é tema do artigo *Crianças de revistas (1930/1950)*, que, por meio da análise de duas publicações da época, focaliza as imagens veiculadas por esse meio de comunicação.

3.3.8 Revista Educação e Sociedade (São Paulo)

O periódico Educação e Sociedade publicou no ano de 2005 a edição temática intitulada *Sociologia da Infância: pesquisa com crianças*. Seu editorial traça um panorama social e político do país no ano de sua publicação, que caracteriza como conjuntura tensa e período de incerteza em relação aos mecanismos de representação democrática. Os acontecimentos mais relevantes, citados pelo editorial, são as graves denúncias de casos de corrupção envolvendo funcionários do alto escalão do governo, o envio ao Congresso do Projeto do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) e o envio ao Congresso do anteprojeto de Lei de Educação Superior.

Nessa conjuntura, o dossiê apresenta artigos exclusivamente traduzidos, todos inéditos no Brasil, cuja produção pertence a autores atualmente reconhecidos no campo internacional da Sociologia da Infância. A opção pela publicação apenas de traduções é justificada no editorial, que afirma o propósito de ampliar o arcabouço de referências teóricas desse campo no Brasil e encorajar autores nacionais a integrar esse debate.

Os artigos que compõem essa edição podem ser segmentados em dois blocos temáticos: o primeiro deles apresenta aspectos teóricos do campo da sociologia da infância, enquanto o segundo se baseia em questões de ordem metodológica na pesquisa com e sobre crianças.

A emergência da infância como objeto sociológico é discutida no artigo *Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância*, que problematiza os conceitos de geração e alteridade e sua contribuição para o desvelamento das representações tradicionais acerca da criança e da infância.

As alterações conceituais acerca da socialização e a concepção de criança como ator social são abordadas no artigo *Transformação dos modos de socialização das crianças: uma abordagem sociológica*.

O lugar do estudo da deficiência no campo da sociologia da infância é debatido no artigo *Denominações da infância: do anormal ao deficiente*. O texto trata das representações de criança e de criança deficiente e sua integração escolar.

A participação das crianças nas investigações acadêmicas constitui a temática do artigo *As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa*. Partindo da concepção de criança como ator social, e de seus direitos no que se refere à participação, o artigo discute o uso de metodologias de pesquisa coerentes a essa concepção. A escolha metodológica definida por intermédio da construção da infância enquanto objeto de pesquisa configura o foco do artigo *Criança, infância(s), crianças: que objetivo dar a uma ciência social da infância?*

Os procedimentos metodológicos da pesquisa etnográfica são discutidos no artigo *Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas*, no qual são relatadas pesquisas etnográficas e comparativas nos contextos norte-americano e italiano. Em relação à abordagem etnográfica na pesquisa com crianças, o artigo *Crianças e jovens, atores sociais na escola: como os compreender?* reflete sobre essa problemática, evidenciando a dificuldade de rompimento com a lógica adultocêntrica. Os aniversários das crianças, analisados por meio da perspectiva etnográfica baseia a discussão apresentada no artigo *Primeiro os amigos: os aniversários da infância, dar e receber*.

A criança concebida como informante privilegiado no contexto das investigações acerca da infância baseia a reflexão apresentada no artigo *As práticas educativas parentais e a experiência das crianças*. Nele, discute-se a respeito das experiências das crianças a partir de seus pontos de vista.

No artigo *Infâncias imaginadas: construções do eu e da sociedade nas histórias de vida*, a problemática das lembranças da infância em narrativas autobiográficas adultas é discutida como instrumento de compreensão das experiências infantis a partir do “ponto de vista da criança.”

3.3.9 Cadernos Pagu (São Paulo)

A apresentação do dossiê *Repensando a Infância*, publicado em 2006, propõe uma reflexão sobre as diferenciações que marcam a categoria da infância no Brasil, a partir de uma leitura transnacional.

Nesse sentido, a questão da violência contra a criança é tematizada em dois artigos a partir de aspectos diferentes. Em *Violência sexual contra crianças na mídia impressa: gênero e geração*, a violência sexual é focalizada por meio da análise de matérias publicadas sobre esse assunto em um jornal de grande circulação ao longo do século XX, e, em *Trabalho infantil em Franca: um laboratório das lutas sociais em defesa da criança e do adolescente*, o processo de conscientização acerca do trabalho infantil é analisado, evidenciando as lutas sociais que ocasionaram a emergência desse tema na agenda nacional e internacional.

A temática da adoção de crianças e sua inserção em contextos socioculturais distintos é abordada em três artigos do dossiê. Em *Da circulação de crianças à adoção internacional: questões de pertencimento e posse* discute-se a adoção de crianças brasileiras por pais europeus, por meio da reflexão acerca da legislação. A questão da facilidade de adoção de crianças na província argentina de Missões é focalizada pelo artigo *"Border Traffic": na introduction to children adoption in Misiones, Argentina*. A problemática da representação da adoção em livros infantis integra a discussão no artigo *Era uma vez... Esta pode ser a sua história*.

Tendo como subsídio teórico a abordagem pós-estruturalista e sua interface com os Estudos Culturais e os Estudos de Gênero, o artigo *Afinal, quem é mesmo pedófilo?* traça reflexões acerca da construção de novas “modalidades” de experimentação dos desejos erótico-sexuais, em especial a pedofilia.

A construção social das diferenças, sobretudo no que se refere aos papéis de gênero agrega a discussão de grande parte dos artigos do dossiê. Nesse sentido, a discussão acerca do gênero nas relações estabelecidas no contexto escolar constitui a problemática analisada em três artigos. Em *A aprendizagem das diferenças sociais: classe, gênero e corpo em uma escola para meninas*, evidencia-se que a aprendizagem das diferenças de classe e gênero são apreendidas no processo de escolarização. Em *Jogos de gênero: o recreio numa escola de ensino fundamental* focaliza-se a interação entre meninos e meninas especialmente durante o recreio, problematizando as relações aí estabelecidas, que podem ser compreendidas como jogos de poder. As relações de gênero em sala de aula constituem o objeto discutido no artigo

Marcadores sociais da diferença e infância: relações de poder no contexto escolar, embasado pelas contribuições de autores de diferentes áreas para compreensão dessa questão.

A construção da sexualidade e da identidade de gênero são discutidas no artigo *Brincadeiras de meninas e de meninos: socialização, sexualidade e gênero entre crianças e a construção social das diferenças*, por meio de pesquisa de orientação etnográfica das brincadeiras infantis.

Dois artigos apresentam um estado da arte dos estudos sobre a infância. *Em Pequena infância, educação e gênero: subsídios para um estado da arte* são analisadas as investigações cujo objeto foram as relações de poder estabelecidas entre meninos e meninas no contexto da educação infantil. O levantamento bibliográfico apresentado no artigo *Papéis sexuais e hierarquias de gênero na História Social sobre infância no Brasil* procura mapear as contribuições sobre a infância produzidas pelo campo da História Social e da Sociologia Histórica.

3.3.10 Revista Educação e Contemporaneidade (Bahia)

O número temático da Revista Educação e Contemporaneidade foi publicado no ano de 2009, tendo como título *Educação Infantil*. O editorial evidencia o direito de todas as crianças à educação infantil de qualidade como a ideia central dos artigos que compõem o dossiê. Para tanto, o texto que apresenta a edição traz referências históricas da trajetória da educação infantil, ressaltando as alterações na legislação educacional como importantes avanços para a educação no que se refere à luta pelo reconhecimento do direito de todas as crianças, desde o nascimento, sem distinção de classe social, etnia, gênero.

No que se refere à infância, o editorial problematiza a questão de sua invisibilidade, afirmando que até o início do século passado as crianças eram compreendidas apenas como seres que exigiam cuidados, tendo tal concepção influenciado as práticas nas instituições de atendimento às crianças de 0 a 6 anos.

O editorial ainda assinala o grande interesse que esse tema tem suscitado, dada a publicação de periódicos e livros bem como a ampliação do número de trabalhos apresentados em eventos científicos que abordam a educação infantil. Nesse sentido, o editorial afirma a grande quantidade de artigos submetidos à avaliação para publicação dessa edição, ressaltando a diversidade de temas e abordagens teóricas e metodológicas dos artigos recebidos. Assim, o volume está organizado em quatro blocos temáticos: crianças de zero a

cinco anos, novas tecnologias na educação infantil, profissionais que atuam na educação infantil e sistema educacional.

O primeiro conjunto de artigos, sobre crianças de zero a cinco anos, conceitualiza a criança como ser ativo e protagonista nas diferentes relações que estabelece. No artigo *Infância e patrimônio* discute-se a articulação entre infância, memória e patrimônio através da análise da inserção das crianças em evento cultural característico da cultura local. A relação entre creche e família constitui a problemática abordada pelo artigo *As “crianças cruas”:* *refletindo sobre infância, poder e exclusão no cotidiano da creche*, no qual são evidenciadas as concepções das educadoras em relação às crianças e famílias atendidas. Partindo dessa questão, o artigo *Repensando a infância em sua multiplicidade* discute a noção idealizada de criança que muitas vezes é reforçada pelas instituições no contexto moderno, propondo concebê-la a partir de sua diversidade.

O diálogo com o campo da psicologia se destaca em dois artigos que discutem o processo de desenvolvimento da linguagem: *A relação entre linguagem e tempo na compreensão da rotina escolar* e *Imitação e a aquisição da fala: contribuições teóricas e práticas na educação de crianças de 0 a 18 meses*.

Outros dois artigos estão embasados pela psicologia, mais especificamente pela linha histórico-cultural. *Desvelando o universo da brincadeira a partir da perspectiva das crianças* investiga o lugar da brincadeira no contexto da educação infantil, discutindo a brincadeira de faz-de-conta como atividade essencial para o desenvolvimento social e cultural. O artigo *Histórias em quadrinhos na Educação Infantil: a apropriação da leitura pelas crianças*, apresenta o processo de apropriação da leitura na educação infantil.

O segundo bloco temático, centrado nas novas tecnologias no contexto da educação infantil, traz o texto *Por que quem é pequenininho não ganhou um laboratório grandão? A criança no Programa de Informática Educativa da Rede Municipal de Educação do Rio de Janeiro*, que apresenta a implantação de programa municipal de informática, problematizando as concepções de criança que excluíram a educação infantil. Em *As possibilidades da web na aprendizagem da lecto-escrita*, desenvolve-se a problemática dos usos dos recursos tecnológicos como facilitadores do processo de ensino e aprendizagem. No artigo *Mídia e infância no panorama contemporâneo* reflete-se a respeito da interferência da mídia no processo de construção social da noção de infância, com base na historiografia. O último artigo desse bloco, intitulado *O uso do vídeo na educação infantil*, traça contribuições para a compreensão do uso do vídeo como recurso ao desenvolvimento do imaginário no âmbito da educação infantil.

O terceiro conjunto de artigos está embasado pela discussão sobre os profissionais que atuam na educação infantil. Em *O curso de Pedagogia no contexto de formação para a docência na Educação Infantil*, aborda-se a temática da formação de professores no âmbito do curso de Pedagogia, problematizando as justificativas que levam a considerá-lo um curso de menor valor. O artigo *Quem educa nossos bebês? Política de recursos humanos para turmas de berçário* analisa a política de recursos humanos para os profissionais que atuam em berçários. A problemática da formação continuada no contexto da creche é discutida no artigo *A pesquisa crítico-colaborativa e a formação das educadoras na creche: entre a construção e a reflexão*. A contribuição dada pela literatura à formação de professores é abordada pelo artigo *A força humanizadora da literatura*, no qual reflete-se sobre o papel da literatura na formação de alunos e professores. O último artigo do bloco em questão, *Angelina de Assis e a Educação Infantil na Bahia*, sintetiza as ideias e a atuação da educadora Angelina de Assis, focalizando suas contribuições para a articulação da educação pré-escolar em Salvador.

O quarto e último bloco de artigos apresenta como temática central a discussão acerca do sistema educacional. Em *Educação de infância em Portugal: um edifício em construção* evidencia-se o projeto de expansão da rede de educação infantil nesse país. O artigo *Creches comunitárias e a política da Educação Infantil pública na cidade do Rio de Janeiro* destaca o processo histórico de implementação da política de atendimento à educação infantil por meio das creches comunitárias, problematizando a questão do cuidado e educação. O interesse em investigar como se dá a organização do espaço da creche por meio da ação das crianças e dos educadores baseia a discussão apresentada no artigo *Transformações espaciais na creche: a busca de lugares de desenvolvimento*. O processo que antecede a alfabetização desenvolvido por meio de atividades lúdicas e significativas na educação infantil constitui a problemática do artigo *Alfabetização emergente e desenvolvimento de competências na Educação Infantil*.

3.3.11 Educação em Revista (Minas Gerais)

O dossiê *Infâncias na história* publicado em 2010 afirma, segundo seu editorial, que a importância da pesquisa sobre infância pode ser visível dado o expressivo aumento da produção e de grupos de pesquisa que a investigam. Tendo como pressuposto a existência de múltiplas infâncias, essa publicação tem como objetivo evidenciá-las a partir de seus contextos históricos.

O texto de apresentação do dossiê temático evidencia os estudos de Ariès e Jacques Gélis¹⁶ como importantes contribuições dadas à emergência da produção historiográfica sobre a infância, apontando a recente compreensão da diversidade histórica das experiências da infância. A infância concebida como tempo geracional e sua especificidade atrelada aos contextos sociais e históricos embasam os artigos apresentados nessa edição.

A discussão acerca das pesquisas efetuadas sobre a infância no início do século XX sustenta o artigo *A educação da infância: entre a família, a escola e a medicina*, no qual evidenciam-se as disputas em torno da produção científica sobre a infância.

As representações historicamente construídas sobre a infância constituem a temática discutida em dois artigos. Em *A emergência da infância*, analisa-se a produção histórica sobre a infância, com base no referencial foucaultiano, destacando a hegemonia dos discursos e representações produzidas no campo médico-higiênico. O artigo *A criança e seu desenvolvimento em discursos médicos e pedagógicos que circularam no contexto português (séculos XVIII a XX)* evidencia os sentidos atribuídos à infância, no contexto português, com base na análise de tais discursos.

A constituição das imagens históricas da infância, formadas por intermédio dos discursos médico-higienistas e sua articulação com o ideário modernizador do século XX constitui a temática de dois artigos: *A infância nos almanaques: nacionalismo, saúde e educação (Brasil 1920-1940)* e *Façamos dessa gente um elemento seguro do nosso progresso moral e material”: a inspeção médico escolar no Paraná dos anos 1920*. O primeiro efetua uma análise dos almanaques de farmácia e o segundo discute as propostas de inspeção médico-escolar no contexto paranaense do século XX.

A interface com outras categorias sociológicas é empregada para a compreensão das práticas históricas da socialização da infância no artigo *Conflitos e tensões na produção da inclusão escolar de crianças pobres, negras, mestiças, Brasil, século XIX*. As práticas de socialização infantil difundidas por intermédio dos livros destinados às crianças que frequentavam as escolas primárias na Argentina do século XX são discutidas no artigo *Textbooks used in primarily argentine school: civilizing urban children and urbanizing rural children (1900-1946)*, o qual evidencia o ideário civilizador escolar como aspecto central de tais livros.

¹⁶ Professor de história da Universidade de Paris, Jacques Gélis possui uma vasta produção acadêmica sobre diferentes temas, sendo um deles a infância. No Brasil, o capítulo intitulado: A individualização da criança, disponível no livro: História da vida privada (1991) constitui uma de suas obras mais conhecidas.

Aspectos estruturais no entendimento da infância embasam a discussão sobre o impacto da globalização nas condições contemporâneas de vida das crianças argentinas no artigo *Notes to reflect upon childhood in argentina (1983-2000): characters of recent history*.

3.3.12 Revista Cadernos de Educação (Minas Gerais)

A revista Cadernos de Educação publicou em seu número 21 o dossiê *Educação Infantil*. Com relação à apresentação do tema, o editorial se resume na afirmação de que a seção Tema em destaque trará como objeto de discussão a educação infantil, citando os títulos dos textos bem como seus autores.

A infância concebida como produtora de cultura, e os elementos constituintes das culturas infantis integram a temática desenvolvida em dois artigos: *Imaginários e culturas da Infância*, e *Culturas Infantis e dimensões da socialização no cotidiano de uma creche domiciliar*. Os lugares constituidores da infância e a articulação entre cultura escolar e cultura infantil são os aspectos evidenciados pelo artigo *Casa, rua e escola: um estudo sobre crianças num bairro da periferia de Pelotas – RS*.

Aspectos étnico-raciais na constituição da categoria da infância embasam a discussão apresentada pelo artigo *As cores da complexidade: a cor de pele*, no qual a infância é concebida a partir de sua heterogeneidade.

A educação da infância integra a problemática desenvolvida no artigo *Limites e Horizontes na educação da infância*, o qual analisa os processos de disciplinamento e avaliação nos contextos de educação infantil.

A formação de professores de educação infantil no município de Pelotas é analisada pelo artigo *Formação de educadoras das escolas de educação infantil: saberes necessários à integração à vida*.

O artigo *Linguagens geradoras: um critério e uma proposta de seleção e articulação de conteúdos em educação infantil* traça reflexões acerca da organização curricular dessa etapa educacional.

CAPÍTULO 4

DOSSIÊS SOBRE INFÂNCIA

[...] o que chamamos comumente de “interesse” por uma atividade científica (uma disciplina, um setor dessa disciplina, um método etc.) tem sempre uma dupla face. O mesmo acontece com as estratégias que tendem a assegurar a satisfação desse interesse. (BOURDIEU, 1983b, p. 124)

A análise dos artigos foi efetuada a partir dos seguintes procedimentos: (1) leitura dos resumos e palavras-chave para levantamento do objeto, das referências e da problematização de cada um deles, (2) organização em categorias temáticas, (3) identificação de alterações nas concepções de infância reveladas pelas problemáticas abordadas. Buscou-se, ainda, (4) identificar temáticas e questões por meio da leitura dos editoriais e (5) relacionar com informações e referências que permitissem compreender o contexto histórico e acadêmico de cada edição. As informações e referências foram tomadas principalmente pela legislação publicada ao longo do período investigado, entre as décadas de 1980 a 2010.

Foi possível organizar os artigos em quatro grandes temas/categorias, que congregam o conjunto de textos e serão apresentadas a seguir.

4.1 A Infância como objeto de estudo

A presença da infância enquanto objeto de estudo foi apresentada em 28 artigos, ao longo das três décadas que constituem o período investigado – três publicados na década de 1970; dois, nos anos 1990; e 23 publicados na década de 2000. Alguns dos artigos apresentam questões de ordem teórica, em torno do conceito de infância, e outros tratam de metodologias de pesquisa com crianças. Alguns ainda discutem os dois aspectos.

Os três artigos publicados no final dos anos 1970 apresentam a preocupação dos autores com o papel da criança como objeto de estudo e sujeito de pesquisa. O primeiro, com base na psicologia constitui um recorte de investigação realizada sobre a produção acadêmica sobre crianças a partir de teses e dissertações da biblioteca do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. O texto estabelece crítica às concepções de infância presentes nos trabalhos encontrados, que, majoritariamente, consideravam a criança como sujeito a-histórico, ignorando suas condições sociais e, em alguns casos, as julgavam a partir de valores e padrões da classe dominante.

O segundo artigo, do campo da medicina, cujas palavras-chave são medicina, crianças e pesquisa, destaca a vulnerabilidade da criança enquanto objeto de pesquisa e aponta que os exames clínicos infantis são realizados em contextos autoritários. O terceiro, por sua vez é resultado de mesa redonda com a participação de profissionais de diferentes áreas sobre a pesquisa sobre crianças. Esse artigo parece indicar o início de uma perspectiva interdisciplinar na pesquisa da infância.

A leitura desses artigos leva a supor que começa a ser esboçada uma posição crítica à criança vulnerável, submissa, frágil, tomada nos contextos de investigação como objeto, que pode indicar o prenúncio de um processo de alteração nas concepções de criança como sujeito da pesquisa. Percebe-se ainda uma tentativa de estabelecer parâmetros éticos que estruturam pesquisas sobre crianças.

Nos anos 1990, foram encontrados dois artigos e, como diferencial, observa-se que são traduções de autores estrangeiros, nesse caso, italianos.

A publicação destes dois artigos parece apontar um movimento das ciências sociais no sentido de investigar a infância, consoante com o contexto internacional que delineava os estudos da infância, pois apontam a ocultação e o silenciamento da criança e/ou revelam sua condição de incompletude e ausência de poder. Ambos vêm do campo da história e da filosofia. Nos anos 2000, há um significativo aumento de artigos sobre a infância enquanto objeto de estudo, predominantemente sustentados pela então recém criada área da sociologia da infância¹⁷. De acordo com Quintero (2002) essa área provocou um aumento expressivo de produções acadêmicas estrangeiras relacionadas à temática da infância e da socialização com base em novos paradigmas.

No conjunto de artigos publicados no Brasil, nos anos 2000, 16 deles correspondem a produções de autoria estrangeira e sete são nacionais. Foram publicados em diferentes periódicos e em um dossiê, organizado por pesquisadores brasileiros, somente com artigos traduzidos.

Os pioneiros, dois artigos, de autoria de pesquisadores estrangeiros, vão indicar a emergência do campo de conhecimento denominado sociologia da infância. Um deles focaliza a produção acadêmica francesa e o outro constitui um balanço da produção de pesquisa sobre infância em língua inglesa. Ambos constituem um estado da arte da produção internacional e foram publicados num mesmo volume de periódico.

¹⁷O campo da sociologia da infância foi delineado em meados dos anos 1980 na Europa e EUA e reconhecido pela comunidade acadêmica como campo científico em 1990, pela Associação Internacional de Sociologia (ISA) (QVORTRUP, 2010b; FERREIRA, 2002; QUINTERO, 2002; NASCIMENTO, 2011).

Dois outros artigos, publicados em diferentes periódicos, têm como tema os estudos sociais da infância, em contraposição às perspectivas biológica e psicológica.

Quatro outros artigos, publicados em diferentes periódicos, vão discutir a socialização a partir de nova compreensão do papel social das crianças. Consoante Setton (2005) observa-se a emergência de novos entendimentos acerca da socialização tendo em vista a “particularidade desse processo de interação social vivido na atualidade.” (p. 335) Segundo a autora, as abordagens clássicas da sociologia da educação¹⁸ concebiam o processo socializador como reprodução dos valores e papéis identitários, “em uma total correspondência entre ator e sistema social.” (p. 338)

A consolidação de uma nova configuração sociocultural, baseada na pluralidade e diversidade, indicou certo esgotamento das contribuições da sociologia clássica, revisitando o conceito de socialização e atribuindo “o mesmo valor ao individual, ao coletivo, às experiências, à pluralidade e às ações dos indivíduos.” (GOMES, 2012, p. 117) Para Sirota (2001) a emergência do campo da sociologia da infância, no âmbito internacional, esteve fortemente atrelada à contraposição do paradigma da socialização cunhado pela sociologia clássica, visão criticada pelos estudos da infância contemporâneos (GOMES, 2012), nos quais se percebe a intenção de “[...] identificar a presença da infância no desenvolvimento do pensamento sociológico e descortinar as razões da sua gritante ausência nas correntes clássicas da Sociologia.” (SARMENTO, 2000 *apud* QUINTERO, 2002, p. 138)

Dois artigos, ainda dos anos 2000, também de autoria estrangeira, e publicados em diferentes periódicos, vão discorrer sobre o estudo da infância por meio de narrativas autobiográficas e de lembranças da infância. Um último artigo, no final da década, vai discutir a consolidação do campo da sociologia da infância.

Os sete artigos de autores brasileiros, publicados nos anos 2000, foram elaborados com base em diferentes enfoques. Um deles trata do fortalecimento da infância enquanto objeto de estudo do campo da História Social, critica a homogeneidade conceitual e analítica que caracteriza as investigações contemporâneas nesse campo. Um segundo artigo problematiza o impacto das mudanças sociais nos entendimentos acerca da infância, indicando a emergência de um novo olhar sobre ela. Trata-se de um artigo que se atém às questões da educação.

Cinco artigos nacionais são embasados no aporte conceitual da teoria pós-crítica, o que parece apontar o crescente interesse dessa abordagem na análise da infância. Desse

¹⁸Durkheim, (1978); Parsons (1973); Goffman (1975).

conjunto, dois deles foram publicados em uma mesma edição temática, enquanto que os outros três foram publicados em um mesmo dossiê no final dos anos 2000.

Destaque-se que a predominância das traduções sobre a publicação de pesquisa nacional, nos periódicos qualificados, o que faz pensar que havia interesse em trazer para o Brasil as ideias, concepções e resultados de pesquisa do campo da sociologia da infância, incipiente no país.

Do ponto de vista da produção de ideias, parece interessante retomar o que foi dito anteriormente, sobre a década de 1970, quando se observa uma posição que critica a criança vulnerável como objeto de pesquisa e o interesse de diversas áreas pela infância. Esses aportes vão ser substantivamente recuperados na década de 2000, a partir da publicação de pesquisa estrangeira que defende a infância como construção social e as crianças como agentes, produtoras de cultura, além da interdisciplinaridade nos estudos da infância.

Os aspectos de natureza ética são discutidos tanto nos artigos publicados nos anos 1970 quanto na década de 2000, porém parecem apresentar perspectivas distintas. A crítica ao silenciamento e à ausência de poder das crianças, nos anos 1990, parece já indicar o delineamento de novas concepções de infância e de criança no plano internacional, as quais embasariam as produções da década seguinte. Já nos artigos publicados na década de 1970 parece haver uma posição crítica em relação à concepção de criança como ser vulnerável, sugerindo que sejam consideradas nas pesquisas e os artigos dos anos 2000 ressaltam a participação das crianças nas investigações como informantes privilegiados, o que pode assinalar um movimento de reflexão acerca do papel da criança na pesquisa, iniciado nos anos 1970¹⁹.

Dos quatro artigos encontrados na década de 2000, que se referem à participação das crianças nas investigações, três deles destacam a elaboração de recursos metodológicos com vistas a compreender os pontos de vista das crianças. Desse conjunto, três artigos são traduzidos e publicados em um mesmo dossiê, e um deles constitui produção nacional, tendo sido publicados no mesmo ano.

Essa discussão parece também estar subsidiada pelo olhar da sociologia da infância sobre as crianças, concebendo-as como participantes ativas da sociedade (QVORTRUP, 2001,

¹⁹ A alteração paradigmática que evidenciou a importância da participação das crianças como sujeitos da pesquisa pode estar atrelada à Convenção Internacional dos Direitos da Criança (CDC), de 1989. Segundo Fernandes (2005), a CDC é o instrumento que mais poderosamente contribui para essa mudança, pois “desafia o foco exclusivo na vulnerabilidade psicológica e biológica da criança, considerando que tal perspectiva não dá peso suficiente à forma como a falta de poder da criança contribui para sua vulnerabilidade”. (VAN BUEREN, 1998, p. 21, apud FERNANDES, 2005). Ela representa um movimento de alteração nos direitos da criança, que já tinham uma tradição de quase um século, devido, por um lado, à sua natureza e, por outro, à sua substância. (FERNANDES, 2005)

2010b, 2011; CORSARO, 2002, 2011). Essa posição provocou a visibilização da infância nas investigações e tem demonstrado a indispensabilidade de considerar novas formas de pesquisa com crianças (DELGADO, MULLER, 2005; FERNANDES, 2006; KRAMER, 2002; KRAMER, SILVA, BARBOSA, 2005) a partir da elaboração de recursos metodológicos que possibilitem essa participação, e dos aspectos de natureza ética que decorrem dela.

Na qualidade de atores sociais competentes, as investigações que focalizam as crianças, subsidiadas pela sociologia da infância, passam a ter como interesse seus pontos de vista sobre seus mundos de vida. (SARMENTO, 2003, 2002; SARMENTO, PINTO, 1997) Verifica-se, então, que as pesquisas deixam de ser *sobre* crianças para caracterizarem-se como pesquisas *com* crianças.

Observa-se que, além de reconhecerem a criança como ator social, os artigos parecem refletir sobre a necessidade de considerar a alteridade da infância (SARMENTO, 2007) nas investigações com crianças, construindo alternativas metodológicas apropriadas à sua participação:

Considerar a alteridade da infância, implica considerar o conjunto de aspectos que a distinguem do outro adulto, implica, portanto, considerar o reconhecimento das culturas da infância como modo específico, geracionalmente construído, de interpretação e de representação do mundo. O contributo das metodologias participativas neste âmbito tenta desenvolver um trabalho de tradução e desocultação das vozes das crianças, que permaneceram ocultas nos métodos tradicionais de investigação, através de argumentos geracionais etnocêntricos, onde a incompetência e incapacidade das crianças, era invocada com o argumento de protecção contra a sua própria irracionalidade e incompetência: este é o discurso do adulto protector do bem-estar e do desenvolvimento das criancinhas. (FERNANDES, 2006, p. 30)

Ao considerar a alteridade da infância nos processos investigativos rompe-se com a perspectiva que concebia a criança como um não-adulto (SARMENTO, 2007), reconhecendo os aspectos que as distinguem dos adultos, por um lado, e os processos de apropriação e reinvenção da cultura adulta, de outro.

Do ponto de vista metodológico, um artigo estrangeiro, publicado nos anos 2000, destaca a abordagem etnográfica²⁰ como método apropriado à investigação das culturas infantis (JAMES, PROUT, 1997; CORSARO, 2002; SARMENTO, 2003). A abordagem etnográfica pressupõe o contato direto, denso e profundo do pesquisador com a cultura investigada, de modo a compreender as significações construídas por aquele grupo, ou seja,

²⁰O reconhecimento da etnografia como método mais apropriado ao estudo da infância faz parte de uma das proposições do paradigma da infância por James e Prout (1990).

a etnografia é o método que os antropólogos mais empregam para estudar as culturas exóticas. Ela exige que os pesquisadores entrem e sejam aceitos na vida daqueles que estudam e dela participem. Neste sentido, por assim dizer, a etnografia envolve “tornar-se nativo”. (CORSARO, 2005, p. 446) Os outros três artigos que se referem a essa questão, publicados em um mesmo periódico, discutem acerca da utilização de outras ferramentas metodológicas que privilegiem a participação das crianças nas pesquisas, tais como: entrevistas, vídeos, fotografias; ou seja, defendem que as crianças não somente participem das pesquisas, mas que atuem como coprodutoras delas. De acordo com Fernandes (2005, p.29) a investigação participativa “Epistemologicamente, defende uma relação participada entre investigador e investigado, onde, o investigado é também um investigador, estabelecendo-se entre os dois, uma relação interactiva e aberta à mudança.” Segundo Alderson (2005) a participação das crianças nas investigações pressupõe uma alteração tanto nos métodos quanto nos temas das pesquisas. De acordo com a autora, “ [...] um dos maiores obstáculos, ao se fazer pesquisas com crianças, é infantilizá-las, percebê-las e tratá-las como imaturas e, com isso, produzir provas que apenas reforçam suas ideias sobre sua incompetência.” (p. 423) A autora discute sobre o envolvimento ativo das crianças em projetos de pesquisa, relatando diferentes investigações com atuação das crianças como pesquisadoras.

De acordo com essa perspectiva, as crianças são compreendidas como sujeitos participantes da pesquisa, e não como objetos que passivamente se submetem às investigações. (CHRISTENSEN; PROUT, 2002)

Dentre esses artigos que se referem aos aspectos metodológicos na pesquisa com crianças, dois deles sintetizam investigações que tiveram as crianças como informantes privilegiados, enquanto um analisa a bibliografia sobre o tema e discorre sobre ele, do ponto de vista teórico, o que parece indicar a necessidade de mais atenção à questão.

4.2 Infância, Direitos e Cidadania

A problemática dos direitos da infância está presente em 16 artigos ao longo das três décadas do período investigado; um publicado nos anos 1970, quatro na década de 1990 e doze artigos publicados nos anos 2000. Outra vez percebe-se significativo aumento nos anos 2000.

No final da década de 1970, foi publicado um artigo de um pesquisador brasileiro sobre o trabalho infantil. O texto traz as falas das crianças trabalhadoras, revelando suas condições de vida.

Em 1990, outro artigo, também de um pesquisador brasileiro, trata da questão do direito da criança à educação. Outros dois artigos da mesma década discorrem sobre a infância desamparada a partir do enfoque histórico. Publicados em um mesmo periódico, os artigos redigidos por autores brasileiros analisam a trajetória de abandono das crianças, a delinquência infantil e a concepção de infância como problema social.

Um quarto artigo da mesma década, redigido por autor estrangeiro, discute as mudanças do significado da infância na sociedade sueca, a partir do aporte teórico da história.

Os temas são consoantes com a análise realizada por Castro e Kosminsky (2010), que afirmam que, nas décadas anteriores a 1990, “o trabalho infantil foi lentamente estabelecido como tópico de pesquisa.” (p.212) De acordo com elas, os artigos publicados até os anos 1980 constituíram não só uma referência teórica, mas inovaram do ponto de vista metodológico, utilizando a observação participativa e entrevistas semiabertas. Acrescentam que, durante a década de 1980, pesquisadores brasileiros trabalharam com a temática das desigualdades educacionais e com políticas públicas na educação, temas que sofreriam alterações na década seguinte, de acordo com os artigos publicados nos dossiês temáticos.

Nos anos 2000, foram publicados doze artigos sobre a discussão dos direitos da infância. Desse conjunto, seis constituem artigos traduzidos, publicados em diferentes periódicos, e, seis escritos por pesquisadores brasileiros, publicados em dois dossiês.

Dentre as traduções, dois textos de um mesmo periódico, em meados dos anos 2000, conceituam as crianças como sujeito de direitos, com aporte da Sociologia da Infância, em contextos sociais distintos. Um deles analisa a experiência de autonomia das crianças, com base em pesquisa realizada com crianças de 11 e 12 anos, em Genebra. O segundo, contextualiza a perspectiva da criança cidadã no contexto da implementação de políticas educativas, enfatizando a necessidade de promover uma cidadania ativa da criança no espaço escolar.

O terceiro artigo, também sustentado pela Sociologia da Infância, de autoria estrangeira, publicado na década de 2000, concebe a infância enquanto categoria social que sofre o impacto das transformações em nível estrutural. Nesse contexto, examina os discursos políticos e legais sobre as crianças, defendendo a consolidação da perspectiva das crianças como sujeitos de direitos e a formulação de políticas educativas que garantam sua participação.

Outro artigo traduzido e publicado em meados da década de 2000 trata da adoção internacional de crianças, apresentando os dados de uma pesquisa efetuada na província de

Misiones, Argentina. O artigo tem como aporte teórico o campo denominado Estudos Transnacionais.

A interface entre infância e política embasa a discussão apresentada em dois artigos estrangeiros, publicados no final dos anos 2000 em um mesmo periódico e subsidiados pelo campo da Sociologia da Infância. Um deles analisa as concepções de criança que tendem a ocultar a compreensão de seus direitos políticos. O segundo discute as contribuições dos novos Estudos sobre a Infância e contextualiza a formulação de políticas de bem-estar social na conjuntura europeia.

Em meados da década de 2000, foram publicados seis artigos nacionais que se relacionam à temática dos direitos da infância. Desse conjunto, dois artigos publicados em um mesmo periódico tratam da questão da adoção infantil. O primeiro, redigido por um autor brasileiro e publicado originalmente em revista internacional, apresenta os resultados de uma pesquisa etnográfica efetuada com mulheres de bairros populares que teriam doado seus filhos devido a condições socioeconômicas. O segundo, também embasado pela abordagem etnográfica, discute como o texto literário problematiza a questão da adoção, identificando os elementos culturais que o texto revela.

O terceiro artigo nacional, publicado no mesmo periódico que os dois anteriores, retoma a discussão acerca do trabalho infantil a partir do aporte teórico da Sociologia. Analisa o processo histórico social que levou à emergência do tema na agenda mundial e nacional, e destaca os relatos das crianças e suas representações acerca das atividades que desempenham.

O quarto artigo redigido por pesquisador brasileiro, no início dos anos 2000, trata dos direitos das crianças à educação. A partir do diálogo entre política e teoria pós-crítica, reflete sobre a conjuntura de definição da educação infantil como primeira etapa da educação básica²¹.

Outro artigo brasileiro, publicado no final da década de 2000, examina a conjuntura sociopolítica de aprovação da Convenção Internacional dos Direitos da Criança, apontando para a escassez de bibliografia brasileira sobre a questão e destacando a inovação nas representações de criança e de infância que o documento adota.

E outro, publicado na década de 2000 e redigido por um autor nacional, retoma a discussão sobre a infância órfã, a partir da perspectiva histórica.

²¹No contexto brasileiro que antecede a promulgação da Constituição de 1988, creches e pré-escolas, sempre foram parte do sistema de educação, estavam vinculadas ao sistema de assistência social. A aprovação da Constituição de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 9394/1996) instituíram a educação infantil ou educação da pequena infância como primeira etapa da educação básica.

Do ponto de vista das produções internacionais publicadas nos anos 2000, revela-se a substantiva referência ao campo da Sociologia da Infância e à noção da criança como ator social e como portadora de direitos. Dos seis artigos internacionais publicados nessa década, verifica-se que três deles constituem relatos de pesquisa e que os demais constituem produções de ordem teórica nos quais se revela a intenção de conceituar o significado da cidadania da infância, conforme Soares, Tomás, Sarmiento (2005, p. 54): “A Sociologia da Infância, ao considerar as crianças como atores sociais e como sujeitos de direitos, assume a questão da participação das crianças como central na definição de um estatuto social da infância e na caracterização do seu campo científico.”

Os artigos internacionais buscam legitimar a perspectiva da cidadania infantil com base nos direitos de participação das crianças, participação compreendida como o direito da criança a ser ouvida e consultada nas decisões que lhe dizem respeito, direito ao acesso à informação, à liberdade de expressão e de opinião e direito a tomar decisões em seu proveito. (FERNANDES, 2005, 2006; SARMENTO, TOMÁS FERNANDES, 2007; TOMÁS, 2007) Ademais, verifica-se o questionamento da posição de subalternidade das crianças em relação aos adultos, revelada por sua situação estrutural minoritária (QVORTRUP, 2011; SARMENTO, 2005) e pelas relações de poder desiguais.

Consoante à construção do campo da Sociologia da Infância, a visibilização dos direitos de participação das crianças parece se sobressair como questão principal nos artigos traduzidos, na medida em que ela: “apresenta-se, então, como condição absoluta para tornar efetivo o discurso que promove direitos e, assim, a promoção dos direitos de participação assume-se como um imperativo para concretizar a criança como sujeito de direitos.” (TOMÁS, 2007, p. 51)

Na busca de formas nas quais as crianças possam exercer sua cidadania, dois artigos internacionais publicados na década de 2000 procuram legitimar a perspectiva da participação, propondo que a escola seja o *locus* principal no qual as crianças tenham direito à voz e participem das decisões que lhes dizem respeito, embora reconheçam que as práticas dessa instituição a configurem como um espaço de formação para a cidadania, e não espaço de cidadania.

Com base na legitimação dos direitos de participação das crianças, outras duas traduções, publicadas em um mesmo periódico, no final dos anos 2000, tratam da relação entre infância e política e discutem a desigualdade na distribuição de poder, de recursos e de direitos entre adultos e crianças, presente nas relações sociais, políticas e econômicas. Os dois

textos defendem a importância de inserir as crianças em esferas nas quais elas foram excluídas, como a política e o trabalho.

No conjunto dos artigos brasileiros, o texto dos anos 2000 que trata do trabalho infantil se assemelha àquele escrito na década de 1970, tanto do ponto de vista teórico quanto metodológico, e mais do que isso, revela que esse problema permanece, embora campanhas nacionais e internacionais²² busquem erradicar o trabalho infantil.

A leitura dos artigos nacionais que tratam da adoção, publicados nos anos 2000, constata que a metodologia de ouvir as crianças está presente nos textos sobre trabalho infantil, mas não sobre adoção, que focalizam principalmente o ponto de vista adulto no que se refere à questão, na forma de relatos orais ou representações literárias. Outro artigo, de pesquisadores brasileiros, publicado no final dos anos 2000 discute o contexto sociopolítico da aprovação da Convenção dos Direitos da Criança²³. De acordo com Castro e Kosminsky (2010), os estudos da infância teriam ganhado um novo impulso por conta da internacionalização dos direitos da criança, de modo que as investigações acadêmicas passaram a difundir os direitos proclamados pelo documento, buscando efetivá-los.

Ainda no conjunto de publicações brasileiras, um artigo publicado nos anos 2000 retoma a discussão sobre a infância desamparada, questão que havia sido abordada por dois artigos nos anos 1990. Os textos se assemelham não apenas pela temática, mas por estarem subsidiados pelo campo da História. Ademais, segundo Castro e Kosminsky (2010), o problema do abandono e das crianças negligenciadas teria emergido como questão principal nas Ciências Sociais em decorrência de sua associação às contradições do processo de modernização brasileiro. Ao proporcionar a visibilidade das crianças pobres como “problema social”, esses estudos teriam contribuído para colocar as crianças na agenda das preocupações públicas e políticas.

Observa-se que a questão dos direitos da infância parece constituir objeto investigativo de diferentes campos do conhecimento na produção acadêmica brasileira, privilegiando determinadas temáticas sobre a questão.

²²Campanha de Combate ao Trabalho Infantil (UNICEF), Campanha Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil (Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS), Mercosul unido contra o Trabalho Infantil (Organização Internacional do Trabalho – OIT).

²³A Convenção dos Direitos da Criança (CDC) é um tratado internacional aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas no ano de 1989 e ratificado por 193 países, incluindo o Brasil. Os direitos das crianças estabelecidos pelo documento podem ser agrupados em três categorias: direitos de provisão, direitos de proteção e direitos de participação. (FERNANDES, 2005)

4.3 Infância e Diversidade

Sob o título “diversidade” foram analisados trabalhos relativos às relações étnico-raciais e de gênero na infância. São 26 artigos, três deles publicados na década de 1970, dois publicados nos anos 1990 e 21 publicados na década de 2000. Novamente, observa-se o incremento do número de textos publicados na década de 2000.

Os três artigos publicados na década de 1970, redigidos por pesquisadores brasileiros, compõem um mesmo periódico. Dois deles destacam a questão racial (ROSEMBERG, 1991, 1996, 1999, 2006) na análise da infância. Ambos são resultados de pesquisa sobre a exclusão social de crianças negras, sendo que um deles contextualiza a problemática na conjuntura da escravidão a partir da perspectiva histórica, tomando como fonte documental a literatura de viagens. O segundo, com base no aporte histórico-social, aponta críticas à educação – formal e informal – que reforçaria o ideal branco.

Esses artigos parecem indicar a emergência de um interesse das ciências sociais em pesquisar as crianças a partir do recorte racial. São artigos que buscam contextualizar a predominância do modelo branco e criticar a discriminação sofrida pelas crianças negras, refutando a imagem de submissão, obediência e docilidade a elas atribuída.

O terceiro artigo, redigido por autor brasileiro e publicado na década de 1970, discorre sobre a questão da sexualidade infantil, a partir da interface entre Sociologia e Psicanálise, por meio da qual discute a imagem de criança inocente. A noção de infância inocente seria, nos anos 1990, desconstruída pelo campo de estudos da infância. (JENKINS, 1998; JAMES, JENKS, PROUT 1998) De acordo com Jenkins (1998) essa concepção dominante de infância destituiu as crianças de sua agência política, distanciando-as das esferas de decisão.

Na década de 1990 foram publicados dois artigos nacionais, em diferentes periódicos, que problematizam a relação entre infância e gênero. São de diferentes momentos da década, mas apresentam interface entre a educação e a sociologia. Entretanto, um lida com questões ligadas à imagem de criança tratada pelo feminismo e outro é parte de pesquisa de gênero a partir de desenhos infantis.

Nos artigos publicados nos anos 1990 parece emergir a interface entre gênero e infância, a partir do diálogo entre educação e sociologia. O que pode assinalar tanto a presença de variações intrageracionais na categoria social da infância, quanto a presença de relações de poder assimétricas que marginalizam crianças e mulheres, semelhantemente fundadas em aspectos biológicos e que caracterizam os dois grupos como categorias minoritárias:

Meu argumento para a ideia das crianças como um grupo social minoritário, construiu-se a partir da escuta das crianças e das reflexões de suas considerações e de suas circunstâncias, e também se constrói a partir dos estudos feministas, que consideram a opressão das mulheres como formada não apenas pela classe (na noção marxista – o relacionamento dos grupos a partir da ordem econômica), mas pela noção de gênero, tanto quanto pela etnia, a tarefa é então desenvolver entendimentos sobre diferentes tipos de opressão e das relações entre eles. No caso das crianças, o argumento é que as vidas das crianças são formadas por um processo específico de geração para várias sociedades, bem como pelo gênero, classe ou etnia; o importante na tese do processo de geração é a designação legal da idade, legalmente abaixo dos 18 anos significa “abaixo da idade” e desigualdade na cidadania. (MAYALL, 2002, p.122 - tradução nossa)

Nos anos 2000, foram publicados 21 artigos sobre infância e diversidade. Desse conjunto, dois são de autoria de pesquisadores estrangeiros, publicados em um mesmo periódico, e se referem à pedagogia da diferença²⁴ como corpo teórico de sustentação das pesquisas apresentadas. Diferentemente das demais categorias analisadas observa-se a predominância de artigos de pesquisadores brasileiros, no total de 19 publicados nos anos 2000 e centralizados, majoritariamente, em três dossiês.

Quatro artigos brasileiros analisam as relações de gênero construídas entre as crianças na educação infantil. Os artigos, com base na abordagem etnográfica, focalizam as brincadeiras realizadas nesse contexto, revelando que as identidades de gênero são reproduzidas e reinterpretadas nas interações infantis. Pertencem ao campo da educação, tendo três deles apresentado diálogo com a Sociologia, por meio das referências apresentadas.

Outros três artigos, também nacionais, publicados em um mesmo periódico, apresentam a interface entre as relações de gênero e a formação de professores. Pertencem ao campo da educação e são resultados de pesquisa com educadoras de educação infantil. Dois artigos, por sua vez, publicados em um mesmo periódico e com base em referencial da Sociologia, analisam a situação das meninas em contextos sociais distintos, privilegiando seus relatos sobre condições de vida e atividades, no primeiro, e experiências de vida das meninas no meio rural, no segundo.

A presença das categorias de gênero e relações étnico-raciais nas relações construídas entre as crianças embasa a discussão apresentada em dois artigos nacionais, publicados em

²⁴ Trata-se da abordagem que parte do conceito de diferença para refletir sobre a prática pedagógica. Segundo Candau (2011, p. 246) “As diferenças são então concebidas como realidades sócio-históricas, em processo contínuo de construção-desconstrução-construção, dinâmicas, que se configuram nas relações sociais e estão atravessadas por questões de poder. São constitutivas dos indivíduos e dos grupos sociais. Devem ser reconhecidas e valorizadas positivamente no que têm de marcas sempre dinâmicas de identidade, ao mesmo tempo em que combatidas as tendências a transformá-las em desigualdades, assim como a tornar os sujeitos a elas referidos objeto de preconceito e discriminação”.

uma mesma edição, com aporte teórico da Sociologia. O primeiro analisa como a escolarização pode contribuir para o aprendizado das diferenças de classe e gênero e o segundo problematiza a construção de hierarquias de poder nas relações entre as crianças por meio das diferenças de classe, gênero e etnia.

Outros quatro artigos, redigidos por autores brasileiros e publicados em diferentes periódicos, analisam a questão do gênero na infância a partir da abordagem pós-crítica. Pedofilia, e representações de gênero e sexualidade veiculadas pela mídia impressa constituem suas temáticas.

A partir do aporte teórico da Sociologia, outro artigo brasileiro problematiza a veiculação de casos de violência sexual contra crianças na mídia impressa desde o século XX.

Em meados dos anos 2000, dois artigos nacionais, publicados em um mesmo periódico, efetuam um levantamento bibliográfico das principais pesquisas acadêmicas que se referem à relação entre gênero e infância. Um deles reúne as pesquisas da área da educação infantil, indicando a presença das vozes das crianças em tais investigações e seu diálogo com as lutas feministas. O segundo agrupa as pesquisas produzidas no âmbito da História Social e da Sociologia Histórica, revelando que várias delas analisaram a situação das crianças nos períodos colonial e imperial.

Outro artigo redigido por autor brasileiro, no início dos anos 2000, retoma a discussão acerca da questão racial na infância, a partir do diálogo entre educação e filosofia, diferentemente dos textos publicados na década de 1970 que apresentavam aporte teórico na Sociologia e focalizavam a relação estabelecida entre educadores e crianças negras.

Em semelhança, os artigos focalizam a situação de vida das crianças negras, indicando sua exclusão em diferentes esferas sociais, o que parece evidenciar que a questão étnico-racial ainda implica discriminação social.

A compreensão de que os fatores de heterogeneidade da infância (SARMENTO, PINTO, 1997; SARMENTO, 2006) alteram as condições de vida das crianças parece embasar as discussões apresentadas nos artigos dessa categoria. Nessas publicações, a infância parece ser concebida como fenômeno socialmente construído, cuja construção depende de fatores sociais como classe social, raça e gênero:

A variação das condições sociais em que vivem as crianças são o principal factor de heterogeneidade. Para além das diferenças individuais, as crianças distribuem-se na estrutura social segundo a classe social, a etnia a que pertencem, o gênero e a cultura. Todos estes aspectos são importantes na caracterização da posição social que cada criança ocupa. (SARMENTO, PINTO, 1997)

Com base na leitura dos resumos, observa-se a presença majoritária de artigos que se referem à problemática das relações de gênero na infância. Em relação ao aporte teórico, o enfoque sociológico parece predominar, embora a abordagem pós-crítica se revele em um significativo número de artigos.

A predominância de artigos redigidos por autores brasileiros, diferentemente das demais categorias analisadas, faz pensar que, no Brasil, o campo da educação tem ampliado de forma expressiva o diálogo com a Sociologia, sobretudo com os estudos de inspiração feminista²⁵, a fim de investigar as relações entre meninos e meninas.

Nos artigos subsidiados pelo aporte teórico da Sociologia, observa-se a compreensão do gênero como elemento constitutivo das relações entre homens e mulheres, problematizando o conceito a partir da perspectiva social e cultural, ou seja, a partir da compreensão do sexo como conceito biológico, investigam-se as características, representações e padrões estabelecidos como masculinos e femininos. “Portanto, o gênero é a organização social da diferença sexual. Ela não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido dessa realidade.” (SCOTT, 1998, p. 115)

As relações de gênero na educação infantil são analisadas em quatro artigos brasileiros. Tal contexto parece ter sido privilegiado porque seu espaço privilegia o acesso aos atores pesquisados, no caso, crianças; segundo, porque se indaga a respeito da reprodução de práticas sexistas no âmbito educacional bem como sua contribuição à formação das identidades de gênero.

Observa-se a predominância de artigos que sintetizam os resultados de investigações empíricas em distintas esferas sociais. No que se refere aos recursos metodológicos empregados, destaca-se o uso de entrevistas e observações, com base na abordagem etnográfica, não somente do cotidiano escolar, mas das demais esferas. Isso parece indicar que as pesquisas sobre gênero e infância também têm privilegiado o ponto de vista das crianças investigadas.

A publicação de dois artigos brasileiros em meados da década de 2000 com base em levantamentos bibliográficos efetuados parece indicar que a interface entre gênero e infância constitui objeto de investigação em dois campos distintos: na educação e na História Social.

A presença de outras categorias sociais na análise da infância se revela em dois artigos brasileiros, publicados em meados dos anos 2000 na mesma edição. Ambos procuram

²⁵ Para Alanen (2001) mulheres e crianças sofreriam um processo de marginalização conceitual semelhante nas ciências humanas, uma vez que eram concebidas pelo viés biológico. A aproximação entre os estudos da infância e os estudos feministas seria decorrente dessa posição marginal.

articular as categorias de gênero, raça e classe social para análise das relações entre as crianças em meio escolar, destacando seus pontos de vista, o que parece indicar a participação das crianças nas pesquisas.

Outra questão que se revela na análise dos artigos é que do total de 19 artigos brasileiros publicados nos anos 2000, cinco deles tomaram como objeto investigativo as meninas, seus contextos de vida, seus relatos e suas identidades, o que talvez indique um rompimento com as posições periféricas ocupadas pelas mulheres e crianças nas ciências humanas. (ALANEN, 2001; MARCHI, 2011)

De modo geral, nota-se o expressivo número de artigos que se referem à discussão sobre gênero e infância em comparação à questão racial, o que pode indicar que as pesquisas recentes que se referem à infância têm privilegiado esse enfoque.

4.4 Infância e culturas

A temática infância e culturas está presente em um conjunto de seis artigos, um deles, redigido por um autor brasileiro, publicado no final dos anos 1990, e cinco publicados na década de 2000, sendo um deles redigido por um autor estrangeiro. Não foi encontrado nenhum artigo sobre essa questão nos anos 1980. Observa-se um pequeno número de artigos, face às demais categorias.

Nesse conjunto, um artigo brasileiro, publicado no final dos anos 1990, com base em referencial da Psicologia, problematiza como as crianças pequenas produzem culturas no contexto da educação infantil.

Na década de 2000 dois artigos redigidos por pesquisadores brasileiros e publicados em um mesmo dossiê analisam as culturas da infância. Um deles apresenta referencial teórico embasado pela Sociologia da Infância e, outro, subsidiado pelo campo da educação.

Dois artigos brasileiros, publicados em diferentes dossiês, discutem sobre a interação da infância com a cultura local segundo o enfoque da antropologia. Apresentam recortes distintos: um deles focaliza a infância guarani e, outro, a infância mineira e sua relação com uma determinada manifestação cultural.

Um artigo estrangeiro, publicado no início da década de 2000 e com base na Sociologia da Infância, analisa os aspectos constituintes das culturas infantis.

A interface entre infância e cultura se revela, por meio dos artigos, como uma temática recente, dada a predominância das publicações na década de 2000. Em comparação com as

demais categorias, foi a que apresentou menor número de artigos, o que pode indicar que é uma temática nova e ainda pouco abordada. A ideia de que as crianças produzem culturas (CORSARO, 2002, 2011; SARMENTO, 2004) ou que há uma cultura voltada para a infância é bastante recente. Os artigos publicados nos anos 2000 apresentam, predominantemente, aporte teórico na Sociologia da Infância e Antropologia, destacando a participação das crianças na produção de culturas.

De modo geral, os artigos estão embasados pela perspectiva da criança como ator social e produtora de cultura: relacionados ao movimento de reinterpretação da infância como objeto de estudo sociológico²⁶, os textos rompem com a compreensão das crianças como sujeitos passivos que apenas reproduzem a cultura na qual estão inseridas. Em outras palavras,

[...] a conceptualização das crianças como actores sociais supõe, pelo menos, uma dupla significação: i) elas são seres humanos com poder de simbolização e reflexão, de tomadas de iniciativa para a acção e acção social, não apenas activamente implicadas na construção das suas próprias vidas, mas também nas daqueles com quem se relacionam e que as rodeiam, e na da sociedade em que tomam parte, quando experimentam e aprendem a lidar com as possibilidades e os constrangimentos das estruturas sociais no quotidiano; ii) enquanto seres humanos elas são intrinsecamente seres sociais que, sujeitas à socialização da cultura adulta a reproduzem, não obstante serem igualmente capazes de a reinterpretar consoante os seus interesses, desejos, entendimentos, lógicas, crenças e valores individuais e/ou colectivos e, através disso, de a reconfigurar em sistemas organizados geradores de culturas e ordens sociais infantis e, mais ainda, de convocar e gerir estrategicamente ambas as culturas de modos tão variados quantos os interlocutores e as conjunturas que enfrentam. (FERREIRA, 2010, p. 157)

Ao privilegiar a ação das crianças, as publicações parecem propor que elas não se limitam a reproduzir os artefatos culturais característicos do mundo adulto, mas em ressignificá-los a partir de sua própria lógica (COHN, 2005; SARMENTO, 2003). A partir dessa perspectiva, um artigo brasileiro focaliza a interação das crianças com uma determinada manifestação cultural, evidenciando a relevância da participação infantil na reprodução e renovação dessa prática.

Observa-se que, do conjunto de artigos publicados a respeito do tema, cinco deles sintetizam resultados de pesquisas empíricas, sendo que o artigo redigido por um autor estrangeiro aborda aspectos teóricos acerca das culturas infantis. Nesses cinco artigos, verificou-se a majoritária referência à utilização da observação como recurso empregado, o que parece assinalar a adequação desse instrumento metodológico para o estudo das culturas produzidas pelas crianças. (COLL; DELGADO, 2005)

²⁶ Ver item 2 do capítulo 4.

Três artigos brasileiros, um publicado nos anos 1990 e dois na década de 2000, analisam as culturas infantis construídas na educação infantil, o que pode indicar a preferência por esse contexto de investigação, dado o acesso aos atores pesquisados e suas interações cotidianas.

4.5 Os editoriais e a contextualização dos dossiês.

Segundo Antunes (1996), [...] “os editoriais reúnem características comuns aos tipos fundamentais de textos: destinados a agir sobre seus interlocutores, estão, de certa forma, presos ao contexto espaço-temporal em que são produzidos, dela, no entanto, guardando certa autonomia.” (p. 120)

Para os cientistas sociais, Miguel e Coutinho (2007) escolher os editoriais como objeto de análise é uma necessidade de economia de recursos, na circunstância em que a leitura integral dos artigos não se faz possível.

Diante de tais considerações, optou-se por analisar os editoriais²⁷ dos periódicos acadêmicos selecionados, pois se acredita que possam complementar as informações sistematizadas por meio dos artigos.

Se, de acordo com Antunes (1996), os editoriais expressam um ponto de vista sobre o conteúdo da publicação em questão, procurou-se examiná-los buscando indícios para compreensão dos motivos que justificavam a publicação de um dossiê temático sobre a infância naquela conjuntura, bem como a emergência de determinadas problemáticas na pesquisa sobre este objeto. Além disso, interrogou-se em que medida os editoriais retratavam o contexto histórico-social do período da publicação.

A fim de favorecer a redação, optou-se por nomear os editoriais dos periódicos com siglas e algarismos de acordo com a ordem cronológica de publicação. As referências podem ser consultadas no Apêndice.

Singularmente, a edição CP1 publicada no final dos anos 1970 não apresentou editorial, o que pode indicar que, naquele contexto, os periódicos não possuíam o hábito de redigir textos introdutórios em formato de editorial, ou ainda porque havia pouca intimidade do público em geral com esses veículos de comunicação. Uma terceira hipótese pode sugerir que tanto autores quanto leitores davam pouca importância para um texto que expressasse as ideias comuns e opiniões que embasavam a edição.

²⁷Para aquelas publicações que apresentam editorial e texto introdutório ao tema, optou-se por analisar os dois, de modo a abranger maiores informações.

Os dois editoriais que apresentam os periódicos publicados na década de 1980 – RP1 e CC1 – parecem destacar como problemática central o atendimento das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas, conforme assinalado no trecho a seguir: “A organização desse número do cadernos do CEDES nos pareceu oportuna, dada a ampliação constante do debate que vem ocorrendo nos últimos anos no Brasil, sobre a importância e a necessidade da educação pré-escolar.” (Cadernos Cedes, 1984, p. 5) A RP1 aponta que aquele número sobre a pré-escola pretendia “[...] abordar o tema sob as mais diferentes óticas, a fim de incrementar a discussão, levantar novas críticas e propor alternativas de solução.” (Revista Perspectiva, 1984)

Ambos os editoriais parecem se ater à discussão sobre a pré-escola: O CC1 parece situar a questão da expansão do número de vagas para as crianças de 0 a 6 anos enquanto que a RP1 parece discutir os aspectos constituintes deste atendimento, visando “ampliar a discussão sobre a pré-escola.” (Revista Perspectiva, 1984)

Ademais, o CC1 parece evidenciar alguns aspectos relativos à ampliação do debate sobre a pré-escola na esfera social, considerando a demanda por vagas: “Mas consideramos que o interesse do Estado em expandir o atendimento ao pré-escolar, se deve menos aos números alarmantes, do que às intenções de uma dada política governamental e a todo um discurso que tenta legitimá-lo.” (Cadernos Cedes, 1984, p. 5)

A partir deste excerto, pode-se inferir que a publicação do CC1 visava apontar críticas em relação à política governamental destinada à infância no período, discutindo alternativas para o atendimento às crianças pequenas. Esse editorial também se refere à emergência dos movimentos populares que, naquela conjuntura, reivindicavam a ampliação do atendimento da criança como direito: “Por outro lado, há que se levar em conta o atual fortalecimento de movimentos sociais, particularmente, as lutas das mulheres e as mobilizações de Associações de Moradores, que apontam para o **direito** das crianças à pré-escola.” (Cadernos Cedes, 1984, p. 5, grifos no original) Os editoriais parecem evidenciar que nos anos 1980 as publicações tinham como temática central a discussão acerca do direito da criança de 0 a 6 anos à educação, questão que também era debatida pelos movimentos feministas e grupos de mães.

Observa-se que os editoriais abordam a questão do atendimento à infância a partir de abordagens distintas, enquanto a CC1 parece evidenciar uma perspectiva politizada, discutindo sobre a demanda por vagas e as iniciativas governamentais para supri-la, a RP1 parece situar a discussão no plano acadêmico.

Em geral, os anos 1980 parecem revelar, a partir dos editoriais, a emergência da questão da educação da infância, problemática que se delineava como necessidade social. Além disso, a luta pelo direito das crianças à educação e a concepção da criança como sujeito de direitos começam a ser esboçadas nessas publicações.

Se nos anos 1980 a problemática da expansão do atendimento pré-escolar parecia constituir a questão principal, a reflexão acerca dos aspectos constituintes da educação infantil começa a sobressair nos editoriais da década de 1990.

O tripé modernidade, infância e brincar embasa o editorial da RP2, de 1994. Nesse texto, a atividade do brincar adquire relevância, sendo concebida como “a atividade mais expressiva da infância.” (Revista Perspectiva, 1994) Além disso, a valorização do brincar parece embasar uma possível alternativa à visão escolarizada da educação infantil:

Dar relevo ao tema da brincadeira na Infância já é um ato de resistência da discussão educacional, onde uma visão produtivista é cada vez mais acentuada, mesmo em se tratando de educação nos primeiros anos de nossas crianças. A extrema racionalização, muitas vezes insensível e amortecedora, presente nos processos educativos, não toma como ponte de apoio uma efetiva reflexão sobre a infância, mas sim aquilo que o *marketing* define no interior de um mundo mercantilista. (Revista Perspectiva, 1994)

Semelhantemente à RP2, a reflexão acerca do papel da educação da infância embasa o editorial do CC2:

A tendência hoje em dia é pensar a educação infantil na sua especificidade distinta da educação escolar de 1º grau, no entanto, ambas integradas com as políticas públicas, com as políticas sociais, com os movimentos sociais, enfim, pensa-se em uma política *plural* de educação infantil para *todos* – e não só para os pobres – nos seus diferentes aspectos: formação de recursos humanos, melhoria da qualidade, ampliação do acesso, fortalecimento e integração dos órgãos responsáveis, elaboração de propostas pedagógicas onde o brincar e o cuidados também estejam presentes. Daí a escolha dos artigos desses três países que, dentre outros, vêm atuando nesta direção. (Cadernos Cedes, 1995, p. 5 – grifos no original)

Esses editoriais evidenciam um movimento de indagação acerca das propostas pedagógicas oferecidas às crianças nas instituições de educação infantil, buscando alternativas para o atendimento à infância, e rompendo com a perspectiva da educação infantil como etapa preparatória para ensino fundamental.

A discussão acerca do brincar e do papel da educação infantil nos editoriais parece refletir uma alteração na concepção de infância, no sentido de olhá-la a partir de sua especificidade e alteridade, daí a articulação de propostas pedagógicas que procuram “apoiar

uma dimensão de vida na qual cabe também sonho, a criatividade, a utopia, que se coloca hoje o grande desafio da infância, e, nela, suas atividades.” (Revista Perspectiva, 1994)

Cabe destacar que a ampliação da publicação de artigos estrangeiros nos dossiês da década de 1990 pode estar atrelada à necessidade de apontar alternativas para a constituição da educação infantil brasileira, dada a recente definição como primeira etapa da educação básica, a partir do diálogo com interlocutores internacionais: A RP2 concebe: “[...] uma abertura infinita de possíveis, presente na educação da criança contemporânea, onde o local e o particular precisam a todo momento ser recriados no contraponto com o mundial.” (Revista Perspectiva, 1994)

O CC2 faz referência às experiências educativas italianas propondo que

[...] talvez a Itália hoje possa ser considerada o país mais avançado na elaboração de uma proposta pedagógica para a pré-escola distinta do modelo de escola de 1º grau, já que, embora tenha nascido filantrópica com os *asiliaportiani* em 1827, desde 1914 vem aprimorando seus programas naquela linha. (Cadernos Cedes, 1995, p.6 – grifos no original)

A referência ao modelo italiano de educação infantil fundamenta as discussões do editorial da CC2, propondo um rompimento em relação à perspectiva da infância como vir-a-ser, apontando críticas em relação à antecipação da escolarização na educação infantil e refletindo sobre experiências bem-sucedidas de educação da infância.

Na medida em que os editoriais RP2 e CC2 se contrapõem à escolarização da educação infantil, esboçam críticas em relação à concepção da infância enquanto fase da vida na qual os sujeitos, imaturos e incompetentes, devem se preparar para a vida adulta.

A RPo 2 justifica sua edição a partir da referência à Pedagogia da educação infantil:

A educação das crianças de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas vem exigindo iniciativas nos mais diversos âmbitos da sociedade. [...] Por meio de artigos nacionais e internacionais, além de vários artigos e resenhas de responsabilidade das pesquisadoras do subgrupo de estudos da educação infantil do Gepedisc, é mostrada como vem sendo consolidada uma Pedagogia da Educação Infantil, esta área jovem do conhecimento científico. (Revista Pro-posições, 1999, p. 5)

De acordo com Rocha (1999) a pedagogia da educação infantil caracteriza-se por sua reflexão acerca da especificidade da educação da criança pequena, a partir de diferentes disciplinas. A consideração dessa especificidade da infância na elaboração de propostas pedagógicas sugere uma alteração no olhar das pesquisas, no sentido de perspectivar as características da infância, e não apenas sua educação.

O editorial da RP 4 parece dar continuidade à discussão acerca da constituição desse campo, afirmando que aquela publicação tinha como objetivo “[...] contribuir para a ampliação e aprofundamento do debate na área da educação infantil e caminhar na direção da construção de uma Pedagogia da Educação Infantil.” (Revista Perspectiva, 1999) Outro editorial incentiva o interesse de outros campos do conhecimento na pesquisa sobre a educação da infância:

A psicologia, juntamente com sociologia, antropologia, história, linguística, entre outras, tem sido entendida como uma das áreas do conhecimento que pode contribuir para a compreensão das práticas das educadoras que atuam junto a meninos e meninas de 0 a 6 anos em creches e pré-escolas. (Revista Perspectiva, 1997)

Por sua vez, a RPo 1 almeja, com sua publicação revelar “[...] a importância da infância na pesquisa educacional assim como a interdisciplinaridade e pluralidade de abordagens como característica do tema. (Revista Pro-posições, 1996, p. 4)

Compreende-se, a partir desses editoriais, que havia o interesse, sobretudo do campo educacional, em visibilizar a infância enquanto objeto de estudo, promovendo o diálogo com outras disciplinas.

Nesse sentido, o editorial da RP3 aponta críticas ao desprestígio da infância enquanto objeto de pesquisa e ao descaso das políticas em relação a ela: “A marca da escassez no Brasil está presente desde o incentivo à pesquisa até as políticas públicas que garantam a implementação de programas de qualidade no atendimento a meninas e meninos de 0 a 6 anos.” (Revista Perspectiva, 1997)

Nesse sentido a RPo1 aponta que, gradativamente, a educação infantil vinha ganhando espaço na pesquisa educacional: “Se ao longo da trajetória de Pro-posições poucos trabalhos versaram sobre este tema, o destaque cada vez maior que a realidade social, as políticas públicas e a pesquisa educacional vêm dando às crianças pequenas, levou também nossa revista a destacá-las.” (Revista Pro-posições, 1996, p. 3)

Parece que a década de 1990 esboça a constituição de novos entendimentos acerca da infância e de sua educação, iniciando um movimento de redefinição da infância enquanto objeto de investigação de outros campos.

Ao final dos anos 1990, o editorial da RBH1 sintetiza a discussão sobre infância no campo da história, tendo sido o único editorial dessa década a apresentar embasamento teórico distinto do campo da educação. O dossiê trata da infância marginalizada, assim apresentando a edição:

A relevância e oportunidade da discussão não requer malabarismos teóricos, ela é evidente num país onde quase oito milhões de crianças perambulam

pelas ruas. Miséria, abusos, violência, drogas, prostituição, roubo, crime, medo da morte são os ingredientes que compõem o cotidiano dessas crianças, que possuem pouca ou nenhuma perspectiva de futuro. Cenas de chacinas, perseguição policial, espancamentos ou que evidenciam abandono, descaso, delinquência infanto-juvenil e exploração sexual transformaram-se em imagens que caracterizam o Brasil e âmbito internacional. (Revista Brasileira de História, 1999)

O editorial aborda a infância vítima ao longo da história brasileira. Pode-se inferir que essa publicação visava apontar a exclusão sofrida por uma determinada infância, refletindo sobre essa situação, mas também problematizando as imagens historicamente construídas sobre a infância moralmente abandonada (KUHLMANN Jr., 1991). Desse modo, “Nas discussões em torno da infância, a rua e os seus perigos constitui-se um tema recorrente. A imagem de crianças ociosas, vagando sem a supervisão de adultos, é freqüentemente mobilizada para legitimar intervenções e medidas do poder público.” (Revista Brasileira de História, 1999)

O editorial da REP 1 publicada em 2000 parece dar continuidade à discussão apresentada pela RBH 1, afirmando: “Esta Edição de Educação e Pesquisa, reflete o papel destacado que vem tendo essa área (História da Educação), ao colocar “Em Foco” o tema da infância na perspectiva histórica.” (Revista Educação e Pesquisa, 2000)

O texto introdutório da REP 1 afirma que os estudos internacionais sobre infância no campo da história não são recentes:

Não é a novidade do tema infância nos estudos internacionais em história da educação que justifica a composição desta seção “Em Foco”. Investigações, nem tão atuais, têm demonstrado que muito antes de o, por duas décadas considerado pioneiro, o trabalho de Philipe Ariés *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Regime* (cuja versão abreviada com o título, *História Social da Criança e da Família*, foi publicada no Brasil em 1973), ter sido lançado, na França, em 1960, vários trabalhos sobre a criança, na perspectiva histórica, haviam sido elaborados. (Revista Educação e Pesquisa, 2000)

O editorial assinala que aquela edição não se justificava em favor do crescente interesse por essa temática, mas como uma possível contribuição aos estudos já efetuados em outras décadas:

Não é, também, como uma emergência recente do tema no campo nacional da história da educação que repousa o interesse desta seção. Maria Rosilene Alvim e Lúcia Valladares, já em 1988 destacavam a publicação, em 1926 (data que Moysés Kuhlman Jr. faz retroceder a 1922), *História da proteção da infância no Brasil (1500-1922)* de autoria do médico Arthur Moncorvo Filho. [...] Livros como *História Social da Infância no Brasil*, organizado por Marcos Cezar de Freitas, em 1997, e *História da Criança no Brasil*, organizado por Mary Del Priori, em 1999, somente para citar dois exemplos nacionais, oferecem testemunho do esforço que vem sendo empreendido no

sentido de coligir vários estudos realizados sobre a temática, realizados tanto no âmbito da História, quanto da História da Educação. (Revista Educação e Pesquisa, 2000 – grifos no original)

Por outro lado, o editorial da REP 1 não se resume em apresentar a discussão sobre a infância somente a partir do âmbito acadêmico, situando a emergência dessa questão, remetendo-se à conjuntura de aprovação de marcos legais para a infância:

Mas o interesse pela infância não se circunscreve ao pequeno círculo dos historiadores e historiadoras da educação. A expressão educação infantil, adotada pela Constituição de 1988 e pela LDB 9394 de 1996; criação do Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, o noticiário cotidiano das fugas e as denúncias recorrentes de maus tratos na FEBEM, dentre muitos outros acontecimentos, revelam, de forma contundente, a preocupação da sociedade com o cuidado, a formação e repressão da criança. (Revista Educação e Pesquisa, 2000)

A partir do excerto anterior verifica-se que a infância adquiriria visibilidade no contexto social, ratificado pela legislação aprovada entre o final dos anos 1980 e início da década de 1990. Parece ser possível afirmar que o incremento do número de pesquisas sobre infância e educação infantil está atrelado à repercussão dessas medidas. O editorial da REP 1 concebe o quão importante é essa legislação para a infância, afirmando que ela revela a atenção da sociedade com a faixa etária.

Um terceiro editorial, publicado no final dos anos 2000, prossegue com a discussão sobre a infância como objeto de estudo do campo da história:

[...] este número oferece um repertório instigante de textos, a começar pelos nove artigos que compõem o dossiê *Infâncias na história*, [...]. A importância dessa temática é visível pelo expressivo crescimento da produção e de grupos de pesquisa sobre a infância. Com tantas possibilidades de escolha, o argumento organizador da arquitetura desse conjunto de trabalhos propõe que, diante das múltiplas "infâncias", múltiplas também são as possibilidades de contar a sua história. Nessa direção, as autoras reúnem estudos sobre diferentes momentos e contextos históricos, desenhando os possíveis deslocamentos e permanências gerados nesse campo historiográfico. (Educação em revista, 2010 – grifos no original)

De modo semelhante ao editorial da RP1, o REV 1 trata da constituição desse campo de investigação da infância, referindo-se a alguns autores como precursores desses estudos:

Se é possível indicar o caráter inovador da proposta de Freyre, presente também em outros estudos, como os trabalhos de Walter Benjamin, a produção mais sistemática de investigações sobre a história da infância tem sua gênese na recorrentemente citada obra de Phillipe Ariès: *L'enfant et La vie família lesous l'Ancien Régime*, publicada inicialmente em 1961. É interessante observar que o livro não encontrou, de início, recepção

significativa no mundo acadêmico. Foi com a sua tradução para o inglês, na década de 70, e a apropriação pelo campo da psicologia, que o estudo adquiriu maior visibilidade. O trabalho passou, a partir de então, a ser citado por sua ousadia na escolha do tema, criatividade e originalidade no recurso às fontes, além da inovação na interpretação das mesmas. (Educação em Revista, 2010 – grifos no original)

A investigação sobre infância no campo da História parece se articular a partir de duas abordagens distintas, conforme o editorial:

Para os autores, a infância seria, nesse sentido, a condição social das crianças. Na análise dessa produção, como também indica Kuhlmann Jr. (1998), destacam-se dois eixos de abordagem: os estudos sobre as práticas de cuidado e proteção à infância e as pesquisas voltadas para a produção de um imaginário em torno da infância. Claro que tais eixos dialogam diretamente na construção histórica do tempo da infância, mas constituem dimensões diferenciadas de investigação. O estudo dos saberes e das práticas, embora englobando dimensões que se relacionam, exige o recurso a fontes e procedimentos metodológicos distintos. (Educação em Revista, 2010)

Conceitualmente, este editorial concebe a infância como um fenômeno socialmente construído, buscando analisar as diferentes experiências históricas da infância, em períodos distintos.

Com base nas informações dos editoriais subsidiados pela discussão acerca da infância na história – REP 1, RBH1 e REV 1 – verifica-se a emergência e consolidação da infância enquanto objeto de estudo do campo da história, além da significativa ampliação do número de estudos, grupos de pesquisa e publicações sobre o tema.

Cabe destacar que os três editoriais apontam alguns autores como precursores do campo, evidenciando que o interesse na infância já se delineava nas décadas anteriores.

A regulamentação constitucional do direito das crianças através da proclamação da Constituição de 1988, da LDB 9394 e do Estatuto da Criança e do Adolescente (1992) talvez possa ratificar a presença desse movimento de reflexão acerca da infância na década de 1990.

Os editoriais dos dossiês publicados nos anos 2000 adensam a discussão sobre infância a partir da emergência de novas concepções sobre ela. O editorial da RPo 3 destaca alguns entendimentos sobre a infância, a partir das pesquisas efetuadas, indicando a superação de algumas perspectivas elaboradas anteriormente:

A mudança radical do olhar das/dos pesquisadoras/es tem trazido resultados surpreendentes (às vezes antagônicos) em relação à produção acadêmica do passado. Os resultados das pesquisas permitem, hoje, que a criança possa ser vista, desde que nasce, como produtora de cultura, portadora de história, capaz de múltiplas relações, enfim, sujeito de direitos. (Revista Pro-posições, 2003)

Outros editoriais publicados nos anos 2000 apontam a emergência dessa transformação do olhar sobre a infância a partir da alteração de seus referenciais interpretativos:

A partir da década de 1990, assiste-se à proliferação de trabalhos referidos a diferentes áreas do conhecimento, que configuram novos campos temáticos, ao nomear-se uma sociologia da infância e, mais recentemente, uma antropologia da infância e uma filosofia da infância. Mais que o enriquecimento do olhar sobre o tema, tal transformação tem significado uma mudança epistemológica, em que a infância é entendida como categoria social, que informa a inserção de sujeitos concretos, ou seja, uma categoria que permite interrogar sobre a inserção de crianças na vida social, em diferentes tempos históricos e espaços sociais. Tal perspectiva tem redundado em investigações que buscam apreender a singularidade das produções simbólicas infantis, analisadas como expressões de uma cultura geracional construída no interior *de* e no diálogo *com* a cultura mais ampla. Assim é que esses estudos vêm produzindo novos aportes teóricos e estratégias investigativas, no esforço de contemplar a singularidade de tal sujeito, em sua ação no mundo. (Educação em Revista, 2010 – grifos no original)

Outros editoriais indicam com maior evidência a emergência do campo da Sociologia da Infância, tendo as contribuições desse campo subsidiado a publicação do dossiê da RES 1:

Educação & Sociedade publica neste número o dossiê "Sociologia da infância: pesquisa com crianças." Considerando a importância deste campo em constituição na sociologia, articulado particularmente com as sociologias da educação e da família, e imerso no contexto das transformações sociais da gestão do tempo cotidiano – contemporâneas e universais, culturais, sociais e econômicas –, a revista intenciona aprofundar o debate crítico das produções nessa área, abrindo espaço para pesquisadores do exterior, esperando que os nacionais entrem no debate com suas marcas da cultura brasileira e de toda a América latina. (Educação e Sociedade, 2005 – grifos no original)

Tendo em consideração a constituição do campo da Sociologia da Infância, pode-se destacar a ausência de editorial no dossiê da CP2, publicado nos anos 2000. Essa publicação é composta por artigos estrangeiros que tratam da emergência desse campo de investigação. A inexistência do texto introdutório parece indicar que o periódico não apresentava o hábito de propor um parecer sobre a discussão apresentada²⁸.

O dossiê da RES 1, embasado pela Sociologia da Infância, também foi composto apenas por artigos traduzidos. Seu editorial parece revelar o intuito de ampliar a discussão desse campo na esfera nacional:

²⁸O periódico Cadernos de Pesquisa inicia a prática da redação dos editoriais a partir de 2003.

No Brasil temos um campo desenvolvido e legítimo de pesquisas em educação da infância e atualmente a sociologia da infância conta com alguns interlocutores brasileiros, que apresentaram algumas publicações na década de 1990. Ainda temos um longo caminho a trilhar no que se refere à consolidação da área da sociologia da infância no Brasil, o que Quinteiro (2000, 2002a, 2002b) já constatou em publicações recentes acerca da emergência de uma sociologia da infância no país. (Revista Educação e Sociedade, 2005)

Ainda que essas publicações pareçam favorecer a circulação das produções acadêmicas internacionais desse campo investigativo, o editorial da RES 1 considera os aspectos distintos das investigações estrangeiras, refletindo sobre as peculiaridades da conjuntura brasileira:

O conjunto destes textos certamente contribui nas pesquisas com crianças, mas eles também indicam que nossos contextos históricos, sociais e culturais apresentam peculiaridades que devemos considerar em nossas investigações. Não podemos ignorar que as pesquisas e os dados analisados remetem à realidade americana e européia. Entretanto, os estudos desenvolvidos provavelmente interessam aos educadores e pesquisadores da infância no Brasil e o principal objetivo deste dossiê é ampliar as reflexões concernentes às pesquisas com foco nas crianças e suas culturas, em vez de estabelecer comparações. No Brasil temos um longo caminho a percorrer, no que se refere às pesquisas *sobre* e *com* as crianças, suas experiências e culturas. Provavelmente as crianças sabem bem mais sobre os adultos e as instituições, embora ainda compreendamos pouco sobre suas idéias acerca das pedagogias, ou sobre o que elas pensam dos adultos e das escolas que criamos pensando nelas e nas suas necessidades. Esperamos que esta publicação desencadeie novas pesquisas e olhares sobre as experiências e o ponto de vista das crianças no mundo contemporâneo. (Revista Educação e Sociedade, 2005)

Nesse sentido, os editoriais publicados no decorrer dos anos 2000 indicam a presença crescente do campo da Sociologia da Infância por meio da expressiva referência às premissas do paradigma da infância (JAMES, PROUT, 1990), conforme assinalado nos trechos a seguir:

O Dossiê apresentado neste número da *Perspectiva* versa sobre uma das mais atuais e relevantes temáticas do campo educacional *Educação, cultura e cidadania na pequena infância*. Trata-se de um conjunto de textos que convidam à reflexão e à pesquisa, com aportes de diferentes áreas do conhecimento, com vistas a compreender as várias determinações da infância na sociabilidade contemporânea em suas diferentes circunstâncias e ambiências educativas. (Revista Perspectiva, 2005, p. 9, grifos no original)

As ideias que têm norteado o trabalho de professores e pesquisadores que partilham as preocupações supra-citadas consideram como paradigma fundamental a construção social da infância e quando defendem esse paradigma defendem também a ideia de que o espaço social da infância é um espaço social construído, no qual as crianças se assumem e são representadas, conforme afirma Alan Prout (1990), com modos de vida

distintos dos adultos, constituindo-se como grupo social. (Revista Perspectiva, 2007, p.2)

O campo da sociologia da infância tem ocupado um espaço significativo no cenário internacional, por propor o importante desafio teórico-metodológico de considerar as crianças atores sociais plenos. Falar das crianças como atores sociais é algo decorrente de um debate acerca dos conceitos de socialização no campo da sociologia. Corsaro (1997, p. 18) afirma que a perspectiva sociológica deve considerar não só as adaptações e internalizações dos processos de socialização, mas também os processos de apropriação, reinvenção e reprodução realizados pelas crianças. Essa visão de socialização considera a importância do coletivo: como as crianças negociam, compartilham e criam culturas com os adultos e com seus pares. Isso significa negar o conceito de criança como receptáculo passivo das doutrinas dos adultos. (James & Prout, 1997) (Revista Educação e Sociedade, 2005)

A perspectiva das crianças como atores sociais embasa a reflexão do editorial da RES 1 acerca das metodologias de escuta às crianças. De modo semelhante, o texto introdutório da CC 3 problematiza a alteração do olhar sobre a infância, concebendo as crianças

[...] para além do (a) aluno (a), embora seja um tema que surge recentemente nas pesquisas sobre o ensino fundamental, é um assunto que desde o final dos anos 70 vem sendo bastante focado nas investigações sobre creches e pré-escolas brasileiras. Mesmo assim, ainda é bastante tímida a produção que, além de referir-se à criança, dê-lhe de fato voz (é bom lembrar que muitas das crianças que frequentam espaços coletivos de educação na esfera pública, embora ainda não falem, comunicam-se e esperam metodologias não-convencionais: "ouvirem" suas linguagens não-verbais). (Cadernos Cedes, 2002)

A reflexão acerca das metodologias que possibilitam a participação das crianças sobressai no editorial da CC 3 que focaliza a relação entre infância e gênero por meio do campo da Sociologia: “Quem são as meninas? Este Caderno pretende, por intermédio de resultados de pesquisas, contar um pouco da vida das crianças do sexo feminino em idade escolar. Afinal, tratar da questão feminina como tema transversal, como fazem os PCN, parece-nos insuficiente (embora necessário...)” (Cadernos Cedes, 2002)

O editorial aponta críticas à pequena produção sobre essa temática, afirmando que “[...] a questão de gênero na pesquisa educacional ainda seja um tema pouco explorado.” (Cadernos Cedes, 2002)

Esse editorial concebe a infância como categoria social, cuja configuração deriva de aspectos sociais que conferem especificidades a esse grupo. Outro editorial, da CPg 1 afirma sobre sua publicação: “Repensando a infância, dossiê que abre este número, propõe uma leitura sobre as diferenciações que marcam a produção dessa categoria no Brasil

contemporâneo, incluindo uma dimensão transnacional.” (Cadernos Pagu, 2006) Parece que os dois editoriais – CC3 e CPg 1 – indiciam um olhar sobre as diferentes infâncias brasileiras, problematizando a construção social das diferenças na abordagem sociológica. Para tanto, visibilizam os atores pesquisados, por meio de metodologias de escuta à criança, evidenciando como elas concebem suas experiências de vida e referindo-se a estudos que antecederam a emergência de tais perspectivas:

José de Souza Martins, em 1991, escrevendo sobre a criança sem infância no Brasil, dá a palavra para a menina Regimar falar da luta pela terra e pela vida e, em 1975, pudemos ler a tradução do livro da italiana Bellotti, *Educar para a submissão*, que apresenta a educação escolar das meninas na Itália. Ainda tendo esses livros como referência, esta presente publicação pretende tanto contribuir para preencher algumas das lacunas acadêmicas apontadas, como contribuir para uma educação mais igualitária no convívio das diferenças de idade, gênero, classe, raça, mostrando a criança guarani [...] (Cadernos Cedes, 2002)

Outros dois dossiês publicados em um mesmo periódico – RER 1 e RER 2 – parecem indicar a emergência do interesse da abordagem pós-crítica na infância. Cabe destacar que tais publicações ocorrem em um intervalo de dez anos, o que pode indicar a consolidação dessa perspectiva.

O editorial RER 1 parte da concepção de infância como fenômeno socialmente construído

Em outras palavras, compreender que a infância não existe essencialmente, que é construída, etc, isso não é tudo. O que se quer – e este é o objetivo do Tema em Destaque deste número de Educação & Realidade – é problematizar os modos de existência da infância neste momento, particularmente em nosso País onde convivem, por exemplo, crianças trabalhadoras, absolutamente roubadas em seus direitos básicos, e crianças robôs, monitoradas por agendas ensandecidas que lhes tomam a mínima alegria de viver, sem citar outras, abandonadas em suas casas ou nas ruas, ou então precocemente imersas na macaquice adulta das passarelas de moda. (Educação e Realidade, 2000)

Com base nessa perspectiva, o editorial RER 1 discute as imagens socialmente construídas sobre a infância, problematizando seus significados. Ademais, o editorial parece apontar para a possibilidade de analisar a infância a partir de diferentes pontos de vista e campos de investigação:

Desde que Philippe Ariés nos ensinou que não existe “a” infância, ou seja, que ela não esteve desde sempre aí, de um mesmo e constante modo, tratamos de entender, esmiuçar, investigar, multiplicar esse conceito – mormente nos campos da educação, da psicologia e da psicanálise, entre outros –, tentando vê-lo nas suas inúmeras faces, e com o objetivo de dar conta da enorme complexidade posta em jogo por esse “tema.” Afinal, de

que falam aqueles que anunciam, por exemplo, a “morte da infância” em nossos dias? E de que falam aqueles que insistem em ver nela, ainda, a doce, pura, inesquecível e saudosa “aurora de nossas vidas?” Entre os ditos sobre a aurora e a morte da infância certamente circulam outros e infundáveis discursos sobre esse ser por tantos nomes chamado – criança, infante, bebê, filhote, pequenino, aprendiz, “baixinho” – que tão no centro está das preocupações educacionais, psicopedagógicas, governamentais, acadêmicas, paternas e maternas, médicas, terapêuticas, publicitárias e midiáticas deste nosso tempo. (Revista Educação e Realidade, 2000).

O editorial da RER 2 prossegue nessa discussão, convidando seu leitor a

[...] apreciar a infância como quem a vislumbra, brincando à nossa porta, pela primeira vez. O exercício de des-conhecer a infância é o convite que nos fazem os dez textos que compõem essa seção temática. A seção tem textos de autores brasileiros e estrangeiros que oferecem um panorama – contemporâneo e histórico, nacional e internacional – da discussão sobre a infância e sua relação com o campo da educação. O detalhamento dos temas dos artigos é feito na apresentação da seção temática, de autoria das proponentes. (Educação e Realidade, 2010)

A reflexão acerca da consolidação da infância como objeto de estudo de diferentes campos teóricos e abordagens evidencia-se na discussão do editorial:

Muitas são as abordagens, as discussões e os estudos teóricos que se apresentam no campo da Educação e da Pedagogia, nas últimas décadas do século XX. Em particular, aqueles vinculados à emergência da pergunta pela constituição da infância como objeto e como sujeito da educação. As transformações teóricas que versam sobre infância constituem o pano de fundo e as questões fulcrais nos debates atuais acerca, não só da educação das crianças, mas, também, da formação dos professores encarregados de sua atenção nas instituições educativas. (Educação e Realidade, 2010, p.11)

Ademais, o editorial evidencia a relação entre infância e educação, refletindo sobre as práticas educativas embasadas por uma determinada concepção de infância e apontando críticas à naturalização da infância:

Atualmente é preciso reconhecer que a relação entre educação e infância, que a partir de alguns pressupostos teóricos nos parecia tão natural e óbvia, quando revisada à luz da historiografia da infância e da historiografia da educação, é desconstruída em sua naturalização. Tal desconstrução nos permite olhar de outro modo, as significativas transformações das práticas educativas nos últimos séculos. Modificações que atravessam e são perpassadas pelas nossas percepções sobre as crianças e que nos levou vinculá-las a esse grupo etário que chamamos de infância. Por termos por tantos anos, significado a infância como natural, protegida, única, inocente, ainda nos é caro entender as suas multiplicidades. Assim, parece que as discussões contemporâneas sobre a infância e sua educação encontram-se ancoradas nessas formas diferentes de olhar para esse sujeito de saber e a

esse objeto de poder que nomeamos infância. Tal conceito apresentado ora como noção, ora como experiência de vida para as crianças encontra-se, muitas vezes, no foco das práticas educativas atuais. (Revista Educação e Realidade, 2010, p. 11-12)

De modo abrangente, os editoriais da década de 2000 parecem assinalar a alteração do olhar das pesquisas, indicando o movimento de transformação de seu objeto investigativo da educação infantil para a infância. Nesse sentido, parece ser possível observar a emergência de outros campos teóricos na pesquisa sobre infância.

Cabe evidenciar que esses editoriais indicam a compreensão da infância como fenômeno complexo, dadas suas diferentes facetas e possibilidades de análise.

Com relação à conjuntura brasileira dos anos 2000, dois editoriais trazem de forma mais explícita os aspectos sociais do contexto da publicação.

O editorial da Rpo 3 se remete ao histórico de constituição da educação infantil brasileira, a fim de refletir sobre as políticas destinadas à infância no período vigente:

E nesta visão muitas políticas têm-se pautado embora, em 1995, o Ministério da Educação e Cultura (MEC) tenha definido uma política nacional - produto deste outro olhar sobre a infância (que não se esgota nos primeiros 6 anos de vida) -, concebendo-a como uma fase tão provisória quanto a juventude, a "adulter", a velhice. Esta primeira política nacional para a educação infantil concebeu a criança com necessidades e desejos a serem satisfeitos no convívio entre crianças e entre elas e os adultos; não apenas entendendo-a com o que ela não tem do ponto de vista do adulto e que, portanto, precisa ser suprido. Neste intervalo de tempo andamos mais para trás que para frente (por exemplo, com políticas como o Fundef), e agora espera-se que, de fato, as crianças pequenas sejam incluídas nas políticas da educação básica. (Revista Pro-posições, p.8)

Esse editorial aponta indícios para a compreensão do período, referindo-se ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (FUNDEF). A sanção dessa medida previa a criação de um fundo para o repasse de verbas somente para o ensino fundamental, a partir do cálculo referente à média nacional de gasto com o aluno, o chamado "custo-aluno", possibilitando uma redistribuição financeira entre as instâncias federadas.

A exclusão da educação infantil do Fundo mobilizou grupos de pesquisa e entidades ligados à infância que apontaram críticas à marginalização da infância nas políticas educacionais.

O editorial da RPo 3 também faz referências à aprovação da lei 11/274/06 que instituiu a ampliação do ensino fundamental para nove anos:

Fica então a preocupação com o aumento da escolaridade obrigatória, sob responsabilidade do Estado brasileiro, de 8 para 9 anos. Vamos antecipar o ensino fundamental para as crianças de 6 anos ou vamos tornar obrigatório o

último ano da educação infantil? Que direito está sendo conquistado? Que direito está sendo usurpado? (Revista Pro-posições, 2003, p. 9)

Esse editorial critica a medida regulamentada pelo Estado, questionando se tal aprovação não fere o direito constitucional das crianças à educação infantil.

Observa-se que a aprovação dessas duas medidas trouxe significativos impactos para a educação básica e para a infância de modo abrangente. Possivelmente as publicações dos anos 2000, ainda que não tenham explicitamente citado tais deliberações, estejam atreladas a este contexto.

Talvez o empenho na investigação sobre a infância, a busca por estudos internacionais que a concebesssem a partir de seu próprio direito e que possibilitassem a auscultação de suas vozes tenham sido motivados por essa conjuntura de luta pelos direitos da infância e por sua visibilização nas políticas.

Essa perspectiva parece embasar a problemática do editorial da CP 3:

Os Estudos Sociais sobre a infância estão profundamente atrelados à discussão do lugar da criança nas sociedades contemporâneas e ao reconhecimento e à ampliação de seus direitos. Sobre a questão, a seção Tema em Destaque deste número, organizada por Fúlvia Rosenberg, torna acessíveis, sobretudo aos leitores brasileiros e da América Latina, os estudos e as reflexões teóricas de autores provenientes de países nórdicos e do Reino Unido, que certamente têm muito a contribuir para enriquecer as pesquisas que se multiplicam entre nós sob essa ótica. (Cadernos de Pesquisa, 2010)

A RES 1 publicada em meados dos anos 2000 também traz em seu editorial apontamentos em relação à conjuntura do período da publicação:

Este editorial, finalizado em 16 de julho pp, foi redigido em uma conjuntura tensa, de desdobramentos imprevisíveis para o país, marcada pela incerteza diante dos alcances e limites dos mecanismos de representação democrática para garantir a dimensão ética da Política. A grande imprensa, empenhada em dar destaque às graves denúncias de suborno de parlamentares e tráfico de influências no alto escalão do governo, informa, em pequenas notas “ao pé de página”, dois acontecimentos de grande relevância para a área da educação: a saída do ministro Tarso Genro, convocado para assumir a presidência do Partido dos Trabalhadores; de um lado o envio ao Congresso Nacional de um projeto de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), que destina 47 bilhões de reais para aplicação no setor nos próximos 14 anos; de outro lado, o anúncio da finalização e do envio ao Congresso o anteprojeto da Lei de Educação Superior. (Educação e Sociedade, 2005)

A partir do excerto anterior, pode-se verificar que a questão do Fundo de manutenção da educação permaneceu sendo discutida, tanto que esse editorial assinala a possibilidade de ampliação do Fundo e inserção da educação infantil por meio de um novo projeto.

O editorial da RES 1 aponta indícios sobre o período da publicação, relatando aspectos relacionados à luta pelo investimento na educação, sobretudo para aquelas etapas que haviam sido excluídas do FUNDEF.

Tanto o editorial da RES 1 quanto os editoriais publicados nos anos 2000 fazem pensar que havia o interesse em defender uma nova perspectiva sobre a infância, considerando seus direitos, fossem eles a nível da educação infantil ou a nível das políticas. Assinala-se o editorial da RPo 3 que aponta que, mesmo com o incremento das pesquisas sobre infância, uma determinada concepção ainda predominava na sociedade: “Apesar de trinta anos já terem se passado das batalhas mais importantes deste movimento, ainda a visão adultocêntrica permeia a sociedade e ainda a criança é vista como incompleta, incapaz, dependente, apenas um vir-a-ser.” (Revista Pro-posições, 2003)

Isso faz pensar que a infância e sua educação possivelmente ainda estarão no centro de muitos debates e lutas a serem realizados.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa, com aporte teórico na Sociologia da Infância, analisou os dossiês sobre a infância publicados no período entre 1980 a 2010, tendo utilizado como critério de seleção os procedimentos de averiguação da qualidade científica estabelecidos pelo *Qualis*, selecionando os periódicos nacionais da área de educação avaliados como A1 e A2.

Foram definidos os periódicos acadêmicos como objeto de pesquisa a partir da hipótese de que eles representam importantes veículos de comunicação acadêmica. Para tanto, foram encontradas dificuldades com relação à análise dos periódicos, dado o pequeno número de referências a eles como objeto de estudo. Além disso, verificou-se que poucas pesquisas na área da educação têm considerado o periódico acadêmico como importante fonte de informações.

Ademais, considerou-se a noção de campo, do sociólogo Pierre Bourdieu (1983) a fim de compreender a inserção dos periódicos acadêmicos no campo científico, bem como os aspectos simbólicos que o envolvem.

O levantamento dos números temáticos sobre a infância se deu a partir da identificação dos periódicos acadêmicos nacionais da área da educação avaliados com os critérios A1 e A2 estabelecidos pelo *Qualis*. A partir dessa definição, foi realizada uma ampla busca nas bases de dados SCielo e Educ@, páginas eletrônicas dos periódicos e em meio impresso a fim de mapear as edições especiais sobre a infância.

Foram encontrados 24 dossiês sobre a infância publicados entre as décadas de 1980 a 2010. O levantamento efetuado confirmou a hipótese inicial de ampliação do número de publicações temáticas sobre a infância ao longo das décadas. Além disso, verificou-se que a publicação de dossiês sobre a infância sofreu alteração em sua periodicidade. Se nas décadas de 1980 e 1990 tais edições eram esporádicas, nos anos 2000 elas adquiriram maior regularidade.

Tendo em vista que o objetivo do estudo consistia em identificar as alterações nas concepções de infância e problemáticas que teriam embasado as publicações dos dossiês sobre infância, optou-se por analisar os periódicos distinguindo os artigos dos editoriais.

A análise dos artigos foi efetuada a partir da leitura de seus resumos e palavras-chave, visando identificar as principais ideias sobre infância e questões sobre ela discutidas. Foi possível organizar os artigos em quatro categorias temáticas: Infância como objeto de estudo, Infância, direitos e cidadania, diversidade da infância e infância e culturas.

Verificou-se uma expressiva produção sobre a temática da infância como objeto de estudo, sobretudo a partir dos anos 1990, além da significativa referência à Sociologia da infância e à abordagem pós-crítica. As questões discutidas nos artigos focalizaram, principalmente, os temas da socialização, as concepções de infância, a articulação de recursos metodológicos na pesquisa com crianças e os discursos socialmente produzidos sobre a infância.

Cabe destacar que alguns artigos nacionais publicados nos anos 1980 revelaram perspectivas pioneiras no estudo da infância, discutindo a criança como sujeito de pesquisa, questões éticas na pesquisa com crianças, recursos metodológicos e crianças como portadoras de direitos.

Ainda com relação à categoria Infância e objeto de estudo, observou-se o relevante número de artigos traduzidos, grande parte deles fundamentados pelo campo da Sociologia da Infância e publicados na década de 2000.

Na categoria Infância, direitos e cidadania, os artigos publicados entre os anos 1980 e 1990 privilegiaram a discussão sobre a infância desamparada e o trabalho infantil, conquanto que na década de 2000 a questão predominantemente discutida referiu-se à efetivação dos direitos de participação da infância, atrelada à internacionalização de tais direitos. Com relação à produção dessa categoria, verificou-se que metade dos artigos também havia sido redigida por autores estrangeiros.

O conjunto de artigos relativos à temática da diversidade da infância revelou o interesse na reflexão sobre a presença de variações intrageracionais na categoria social da infância, apresentando uma significativa produção referente à interface entre infância e gênero em comparação à discussão das questões étnico-raciais. Observou-se que a problemática da construção dos padrões de gênero na infância embasou uma expressiva parcela dos artigos publicados nos anos 2000, embora nos anos 1990 houvessem sido publicados artigos precursores com essa temática. Verificou-se que os artigos apresentavam embasamento teórico no campo da Sociologia, tendo sido predominante a produção brasileira.

A temática Infância e culturas foi aquela que apresentou o menor número de artigos frente às demais categorias. Além disso, verificou-se que a produção referente a essa temática foi publicada, predominantemente na década de 2000 e embasada pelo campo da Sociologia da Infância e Antropologia, destacando a participação das crianças na produção de culturas.

Dada a inviabilidade da leitura integral dos artigos, optou-se por analisar os editoriais das publicações com o intuito de complementar as informações sistematizadas por meio dos artigos, buscando compreender os motivos que haviam motivado a publicação de um número

especial sobre infância. Partiu-se do pressuposto de que os editoriais retratariam a conjuntura social do período da publicação, apontando indícios para a compreensão daquele contexto.

De modo geral, pode-se afirmar que os editoriais situaram a discussão sobre a infância no campo acadêmico, fornecendo importantes informações relativas ao debate da infância, sintetizando resultados de pesquisas, indicando a emergência de determinadas problemáticas e apontando referências importantes do campo.

Por outro lado, grande parte dos editoriais apresentou autonomia em relação à conjuntura do período, ocultando as referências ao contexto social e histórico. Destacaram-se, os editoriais dos periódicos *Cadernos Cedes*, *Pro-posições* e *Educação e Sociedade* por trazerem aspectos explícitos relativos ao cenário social.

Com base nos editoriais publicados nos anos 1980, verificou-se que a questão das creches e pré-escolas sobressaiu na discussão. Os editoriais apontam indícios para a emergência dessa temática: o ingresso da mulher no mercado de trabalho, a atuação dos movimentos feministas e grupos de mães e a crescente demanda pelo atendimento das crianças de 0 a 6 anos.

Nos anos 1990, os editoriais refletem sobre a formulação de propostas pedagógicas para a educação infantil, indicando também novas perspectivas sobre a infância. De modo geral, os editoriais daquela década apontam críticas aos modelos de atendimento à infância de cunho assistencialista, delineando uma proposta de educação infantil pautada na brincadeira e na concepção de criança competente.

Os editoriais da década de 1990 se remetem aos modelos internacionais de educação infantil privilegiando as experiências italianas. Parece ter ocorrido nos anos 1990 uma alteração no objeto das publicações: da discussão sobre educação infantil para a infância. Provavelmente a produção acadêmica passou a considerar que a reflexão sobre as crianças e a infância antecedia a formulação de propostas pedagógicas, ou ainda, que o princípio de qualquer proposta pedagógica consistia na discussão sobre as crianças e a infância.

Ademais, os editoriais dos anos 1990 começam a trazer referências aos estudos internacionais, no campo da educação e da história. Três editoriais publicados nessa década apresentaram a discussão embasada pelo campo da História, o que parecia indicar a emergência do interesse pela infância de outros campos do conhecimento.

Na década de 2000, o incremento do número de artigos traduzidos parece estar relacionado à expressiva referência à emergência do campo da Sociologia da Infância na esfera internacional. Os editoriais dessa década se referem de modo significativo às alterações dos referenciais interpretativos sobre a infância, bem como o crescente interesse na infância

enquanto objeto de estudo, o que indicar o objetivo de trazer para o Brasil referências desse campo investigativo.

Nesse sentido, confirma-se o pressuposto de que os periódicos analisados evidenciariam as alterações conceituais nas concepções de infância e aportes metodológicos em relação a esse objeto. Cabe assinalar que os dossiês temáticos não somente evidenciaram tais alterações como indicam um movimento de reflexão sobre a infância: rompendo com a perspectiva da infância como vir-a-ser e da criança como sujeito incompetente.

A partir dos anos 1990 delinearam-se novas perspectivas sobre a infância que se consolidaram nos anos 2000, daí a significativa referência à criança como sujeito competente, produtor de cultura, ator social e sujeito de direitos, e à infância como categoria socialmente construída.

A emergência da infância como objeto de investigação de outros campos tem possibilitado compreendê-la de maneira complexa, revelando suas diferentes facetas. Mas, indaga-se, com base na noção de campo científico de Bourdieu (1983), se as diferentes abordagens não têm disputado a legitimidade da produção teórica sobre infância.

Por outro lado, se a análise dos artigos e editoriais evidenciou a predominância do campo da Sociologia da Infância nas produções teóricas sobre esse objeto, interroga-se a respeito da particularidade desse campo no Brasil, visto que tem se constituído a partir da aproximação com a educação.

Cabe apontar, conforme indicado com o título deste estudo, que as perspectivas e definições de infância apresentadas pelos dossiês A1 e A2 representam uma construção da infância, diante de tantas outras possíveis. Permanece como incógnita como esse objeto tem sido teoricamente construído por periódicos acadêmicos avaliados com outros critérios.

REFERÊNCIAS

ABRANTES, Paulo Roberto. O pré e a parábola da pobreza. **Cadernos Cedes**. São Paulo: Cortez/Cedes, n.9, p. 8-26, 1985.

ALANEN, Leena. Estudos feministas/estudos da infância: paralelos, ligações e perspectivas. In: CASTRO, Lucia Rabello. **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU-FAPERJ, 2001.

ALDERSON, Priscilla. As crianças como pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa. **Educação e Sociedade**, v. 91, n. 26, 2005, p. 419-442.

ALVIM, Maria Rosilene Barbosa.; VALLADARES, Lucia do Prado. Infância e sociedade no Brasil: uma análise da literatura. **Boletim Bibliográfico e Informativo das Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: ANPOCS, n. 26, p. 3-43, 2, 1988.

ANTUNES, Irandé Costa. **Aspectos da coesão do texto**: uma análise em editoriais jornalísticos. Recife: Editora UFPE, 1996.

BODGAN, R., BIKLEN, S. **Investigação Qualitativa em Educação** – uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BOURDIEU, Pierre PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução**. Elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org). **Pierre Bourdieu**: sociologia. São Paulo: Ática, 1983b, p. 122-155.

_____. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

_____. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1988.

_____. Lei n. 8.069. **Estatuto da Criança e do Adolescente**, 1990.

_____. Lei n. 9.394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23, dez. 1996.

_____. Lei n. 11.274, 6/02/2006. Altera a redação dos artigos 29, 30, 32 e 87 da Lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, dispondo sobre a duração de 9 (nove) anos para o ensino fundamental com matrícula obrigatória a partir dos 6 (seis) anos de idade. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF.

CANDAUI, Vera Maria. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem fronteiras**, v. 11, n.2, jul/dez. 2011, p. 240-255.

CAMPOS, Maria Malta; HADDAD, Lenira. Educação Infantil: crescendo e aparecendo. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n.80, p.11-20, fev. 1992.

CAMPOS, Maria Malta; FÜLGRAFF, Jodete; WIGGERS, Verena. A qualidade da educação infantil brasileira: alguns resultados de pesquisa. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 127, p. 87-128, jan./abr. 2006.

CASTRO, Lucia Rabello. de; KOSMINSKY, Ethel. Childhood and its Regimes of Visibility in Brazil. An Analysis of the Contribution of the Social Sciences. **Current Sociology**, v.58 (2), p.206-231, Mar 2010.

CASTRO, Lucia Rabello. Under the “economy of protection”: the child in the Brazilian society. **International Conference – Marginality and Voice: Childhood in Sociology and Society**. Germany: Bergische Universität Wuppertal, 23-25 June 2005.

_____. Da invisibilidade a ação: crianças e jovens na construção da cultura. In: CASTRO, Lucia Rabello. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU; FAPERJ, 2001, p. 19-46.

CERISARA, Ana Beatriz. Educar e Cuidar: Por onde anda a educação infantil? **Revista Perspectiva**, Florianópolis, v. 17, n. Especial, jul./dez, 1999, p. 11-21.

CHRISTENSEN, Pia; PROUT, Alan. Working with ethical symmetry in social research with children. **Childhood**, v. 9, n. 4, p. 477-497, 2002.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança**. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

COLL DELGADO, Ana Cristina; MULLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas na pesquisa com crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, maio/ago. 2005, p. 161-179.

COPIT, Melany; PATTO, Maria Helena Souza. A criança objeto na pesquisa psicológica. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, nº 31, p.6-9, dez./1979.

CORCUFF, Philippe. **As novas sociologias: construções da realidade social**. Bauru: EDUC, 2001.

CORSARO, William A. **Sociologia da Infância**. Porto Alegre: Artmed, 2011.

_____. Entrada no campo, aceitação e natureza da participação nos estudos etnográficos com crianças pequenas. **Educação e sociedade**, v. 26, n. 91, p. 443-464, 2005.

_____. A Reprodução Interpretativa no Brincar ao “Faz de Conta” das Crianças. **Educação Sociedade & Culturas**, Porto, n. 17, p. 113-134, 2002.

DAHLBERG, Gunila; MOSS, Peter; PENCE, Alan. **Qualidade na educação da primeira infância: perspectivas pós-modernas**. Porto Alegre: Artmed: 2003.

DA SILVA, Juliana Pereira; BARBOSA, Silvia Neli Falcão; KRAMER, Sonia. Questões teórico-metodológicas da pesquisa com crianças. **Revista Perspectiva**, v. 23, n. 01, 2005, p. 41-64.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Em busca de metodologias investigativas com crianças e suas culturas. **Cadernos de Pesquisa**, v. 35, n. 125, p. 161-179, maio/ago, 2005a.

DELGADO, Ana Cristina Coll; MULLER, Fernanda. Sociologia da Infância: pesquisa com crianças. **Educação e Sociedade**. Campinas, vol. 26, n. 91, p. 351-360, maio/ago. 2005b.

DEL PRIORI, Mary. **História das crianças no Brasil**. Editora Contexto, 1999.

DUBET, François. **A sociologia da experiência**. Lisboa, Instituto Piaget, 1996.

_____. A formação dos indivíduos: a desinstitucionalização. **Revista Contemporaneidade e Educação**. Ano 3, v.3, p. 27-33, 1998.

DURKHEIM, Emile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1978.

ELIAS, Norbert. **Introdução à sociologia**. Lisboa: Edições 70, 1999.

_____. **Norbert Elias por ele mesmo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

FERNANDES, Florestan. **Fundamentos empíricos da explicação sociológica!** 2. ed. São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1967.

_____. **Folclore e mudança social na cidade de São Paulo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

FERNANDES, Natália. A investigação participativa no grupo social da infância. **Currículo sem Fronteiras**, v.6, n.1, Jan/Jun 2006, p.25-40.

_____. Os direitos das crianças nas encruzilhadas da Proteção e Participação. **Revista Zero-a-Seis**, n. 12, jul-dez, 2005.

FERNANDES, Natália; SARMENTO, Manuel; TOMÁS, Catarina. Políticas Públicas e Participação Infantil. **Educação, Sociedade & cultura**, nº 25, 2007, p. 183-206.

FERREIRA, Manuela. **A criança tem voz própria**: depoimento. [Novembro, 2002]. Portugal: A página da educação. Entrevista concedida a Ricardo Jorge Costa. Disponível em: <http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=117&doc=9121&mid=2>. Acesso em: 19 mar. 2014.

FERREIRA, Manuela. “Ela é nossa prisioneira” – Questões teórico, epistemológicas e ético-metodológicas a respeito dos processos de obtenção da permissão das crianças pequenas numa pesquisa etnográfica. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v.18, n. 2, p.151-182, jul./dez. 2010, p. 151-183.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1997.

FREITAS, Marcos Cezar de. (Org). **Diversidade social e diversidade cultural na infância e na juventude**. São Paulo: Cortez, 2006.

GARCIA, Maria Manuela Alves. O campo das produções simbólicas e o campo científico em Bourdieu. **Cadernos de pesquisa**, n. 97, maio, 1996, p. 64-72.

GÉLIS, Jacques. A individualização da criança. In: ARIÈS, Philippe.; CHARTIER, Roger. (Orgs). **História da vida privada: Da Renascença ao Século das Luzes**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991, p. 311-329.

GIDDENS, Anthony. **As consequências da modernidade**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

_____. **Modernidade e Identidade Pessoal**. Oeiras: Celta, 1994.

GOFFMAN, Erving. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis, Vozes, 1975.

GOMES, Lisandra Ogg. **Particularidade da infância na complexidade social: um estudo sociológico das configurações infantis**. Tese de Doutorado, 2012.

HEYWOOD, Colin. **Uma história da infância: Da Idade Média à época Contemporânea no ocidente**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

HONIG, Michael-Sebastian. How is the Child constituted in Childhood studies? In: QVORTRUP, Jens; CORSARO, William; HONIG, Michael-Sebastian. **The Palgrave Handbook of Childhood Studies**. Palgrave Macmillan, 2009, p. 62-77.

JAMES, Allison.; PROUT, Alan. (eds.) **Constructing and reconstructing childhood**. London: Falmer Press, 1990.

JAMES, Allison; JENK, Chris, PROUT, Alan. **Theorizing childhood**. Cambridge, Mass: Polity, 1998.

JENKINS, Henry. Childhood Innocence and other modern myths. In: JENKINS, Henry (org). **The children's culture**. Nova Iorque: New York University Press, 1998.

JENKS, Chris. Constituindo a criança. **Educação, Sociedade e Culturas**. n. 17, 2002.

KRAMER, Sonia. A Fundação Carlos Chagas e a Educação Infantil no Brasil: uma trajetória de produção. In: COSTA, A. de O. et al. (Orgs.) **Uma história para contar: a pesquisa na Fundação Carlos Chagas**. São Paulo: Annablume, 2004, p.13-57.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. Achiamé, 1982.

_____. Autoria e autorização: Questões éticas na pesquisa com crianças. **Cadernos de Pesquisa**, n. 116, p. 41-59, jul/ 2002.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. Instituições pré-escolares assistencialistas no Brasil (1899-1922). **Cadernos de Pesquisa**, n. 78, p. 17-26, Ago 1991.

KRZYŻANOWSKI, Rosaly Favero F.; FERREIRA, Maria Cecília Gonzaga. Avaliação de periódicos científicos e técnicos brasileiros. **Ciência da Informação**, v.27, n.2, p.165-175, maio/ago. 1998.

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MARCHI, Rita de Cássia. Gênero, infância e relações de poder: interrogações epistemológicas. **Cadernos Pagu**, n. 37, Julho/Dezembro, 2011, p. 387-406.

MARTINS, José de Souza (org.). **O Massacre dos inocentes: a criança sem infância no Brasil**. São Paulo :Hucitec, 1993.

MARTINS FILHO, José. Jeitos de ser criança: balanço de uma década de pesquisas com crianças apresentada na Anped. In: MARTINS FILHO, Altino José; PRADO, Patrícia Dias (orgs). **Das pesquisas com crianças à complexidade da infância**. Campinas, SP: Autores Associados, 2011.

MAYALL, Berry. **Towards a sociology for childhood: thinking from children's lives**. Open University Press, 2002.

MIGUEL, Luis Felipe; COUTINHO, Aline de Almeida. A crise e suas fronteiras: oito meses de “mensalão” nos editoriais dos jornais. **OPINIÃO PÚBLICA**, Campinas, v. 13, n. 1, Junho, p. 97-123, 2007.

MIRANDA, Dely Bezerra de; PEREIRA, Maria de Nazaré Freitas. O periódico científico como veículo de comunicação: uma revisão de literatura. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 375-382, set./dez. 1996.

MORAES, Andréa Alzira de. Educação Infantil: **Uma análise das concepções de criança e de sua educação na produção acadêmica recente** (1997-2002). Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.

MOURA, Esmeralda Blanco Bolsonaro de. Meninos e meninas na rua: impasse e dissonância na construção da identidade da criança e do adolescente na República Velha. **Revista Brasileira de História**, v.19, n. 37, p. 85-102, set./1999. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010201881999000100005&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 23 set. 2013.

NASCIMENTO, Maria Letícia Barros Pedroso. Reconhecimento da sociologia da infância como área de conhecimento e campo de pesquisa: algumas considerações. In: FARIA, Ana Lucia Goulart. de; FINCO, Daniela. **Sociologia da Infância no Brasil**. Campinas, SP. Autores Associados, 2011, p. 37-54.

NOGUEIRA, Maria A. Tendências atuais da Sociologia da Educação. In: Grupo de Pesquisa em Sociologia da Educação. **Leituras & Imagens**. Florianópolis, UDESC, 1995.

OLIVEIRA, Marcelle Collares de. **Análise dos periódicos brasileiros de contabilidade**. Revista contabilidade e finanças. v.13, n.29, p. 68-86, maio/ago. 2002. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S151970772002000200005&script=sci_arttext>
Acesso em: 13 set. 2013.

PARSONS, Talcott. “Papel e sistema social”. In: _____. **Homem e sociedade**. São Paulo, Companhia Editora Nacional, p. 47-55, 1973.

PATTO, Maria Helena Souza. **Privação cultural e educação pré-primária**. Rio de Janeiro: José Olympo, 1973.

PINTO, Glauciana Uliana; PINHEIRO, Maria do Carmo Morales. O conhecimento da educação infantil no Brasil: Uma revisão da produção sobre as pesquisas na área. **Travessias**. v.2, n.1, p. 1-15, 2008.

PROUT, Alan; JAMES, Allison. A new paradigm for the sociology of childhood? Provenance, promise and problems. **Constructing and reconstructing childhood: Contemporary issues in the sociological study of childhood**, 1997, p. 7-33,

PROUT, Alan. Reconsiderando a nova Sociologia da Infância. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n.141, p.729-750, set./dez. 2010, p. 729-750.

QUINTEIRO, Jucirema. A emergência de uma sociologia da infância no Brasil. In: REUNIÃO ANUAL da ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO, 26, Caxambu. **Anais...**. Caxambu, 2003. Disponível em:<<http://www.anped.org.br/26/trabalhos/juciremaquinteiro.rtf>>. Acesso em 15/08/2013.

QUINTERO, Jucirema. Sobre a emergência de uma sociologia da infância: contribuições para o debate. **Perspectiva**. Florianópolis, v. 20, n. Especial, jul./dez. 2002, p. 137-162.

_____. **Infância e escola: uma relação marcada por preconceitos**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

QVORTRUP, Jens. Nove teses sobre “infância como um fenômeno social”. In: **Revista Pro-Posições**. Campinas, v. 22, n. 1, p. 199-21, jan/abr. 2011.

_____. A tentação da diversidade e seus riscos. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1121-1136, out.- dez. 2010a.

_____. A infância enquanto categoria estrutural. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 631-343, maio/ago. 2010b.

_____. O trabalho escolar infantil tem valor? A colonização das crianças pelo trabalho escolar. In: CASTRO, Lucia Rabello. (Org.). **Crianças e jovens na construção da cultura**. Rio de Janeiro: NAU; FAPERJ, 2001, p. 129-152.

RIZZINI, Irene. **O século perdido: raízes históricas das políticas públicas para a infância no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Universitária Santa Úrsula, 1997.

ROCHA, Eloisa Acires Candal. **A pesquisa em educação infantil no Brasil: trajetória recente e perspectivas de consolidação de uma pedagogia**. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1999.

RODRIGUES, Jeorgina Gentil; MARINHO, Sandra Maria Osório de Xavier. A trajetória do periódico científico na Fundação Oswaldo Cruz: perspectivas da Biblioteca de Ciências Biomédicas. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, v.16, n.2, p.523-532, abr.- jun. 2009.

ROSEMBERG, Fulvia. Raça e educação inicial. **Cadernos de pesquisa**, n. 77, maio, 1991, p. 25-34.

_____. Educação Infantil, classe, raça e gênero. **Cadernos de pesquisa**, n. 96, fev, 1996, p. 58-65.

_____. Expansão da educação infantil e processos de exclusão. **Cadernos de pesquisa**, n. 107, julho, 1999, p. 7-40.

_____. **Criança pequena e desigualdade social no Brasil**. Desigualdade Social e Diversidade Cultural na Infância e na Adolescência. São Paulo: Cortez, 2006, p. 49-86.

_____. Estatísticas educacionais e cor/raça na educação infantil e no ensino fundamental: um balanço. **Revista Estudos em Avaliação Educacional**. v. 17, n. 34, maio/ago. 2006, p. 15-42.

SARMENTO, Manuel J. Visibilidade social e estudo da infância. In: VASCONCELOS, Vera. M. R.; SARMENTO, Manuel J. (Orgs.). **Infância (in)visível**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2007, p. 25-49.

SARMENTO, Manuel J.; FERNANDES, Natalia; TOMÁS, Catarina. Políticas públicas e participação infantil. **Educação, Sociedade e Cultura**. n. 25, p. 183-206, 2007.

SARMENTO, Manuel J. Imaginário e Culturas da Infância. **Cadernos de Educação**, n.21, p. 51-69, 2003.

_____. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação e Sociedade**. Campinas. v. 26, n.91, p. 361-379, Maio/Ago. 2005. (Dossiê Sociologia da Infância: Pesquisas com Crianças).

SARMENTO, Manuel J. As Culturas da Infância na Encruzilhada da Segunda Modernidade. In: SARMENTO, Manuel; CERISARA, Ana Beatriz (Org.). **Crianças e Miúdos: perspectivas sociopedagógicas da infância e educação**. Porto: Asa, 2004.

SARMENTO, Manuel J.; PINTO, Manuel. (Coord.) **As crianças: contextos e identidades**. Braga, Portugal: Centro de Estudos da Criança, 1997.

SCHWARTZMAN, Simon. A política brasileira de publicações científicas e técnicas: reflexões. **Revista Brasileira de Tecnologia**. v. 15, n 3. p.25-32, maio/jun.,1984.

SCOTT, J. Ponto de vista. **Estudos Feministas**, Florianópolis, n.1, p. 115-124, 1998.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A particularidade do processo de socialização contemporânea. Tempo Social. **Revista de Sociologia da USP**, São Paulo, v. 17, n. 2, p. 335-350, 2005.

_____. **Socialização e cultura**: ensaios teóricos. São Paulo: Annablume; Fapesp, 2012.

SIQUEIRA, Romilson Martins. **Do silêncio ao protagonismo**: uma leitura crítica das concepções de infância e criança. Tese (Doutorado em educação). Universidade Federal de Goiás, 2011.

SILVA, Juliana Pereira da; BARBOSA, Silvia Neli Falcão; KRAMER, Sonia. Questões teórico-metodológicas na pesquisa com crianças. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 23, n. 01, jan./jul. 2005, p. 41-64.

SIROTA, Régine. Emergência de uma Sociologia da infância: evolução do objeto e do olhar. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 112, p. 7-31, mar. 2001.

SOUZA, Clarilza Prado de; MACEDO, Elizabeth. Avaliação da pesquisa em Educação e indicadores de produção bibliográfica: um relato sobre o Qualis Periódicos. **Revista de Educação Pública**. v. 18, n. 37. p.255-272, maio/ago., 2009.

SOUZA, Macia Izabel Fugisawa. Scielo e Qualis: conheça as fontes de divulgação de artigos científicos. **AGRIInforma**, ano II, nº 11, s/p, set-out 2004. Disponível em <<http://www.cnptia.embrapa.br/node/134.html>> Acesso em: 02 jul. 2012.

STRENZEL, Giandréa R. **A educação infantil nos programas de pós-graduação em educação infantil no Brasil**: indicações pedagógicas das pesquisas para a educação das crianças de 0 a 3 anos. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2000.

TOMÁS, Catarina. “Participação não tem idade”. Participação das crianças e cidadania da Infância. **Contexto & Educação**. n. 18, jul-dez, 2007, p. 45-68.

TREVISAN, Gabriela. A (re)descoberta da infância e da criança. Repositório Institucional da ESEPF. **Revista Saber e Educar**. n. 15, 2010. Disponível em: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/449/SeE_15Redescoberta%20da%20Infa_novo.pdf?sequence=1. Acesso em: 27 jan.2014.

ZIMAN, John Michael. **A força do conhecimento**: a dimensão científica da sociedade. São Paulo: Edusp. 1981.

APÊNDICE

PERIÓDICOS ACADÊMICOS SELECIONADOS

CADERNOS CEDES. Revista da Faculdade de Educação da Unicamp. s/v, n. 9, 1984. (Dossiê: O pré e a parábola da pobreza)

CADERNOS CEDES. Revista da Faculdade de Educação da Unicamp. v. 17, n. 37, 1996. (Dossiê: Grandes políticas para os pequenos: Educação Infantil)

CADERNOS CEDES. Revista da Faculdade de Educação da Unicamp. v. n. 26, abr. 2002. (Dossiê: Infância e Educação: as meninas)

CADERNOS DE EDUCAÇÃO. Revista da Faculdade de Educação da UFPel, n. 21, 2003 (Dossiê: Educação Infantil)

CADERNOS DE PESQUISA. Revista da Fundação Carlos Chagas. s/v, n. 31, dez. 1979.

CADERNOS DE PESQUISA. Revista da Fundação Carlos Chagas. s/v, n. 112, jan./ abr. 2001. (Tema em destaque: Sociologia da Infância: novos enfoques)

CADERNOS DE PESQUISA. Revista da Fundação Carlos Chagas. v. 40, n. 141, set./dez. 2010. (Tema em destaque: Estudos sobre a infância e Direitos da criança)

CADERNOS PAGU. Revista do Núcleo de Estudos de Gênero da UNICAMP. s/v, n. 26, jan./jun. 2006. (Dossiê: repensando a infância)

EDUCAÇÃO E CONTEMPORANEIDADE. Departamento de Educação da FAEEBA. v. 18, n. 31 jan/jun 2009. (Dossiê: Educação Infantil)

EDUCAÇÃO E PESQUISA. Revista da Faculdade de Educação da USP. v. 26, n.1, jan./jun. 2000. (Em foco: A infância na história)

EDUCAÇÃO E REALIDADE. Revista da Faculdade de Educação da UFRGS. v. 25, n.1, jan./jun. 2000. (Tema em destaque: Os nomes da infância)

EDUCAÇÃO E REALIDADE. Revista da Faculdade de Educação da UFRGS. v. 35, n. 3, set./dez. 2010. (Tema em destaque: Infância e educação)

EDUCAÇÃO E SOCIEDADE. Centro de Estudos e Educação e Sociedade. v. 26, n. 91, maio/ago. 2005. (Dossiê: Sociologia da Infância: Pesquisa com crianças)

EDUCAÇÃO EM REVISTA. Revista da Faculdade de Educação da UFMG. v. 26 n. 1, abr. 2010.

PERSPECTIVA. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. v. 1, n. 2, jan./jun.1984.

PERSPECTIVA. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. v.12, n. 22, 1994. (Dossiê: A modernidade, a infância e o brincar)

PERSPECTIVA. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. v. 15, n. 28, jul./dez. 1997. (Dossiê: Educação Infantil)

PERSPECTIVA. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. v. 17, n. 1, jul./dez. 1999.

PERSPECTIVA. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. v. 23, n.1, jan./jun. 2005. (Dossiê: Educação, cultura e cidadania na pequena infância)

PERSPECTIVA. Revista do Centro de Ciências da Educação da UFSC. v. 25, n.1, jan./jun.2007. (Dossiê: Infância, educação e escola)

PRO-POSIÇÕES. Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP. 1996 v. 7, n. 3, (21), nov. 1996.

PRO-POSIÇÕES. Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP, v. 10, n. 1(28), março 1999.

PRO-POSIÇÕES. Revista da Faculdade de Educação da UNICAMP, Pro-Posições, v.14, n.3 (42) set/dez 2003. (Dossiê: Infância e gênero)

REVISTA BRASILEIRA DE HISTÓRIA. Associação Nacional de História. v.19 n. 37, set. 1999 (Dossiê: Infância e adolescência)

Quadro 5 – Nomenclatura dos editoriais

Periódico	Ano	Número	Título	Nomenclatura
Cadernos de Pesquisa	1979	31	Não há	CP 1
Revista Perspectiva	1984	2	Não há	RP 1
Cadernos Cedes	1984	9	O Pré e a parábola da pobreza	CC 1
Revista Perspectiva	1994	22	A modernidade, a infância e o brincar	RP 2
Revista Pro-posições	1996	3(21)	Não há	RPo 1
Cadernos Cedes	1995	37	Grandes políticas para os pequenos: Educação Infantil	CC 2
Revista Perspectiva	1997	28	Educação Infantil	RP 3
Revista Pro-posições	1999	1(28)	Não há	Rpo2
Revista Brasileira de História	1999	37	Infância e adolescência	RBH 1
Revista Perspectiva	1999	1	Educação Infantil: temas e debates	RP 4
Revista Educação e Pesquisa	2000	1	A infância na história	REP 1
Revista Educação e Realidade	2000	1	Os nomes da infância	RER 1
Cadernos de Pesquisa	2000	112	Sociologia da Infância: novos enfoques	CP 2
Cadernos Cedes	2002	56	Infância e Educação: as meninas	CC 3
Revista Pro-Posições,	2003	3(42)	Educação Infantil e gênero	RPo 3
Revista Educação e Sociedade	2005	91	Sociologia da Infância: pesquisa com crianças	RES 1
Revista Perspectiva	2005	1	Educação, cultura e cidadania na pequena infância	RP 5
Cadernos Pagu	2006	26	Repensando a infância	CPg 1
Revista Perspectiva	2007	1	Infância, educação e escola	RP 6
Revista da FAEEBA Educação e Contemporaneidade	2009	31	Educação Infantil	REC 1
Revista Cadernos de Pesquisa	2010	141	Estudos sobre a infância e Direitos da criança	CP 3
Revista Educação em Revista	2010	1	Não há	REV 1
Revista Educação e Realidade	2010	3	Infância e educação	RER 2
Revista Cadernos de Educação	2003	21	Educação Infantil	RCE 1

Fonte: Scielo, Educ@, editoriais dos periódicos.